

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-graduação em Letras — Linguística e Língua Portuguesa

Fernando Miranda Arraz

**A EXCLUSÃO NA ESCRITA DE SI: análise linguístico-discursiva de cartas de
adolescentes privados de liberdade**

Belo Horizonte

2022

Fernando Miranda Arraz

**A EXCLUSÃO NA ESCRITA DE SI: análise linguístico-discursiva de cartas de
adolescentes privados de liberdade**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Letras – Linguística e Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Daniella Lopes Dias
Ignácio Rodrigues

Área de concentração: Linguagem e enunciação:
interações sociais e práticas discursivas

Belo Horizonte

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

A773e Arraz, Fernando Miranda
A exclusão na escrita de si: análise linguístico-discursiva de cartas de adolescentes privados de liberdade / Fernando Miranda Arraz. Belo Horizonte, 2022.
159 f. : il.

Orientadora: Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues
Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Letras

1. Centro de Internação Provisória (Belo Horizonte, MG). 2. Adolescentes. 3. Medida socioeducativa. 4. Análise do discurso. 5. Subjetividade. 6. Adolescentes - Escrita. 7. Cartas. 8. Exclusão social. I. Rodrigues, Daniella Lopes Dias Ignácio. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 800.852

Ficha catalográfica elaborada por Fabiana Marques de Souza e Silva – CRB 6/2086

Fernando Miranda Arraz

**A EXCLUSÃO NA ESCRITA DE SI: análise linguístico-discursiva de cartas de
adolescentes privados de liberdade**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu em Letras da Pontifícia Universidade
Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em Letras – Linguística
e Língua Portuguesa.

Área de concentração: Linguagem e enunciação:
interações sociais e práticas discursivas.

Prof.^a Dr.^a Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues — PUC Minas (Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Jane Quintiliano Guimarães Silva — PUC Minas (Banca Examinadora)

Prof.^a Dr.^a Maria do Rosário de Fatima Valencise Gregolin — UNESP (Banca Examinadora)

Prof.^a Dr.^a Maria Ângela Paulino Teixeira Lopes — PUC Minas (Banca Examinadora)

Prof.^a Dr.^a Luciana Graça — University of Toronto (Banca Examinadora)

Prof. Dr. Hugo Mari — PUC Minas (Suplente)

Belo Horizonte, 14/07/2022.

Dedico esta tese *IN MEMORIAN* de **Sueli Abreu**.

Uma pessoa que AMEI e continuo AMANDO, mas se tornou um ANJO!

Você sempre estará no meu CORAÇÃO.

TE AMO!

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, que me conduziu para que eu pudesse viver esse momento único em minha vida.

A **toda minha família**, em especial meu **pai**, Sr. Francisco Arraz, minha **mãe** Magnólia Miranda e meus **irmãos** Juliana e Rafael, ou seja, todos os familiares que estiveram presentes nesta caminhada. Aos meus padrinhos Carmesita e Felix, que estão sempre me ofertando palavras de muito afeto e carinho.

Aos **amigos** que moram em meu coração e que sempre me proporcionaram muita força e incentivo: *Laécio Neves, Jane Justina, Juliana Dias, Gilson Ornelas, Lilian Dutra e Anderson Dutra*, pela sincera e eterna amizade. Vocês sempre acreditaram no meu potencial e me disponibilizam muito carinho para que eu sempre esteja em busca dos meus objetivos. Preciso também agradecer a família Pires da cidade de São Lourenço pelos 10 anos de convivência, em especial *Lúcia, Otto, Douglas, Ana Clara, Pedro Lucas*. Agradeço ainda, as acadêmicas e Mestrandas, que atuam no socioeducativo, *Patrícia Salgado, Dayanne Evellyn e Bruna Cruz*, que sempre acreditaram nos meus estudos, e que acima de tudo de alguma forma, mesmo que minimamente, consegui incentivá-las a ingressarem na academia. Não posso deixar de mencionar a minha amiga e psicóloga *Michelle Lima*, pela escuta amiga, mas, acima de tudo, sincero, me proporcionando muita confiança e acima de tudo esperança, que dias melhores sempre estão por vir. Agradeço ao amigo *Flávio Donizete*, que, em um dos momentos mais difíceis de minha vida, quando soube que meu pai estava com Covid-19, precisando ser entubado, ele me deu muita força espiritual e rezou muito para que meu pai se recuperasse. Meu agradecimento também para o amigo, ainda virtual, *Junior Carvalho*, da cidade de São Luís do Maranhão, por sempre demonstrar muito carinho, força e, acima de tudo, palavras de apoio para que eu sempre venha a conquistar os meus objetivos. Em suma, agradeço a todos os amigos e colegas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização dessa jornada.

A minha **orientadora**, Dra. Daniella Lopes, que não me deixou desistir no início do Doutorado, quando ainda não tinha sido contemplado com a bolsa de estudos. Agradeço imensamente pelos fios tecidos e entrelaçados durante as orientações, pelas interlocuções estabelecidas, pela escuta atenta e respeitosa, por me fazer estabelecer as metas, cumprir os prazos e pelo interesse em contribuir com a minha formação acadêmica e profissional. Muito obrigado por fazer parte dessa caminhada! Preciso ainda agradecer aos professores Dra. Jane, Dra. Maria Angela, Dra.

Luciana e Dr. Hugo Mari, que aceitaram o convite para participar da banca examinadora, em especial à Professora Dra. Maria do Rosário de F. V. Gregolin, pelas sugestões na banca de qualificação e suas preciosas ponderações, enriquecendo este estudo.

A todos os colegas do **Sistema Socioeducativo**, desde a unidade Socioeducativa de Ribeirão das Neves (em especial Deia, Fran e Lidy), passando pelo Centro de Internação Provisória — CEIP São Benedito (em especial Wanderson Marques, Márcio Romeu e todos os Analistas/técnicos e Agentes Socioeducativos), à atual Diretoria de Planejamento Integrado — DPI (em especial Alexis, Walter, Jussara e Christianne), ou seja, todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desta pesquisa. Expresso ainda o meu agradecimento aos representantes da SUASE pela autorização deste estudo, em especial Bernardo Naves e Fasani Bagetti.

Agradeço ao **Programa de Pós-Graduação em Letras da PUC Minas** e aos colegas do curso que contribuíram nessa minha caminhada de pesquisador. **A todos os professores** que fizeram parte desta jornada: Dra. Jane Quintiliano, Dr. Hugo Mari, Dra. Juliana Assis, Dra. Sandra, Dra. Arabie Bezri, Dr. Marco Antônio, Dra. Sandra Cavalcante, Dra. Maria Angela e Dra. Vera Lopes, pelo carinho, apoio e confiança e principalmente por me fazerem acreditar que seria possível.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação, pela atenção, carinho e disponibilidade.

A BOLSA de estudos concedida pela CAPES.

ACREDITE

Acreditar é ter fé
naquilo que ninguém prova.
É dispensar a certeza
que geralmente comprova.
Pois a dúvida é uma dívida
e a conta só se renova.

Acredite no improvável,
acredite no impossível,
enxergue o que ninguém vê,
perceba o imperceptível
e enfrente o que, para
muitos,
parece ser invencível.

Acredite em você,
na força da sua fé,
nas vezes que você teve
que remar contra a maré.

Cada “não” que alguém lhe
disse deu forças pra que
surgisse um desejo de provar
que quando a gente tropeça
se levanta e recomeça
sem parar de caminhar.

Acredite em tudo aquilo
que lhe torna diferente
em tudo que já passou
e no que vem pela frente.

Acredite e seja forte,
não espere pela sorte,
não espere por ninguém,
pois de tanto esperar
você pode estacionar
e deixar de ir além.

Acredite e não se explique
pois poucos vão entender:
só se compreende um sonho
se o sonhador for você.

Há quem possa lhe animar,
há quem possa duvidar,
há quem lhe faça seguir.

Acredite, pense e faça,
use sua intuição,
transforme sonho em suor,
pensamento em ação.

Enfrente cada batalha
sabendo que a gente falha
e que isso é natural,
cair pra se levantar,
aprender pra ensinar
que o bem é maior que o
mal.

Que primeiro a gente planta
e só depois vai colher.

O roteiro é sempre este:
lutar pra depois vencer.

E que a arma mais potente
seja sempre a sua mente
munida só de bondade.

Se você não se entregar,
dá até pra acreditar
nessa tal humanidade.

Enfim, acredite em tudo
que é bom e lhe faz bem.

Acredite, inclusive,
no que lhe faz mal também,
já que, pra se proteger,
é preciso conhecer
o que vai se enfrentar.

Que você nunca se esqueça:
Não importa o que aconteça
Não deixe de ACREDITAR!

(Bráulio Bessa)

ESTE SOU EU

Este sou eu
Na calma da poesia
Na ânsia da euforia
Na dor do esquecimento
Ou na flor do entendimento

Este sou eu
Filho das cruéis tormentas
Mas também das águas lentas
No sepulcro da vaidade
Ou no crepúsculo da verdade
Este sou eu

Sou luz de origem clara
Sobre o de origem rara
Sou céu, sou chão, sou tempo
Sou brisa, mas também sou vento

Sou servo da divina graça
A vida conquistei na raça
Se agora eu navego lento
É porque o mar eu já venci por dentro
Este sou eu

No verbo que me conjuga
Na lei que me promulga
Na escolha que me define
Ou no conceito que me previne
Este sou eu

Fruto das profundas razões
Mas também das rasas ilusões
Sobre o véu do que me cala
Ou sob a força do que fala
Este sou eu...

(Pe. Fábio de Melo)

Nunca desista de seus sonhos...

Minha cabeça meu guia, meu corpo meu templo sagrado,
nada vai me fazer desviar do caminho que EU escolhi.

Eu vou **VENCER...**

Seja perseverante hoje e sempre!

(Fernando M. Arraz)

Meu papel – mas este é um termo muito pomposo – é mostrar às pessoas que elas são muito mais livres do que pensam, que elas tomam por verdadeiros, por evidentes certos temas fabricados em um momento particular da história, e que essa pretensa evidência pode ser criticada ou destruída. O papel de um intelectual é mudar alguma coisa no pensamento das pessoas (FOUCAULT, 2017, p. 295).

RESUMO

Esta tese tem por objetivo compreender, por meio da escrita de si, como a exclusão se manifesta discursivamente no processo de subjetivação indiciado nas cartas de adolescentes privados de liberdade escritas para seus familiares. Assim, este estudo surge da necessidade de investigar a relação entre sujeito excluído, sociedade e instituição socioeducativa, partindo do pressuposto de que a exclusão se manifesta na escrita desses sujeitos que se encontram acautelados. Acreditamos que, ao escreverem cartas para seus familiares, esses sujeitos passam por um processo de subjetivação e, por serem lidas por servidores da unidade socioeducativa, sua escrita é tanto interpelada pelo silenciamento, emergindo discursos da exclusão, como a expressão de sentimentos como forma de luta contra o sistema socioeducativo. Delimitamos como problema principal de pesquisa: como a exclusão, por meio da escrita de si, se manifesta discursivamente no processo de subjetivação indiciado nas cartas de adolescentes privados de liberdade escritas para seus familiares? Como pressupostos teóricos, buscamos subsídios nos fundamentos da Análise do Discurso de linha francesa, doravante AD, especificamente o conceito de formações discursivas, processos de subjetivação e a escrita de si do filósofo Michel Foucault. O nosso trajeto de análise levará em conta o discurso sempre em sua inscrição na história, na memória, e que é instaurado em uma relação temporal, inscrito a partir de uma “escrita de si”. Para tanto, o procedimento metodológico constou com a constituição de um *corpus* de 13 (treze) cartas escritas pelos sujeitos privados de liberdade em seu cotidiano para seus familiares. Enquanto resultados, notamos que a escrita desses sujeitos se constitui por representações de “prisão/acautelamento” que caracterizam como se enxergam em um ambiente de exclusão, deixando, por meio de sua escrita, marcas de subjetivação. Dessa forma, é perceptível notar que esse lugar de exclusão priva sua liberdade, o convívio social e a vida, pois o lugar de onde falam busca silenciá-los por meio das cartas que são totalmente vigiadas e invioladas pelo sistema de controle. No entanto, mesmo diante das relações de poder e dos jogos de verdade que rodeiam o contexto socioeducativo, esses sujeitos acautelados conseguem estrategicamente, por meio de sua escrita de si, atravessar a “distância”, os “muros” e as “grades” da unidade socioeducativa.

Palavras-chave: Cartas. Sujeitos acautelados. Escrita de si. Subjetivação. Exclusão.

ABSTRACT

This thesis aims to understand, through self-writing, how exclusion is discursively manifested in the subjectivation process indicted in the letters of adolescents deprived of liberty written to their families. Thus, this study arises from the need to investigate the relationship excluded subject, society and socio-educational institution, based on the assumption that exclusion is manifested in the writing of these subjects who are cautious. We believe that, when writing letters to their families, these subjects go through a process of subjectivation and, as they are read by employees of the socio-educational unit, their writing is both challenged by silencing, emerging discourses of exclusion, and the expression of feelings as a form of expression. fight against the socio-educational system. We delimited as the main research problem: how exclusion, through self-writing, is discursively manifested in the subjectivation process indicted in the letters of adolescents deprived of liberty written to their families? As theoretical presuppositions, we seek subsidies in the foundations of French Discourse Analysis, henceforth AD, specifically the concept of discursive formations, processes of subjectivation and the self-writing of the philosopher Michel Foucault. Our path of analysis will always take into account the discourse in its inscription in history, in memory and which is established in a temporal relationship, inscribed from a “writing of the self”. Therefore, the methodological procedure consisted of the constitution of a corpus of 13 (thirteen) letters written by individuals deprived of liberty in their daily lives to their families. As results, we noticed that the writing of these subjects is constituted by representations of “prison/caution” that characterize how they see themselves in an environment of exclusion, leaving, through their writing, marks of subjectivation. In this way, it is noticeable that this place of exclusion deprives them of their freedom, social interaction and life, since the place where they speak seeks to silence them, through letters that are fully monitored and inviolate by the control system. Even in the face of power relations and the games of truth that surround the socio-educational context, these cautious subjects strategically manage, through their self-writing, to cross the “distance”, the “walls” and the “grids” of the socio-educational unit.

Keywords: Letters. Cautioned subjects. Writing yourself. Subjectivation. Exclusion.

RÉSUMÉ

Cette thèse vise à comprendre, à travers l'écriture de soi, comment l'exclusion se manifeste discursivement dans le processus de subjectivation mis en cause dans les lettres d'adolescents privés de liberté écrites à leurs familles. Ainsi, cette étude découle de la nécessité d'enquêter sur la relation sujet exclu, la société et l'institution socio-éducative, partant de l'hypothèse que l'exclusion se manifeste dans l'écriture de ces sujets qui sont prudents. Nous pensons que, lorsqu'ils écrivent des lettres à leurs familles, ces sujets passent par un processus de subjectivation et, tels qu'ils sont lus par les employés de l'unité socio-éducative, leur écriture est à la fois interpellée par le silence, l'émergence de discours d'exclusion, et l'expression des sentiments comme forme d'expression, lutte contre le système socio-éducatif. Nous avons délimité comme principal problème de recherche : comment l'exclusion, à travers l'écriture de soi, se manifeste discursivement dans le processus de subjectivation mis en cause dans les lettres d'adolescents privés de liberté écrites à leurs familles ? En tant qu'hypothèses théoriques, nous recherchons des subsides sur les fondements de l'Analyse du discours français, désormais AD, en particulier le concept de formations discursives, les processus de subjectivation et l'auto-écriture du philosophe Michel Foucault. Notre chemin d'analyse prendra toujours en compte le discours dans son inscription dans l'histoire, dans la mémoire et qui s'instaure dans un rapport temporel, inscrit à partir d'une « écriture de soi ». Ainsi, la démarche méthodologique a consisté en la constitution d'un corpus de 13 (treize) lettres écrites par des personnes privées de liberté dans leur vie quotidienne à leurs familles. Comme résultats, nous avons remarqué que l'écriture de ces sujets est constituée par des représentations de « prison/caution » qui caractérisent la façon dont ils se voient dans un environnement d'exclusion, laissant, à travers leur écriture, des marques de subjectivation. De cette manière, on remarque que ce lieu d'exclusion les prive de leur liberté, de leur interaction sociale et de leur vie, car le lieu où ils parlent cherche à les faire taire, à travers des lettres entièrement surveillées et inviolées par le système de contrôle. Même face aux rapports de force et aux jeux de vérité qui entourent le contexte socio-éducatif, ces sujets prudents parviennent stratégiquement, par leur écriture d'eux-mêmes, à franchir la « distance », les « murs » et les « grilles » du unité socio-éducative.

Mots-clés: Lettres. Sujets avertis. Ecrire vous-même. La subjectivation. Exclusion.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Comparativo entre DSI e DPI	76
Quadro 2 — Descrição, implicações e efeitos das cartas	91
Quadro 3 — Sequências Discursivas (SD)	96
Quadro 4 — Eixo temático da fé	101
Quadro 5 — Eixo temático do sentimento: arrependimento e sofrimento	105
Quadro 6 — Eixo temático do trabalho	114
Quadro 7 — Eixo temático da Medida Socioeducativa (MSE)	118
Quadro 8 — Eixo temático do Cidadão do bem	125

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise do Discurso
AIE	Aparelho Ideológico do Estado
ARE	Aparelho Repressivo do Estado
CAI	Certidão de Antecedentes Infracionais
CEIP	Centro de Internação Provisória
CF	Constituição Federal
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CP	Código Penal
DPI	Doutrina de Proteção Integral
DSI	Doutrina de Situação Irregular
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
FEBEM	Fundações Estaduais do Bem-estar do Menor
FD	Formação Discursiva
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-estar do Menor
LA	Liberdade Assistida
MD	Memória discursiva
PSC	Prestação de Serviço à Comunidade
PNBEM	Política Nacional do Bem-estar do Menor
RD	Recorte Discursivo
SEDS	Secretaria de Defesa Social
SEJUSP	Secretaria de Justiça e Segurança Pública
SD	Sequência Discursiva
SGD	Sistema de Garantia de Direitos
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SUASE	Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1- CONCEITOS, TEORIAS E PRINCÍPIOS DA ANÁLISE DO DISCURSO.....	32
1.1 — Noções de discurso	32
1.2 — As Formações Discursivas (FD) foucaultianas.....	34
1.3 — A Memória Discursiva (MD)	40
1.4 — O sujeito foucaultiano.....	42
1.5 — Os modos de subjetivação.....	45
2 — DO NASCIMENTO DAS PRISÕES ÀS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS.....	49
2.1 — Foucault e o nascimento das prisões.....	49
2.1.1 — A problemática da loucura.....	49
2.1.2 — A problemática da prisão.....	53
2.2 — Prisão e os dispositivos disciplinares.....	55
2.2.1 — A vigilância hierárquica.....	60
2.2.2 — A sanção normalizadora.....	61
2.2.3 — O instrumento de exame.....	61
2.3 — O panóptico.....	62
2.4 — O aprisionamento no socioeducativo sob uma visão foucaultiana.....	63
2.5 — Os Aparelhos ideológicos e repressivos do Estado: Althusser e Pêcheux.....	65
2.6 — Histórico de trajetórias e práticas de atendimento: a lei em conflito com o adolescente.	69
2.6.1 — Doutrina da Situação Irregular (DSI)	69
2.6.1.1 — O código de Menores Mello Matos.....	70
2.6.1.2 — Serviço Assistencial ao Menor (SAM)	71
2.6.1.3 — Fundação Nacional do Bem-estar do Menor (FUNABEM)	72
2.6.1.4 — O novo código de menores de 1979.....	73
2.6.2 — Doutrina de Proteção Integral (DPI)	74
2.6.2.1 — Estatuto da Criança e Adolescente (ECA)	77
2.6.2.2 — Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)	78
2.7 — As Medidas Socioeducativas (MSE)	79
2.7.1 — A internação provisória — uma medida cautelar	82

3 — AS CARTAS E A ESCRITA DE SI.....	83
3.1 — A escrita de si foucaultiana.....	83
3.2 — As cartas em um ambiente de aprisionamento.....	87
3.3 — As legislações: a (in)violabilidade de cartas	90
3.4 — As cartas como configuração discursiva.....	92
3.5 — A escrita como gesto confessional	94
3.6 — As cartas dos sujeitos acautelados	96
3.7 — Análise linguístico-discursiva.....	99
3.7.1 — O discurso religioso.....	99
3.7.1.1 — Vínculo pela fé.....	101
3.7.1.2 — Sentimentos: arrependimento e sofrimento.....	105
3.7.1.3 — Trabalho.....	114
3.7.2 — O discurso jurídico.....	116
3.7.2.1 — Medida Socioeducativa (MSE)	118
3.7.2.2 — Cidadão do bem	125
4 — GUIA FINALÍSTICA.....	130
REFERÊNCIAS.....	134
ANEXOS.....	138

INTRODUÇÃO

São diversos os motivos que nos levam a escolher e pesquisar um objeto de estudo, sendo que, muitas vezes, a escolha está direta e/ou indiretamente ligada ao pesquisador, associada à sua trajetória de vida, ao seu percurso intelectual e à sua percepção da realidade que o circunda. No caso da referida tese, essa associação se baseia, sobretudo, na experiência profissional do pesquisador. Ademais, ao delimitar o objeto de estudo, o pesquisador alcança uma síntese que comporta, pelo menos, três percursos: a própria vida, por meio das biografias individuais e coletivas que as compõem; as interlocuções entre pesquisadores e pesquisas; e, por fim, as aflições, os desprezos, as ilusões que o próprio pesquisador traz consigo.

Sob esse ângulo, julgo pertinente relatar alguns episódios relacionados à minha trajetória escolar, escolhas pessoais e acadêmicas, como também à minha experiência profissional, uma vez que a caminhada até a realização desta tese foi extensa, tendo momentos e movimentos que me aproximam do objeto e justificam a pesquisa aqui proposta. Considero ser relevante dizer que sou filho do Sr. Francisco e da D. Magnólia, ambos aposentados, sendo o caçula de três irmãos. Nasci e fui criado em uma cidade do interior do Pará, chamada Conceição do Araguaia, localizada há mais de 1.200 km de Belém e a 350 km da capital do Tocantins, Palmas. Destaco que, até a escrita desta tese, minha família ainda reside nesse local. Meu pai, atualmente, se encontra aposentado; foi servidor público da Empresa de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO) por mais de trinta anos, atuando no aeroporto da minha cidade. Sobre ele, eu fazia questão de falar para todo mundo que ele “falava com o avião”, sendo que, realmente, meu pai falava com o piloto e não com o avião, claro. Já a minha mãe trabalhou mais de 35 anos como professora, atuando mais de 20 anos em uma mesma escola municipal da minha cidade natal — Escola Municipal Pio XII. Eu era o aluno e filho da Professora Magnólia.

Importa dizer, também, que toda a minha trajetória escolar até a conclusão do Ensino Médio e, inclusive, na Universidade foi realizada em instituições educacionais públicas. Ingressei na Universidade do Estado do Pará (UEPA) através do vestibular em 2002 aos 16 anos e me formei em Pedagogia aos 19 anos. Com o diploma de Pedagogo, tomei a decisão de vir morar em Belo Horizonte para a realização de um sonho, considerado por muitos “atípico”. Quando relatei aos meus familiares minha decisão, ficaram um pouco assustados, principalmente minha mãe, por ser o filho caçula – disse que estava me mudando para Belo Horizonte para realizar o sonho de ser Árbitro de Futebol.

Depois de encerrar a carreira de árbitro de futebol em 2013, realizei 6 (seis) pós-graduações: Gestão escolar integradora e Psicopedagogia em 2013; Tutoria em educação a

distância (EaD) e Neuropsicopedagogia com ênfase em educação especial no ano de 2014; Orientação educacional em 2015; e Metodologia ativa de aprendizagem em 2018. Além da graduação em Pedagogia, realizei outras licenciaturas com a finalidade de atualização e qualificação; em 2014 graduei-me em História, em 2016 realizei a graduação em Letras com habilitação em Espanhol e, em 2018, concluí o curso de Educação Física. Ressalto ainda que, no ano de 2013, realizei vários concursos e consegui aprovação em seis, optando pela função de PEB — Professor de Educação Básica na cidade de Lagoa Santa, localizada a 36 km da capital mineira. Durante um pouco mais de 6 (seis) anos, tive o privilégio de ser docente, seguindo o caminho de minha mãe, ministrando aulas no Ensino Fundamental I (anos iniciais) para crianças de nove a doze anos. Nessa mesma Prefeitura, exerci também a função de Pedagogo e Vice-diretor em uma Escola Municipal. Em 2015, fui aprovado por meio de concurso público para atuar na Secretaria de Defesa Social (SEDS), que atualmente se chama Secretaria de Estadual de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP). Exerço o cargo de Analista Executivo de Defesa Social (Pedagogo) e minha lotação inicial de trabalho se encontra no Centro Socioeducativo de Ribeirão das Neves, que fica a 34 km de Belo Horizonte. Consegui conciliar o trabalho da Segurança Pública durante o dia e tive que ministrar aulas na Educação de Jovens e Adultos no período noturno (eu viajava, por dia, em média 120 km para cumprir minha carga horária e conseguir desempenhar as duas funções).

Considero interessante destacar o primeiro dia de trabalho para assumir o cargo na área de segurança pública, uma vez que essa memória objetiva situar o leitor na escolha de meu objeto de estudo. Lembro que, indo para o endereço da unidade, passei por uma rua de terra batida, rodeada de um matagal e esgoto a céu aberto, e, no final dessa rua, encontrava-se o meu novo endereço de trabalho. Quando cheguei exatamente naquela localidade, não acreditei naquilo que estava vendo; se era felicidade de ter um novo emprego por meio de um concurso público estadual ou se era um sentimento de perplexidade ao ver muros altos e dois portões de ferro enferrujados, sendo um pequeno e outro enorme que se destina à entrada e saída dos próprios veículos da unidade. O portão menor é restrito à entrada dos servidores, parceiros e familiares nos dias específicos de visita.

No Centro Socioeducativo de Ribeirão das Neves, entre a entrada e a parte interna das instituições, encontra-se uma espécie de área de transição, seja no aspecto da estrutura arquitetônica de passagem, seja para o registro dos dados de quem entra e sai. No caso das visitas familiares, é também realizada a revista completa do que estão levando para os jovens e a guarda de pertences pessoais, que demarca que, dali em diante, a liberdade estará totalmente vigiada. Os portões – com grades de ferro e uma vigilância constante – não deixam dúvidas de

que ali há privação de liberdade que, em muito, se assemelha a estabelecimentos prisionais, não sendo condizente com o que reza a legislação socioeducativa, pois ela estabelece como prioridade a base pedagógica na sua forma educativa, e não a punição. As medidas socioeducativas são atividades obrigatórias aos adolescentes acautelados, devendo apresentar um caráter educacional e pedagógico. Contudo, o que tem ocorrido no cenário brasileiro é o oposto. Como os adultos, os adolescentes perdem a sua liberdade, o convívio com a família e outros direitos fundamentais, torna-se possível afirmar que, mesmo diante da diversidade de legislações no nosso ordenamento jurídico que tratam da problemática desses sujeitos, as práticas dos atores que atuam nesse ambiente socioeducativo, do Estado em geral e da sociedade nem sempre têm proporcionado a Proteção Integral, o que desencadeia uma discrepância entre a teoria e a realidade atual.

Retomando a caracterização do espaço, essa instituição conta com os chamados “alojamentos”. Essa é apenas uma nomenclatura, pois é uma cela de aprisionamento com uma cama de concreto, colchão, um vaso sanitário e um chuveiro só com o cano. Em alguns momentos, é possível observar que na unidade há muitas vozes para poucos espaços, como também existem sons peculiares nesses territórios, como o famoso “chutar a capa”¹. No início de minhas atividades no Centro, tive a percepção de que qualquer atividade que fosse realizada com os adolescentes — e que trouxesse o emprego de qualquer objeto ou circunstância que apresentasse alguma possibilidade de o “disciplinamento” fugir do controle — deveria ser tratada de forma antecipada com os Agentes Socioeducativos.

Cada unidade socioeducativa realiza a oficina de cartas em um dia da semana. Nessa unidade, a referida oficina ocorre na segunda-feira na parte da tarde, pois pela manhã os adolescentes encontram-se na escola. Um servidor da equipe técnica é designado pela direção da unidade para realizar o acompanhamento da oficina, junto com o representante da segurança. Um dia acompanhei a oficina de cartas, momento que o adolescente tanto espera para escrever cartas para seus familiares. Assim, visualizei uma escrita totalmente vigiada, com a presença de dois servidores, sendo um o Agente Socioeducativo e o outro um representante da equipe técnica. Após a escrita da carta dos sujeitos aprisionados, um servidor, preferencialmente o(a) Assistente Social², faz a leitura. Em seguida, marca-a com um carimbo (autorizado ou não autorizado). Diante desta situação, percebe-se que o sujeito que se encontra acautelado, além de estar aprisionado fisicamente, tem sua escrita e seus sentimentos também encarcerados. Percebi, então, que, como pedagogo, historiador, licenciado em Letras e educador físico,

¹ Gíria utilizada para chutar a grade do alojamento.

² Conforme Regimento Único das Unidades Socioeducativas.

deveria expressar a importância da função social por meio desta pesquisa, dando voz a esses sujeitos que se encontram acautelados por meio da escrita de si, permitindo que essas vozes emergjam.

Para justificarmos a temática abordada, trazemos à cena Foucault (2006) em seu texto **A vida dos homens infames**, o qual consideramos uma das obras mais admiráveis e provavelmente mais ousadas desse filósofo, que discorre sobre a relação entre discurso e poder por meio de arquivos históricos³. Além disso, esse pesquisador realiza uma espécie de reconstituição da conjuntura de poder e do seu uso social daquela época, que regia os discursos oficiais, bem como mobilizava uma série de outros discursos. Para tanto, esse autor seleciona textos como, por exemplo, petições, cartas régias e documentos de internamentos (considerado pelo autor como poemas-vidas), não sendo considerado um livro de histórias, mas, sim, uma “antologia de existências” (FOUCAULT, 2006, p. 203), buscando o maior número de relações possíveis com a realidade. Portanto, esses textos só puderam existir devido ao choque com o poder, o qual tinha a intenção de aniquilar, banir e apagar esses relatos. Sendo assim, é essa infâmia que esse autor nos quer repassar. Dito de outra forma, esse autor visava entender como essas vidas se tornaram tão infames para a sociedade, que desejava sufocá-las e que tinham a intenção de segregá-las e apagá-las.

Seguindo essa perspectiva, trazemos um filme chamado **Imperdoável**⁴, no qual a personagem Ruth, vivida por Sandra Bullock, após cumprir pena de 20 anos, por ter matado um policial, volta ao convívio na sociedade, sendo obrigada a se acostumar com um mundo novo e lidar com as reações de pessoas afetadas por seu crime, que se recusam a perdoar seu passado, sendo rotulada como um verdadeiro exemplo de corrupção moral. Ela então tenta reconstruir sua vida enquanto procura pela irmã mais nova, que foi forçada a deixar para trás quando foi para a prisão. Mas, ela acha difícil assimilar a vida de volta à sociedade, junto não apenas de seu passado que a assombra, mas também com as ameaças, assédios e julgamentos de quase todos que encontra pelo caminho. Cabe destacar que a maioria das personagens não acredita em redenção ou segundas chances, sendo que o filme demonstra, por meio da personagem principal que, mesmo saindo da cadeia e pagando sua pena ela, a personagem sempre será vista como uma criminosa. Conforme o título do filme, a questão do “imperdoável” aparece o tempo

³ Foucault (2006) não procurou reunir textos melhores que os outros, mas que pudessem desempenhar um papel conforme a realidade dos que falam. Conforme esse filósofo, são textos que “não importa qual seja sua exatidão, sua ênfase ou sua hipocrisia, atravessados por ela: fragmentos de discurso carregado de uma realidade da qual fazem parte” (FOUCAULT, 2006, p. 206).

⁴ Esse filme estreou na Netflix em 2021, sendo um gênero de suspense dramático, o qual foi muito elogiado pela crítica cinematográfica, tendo indicações ao Oscar 2022 de melhor filme e melhor atriz. Ressalto ainda que esse filme foi sugerido pela professora Gregolin na qualificação desta tese.

todo durante a trama, por meio de julgamentos e punição, demonstrando o quão cruel pode ser a vida de um ex-aprisionado. Nesse sentido, fazemos alusão aos sujeitos acautelados, que, devido ao cometimento de um ato infracional, são excluídos da sociedade e, quando retornam ao convívio, são tratados como um ser que não pode ser perdoado, ou seja, um ser “imperdoável”. Olhando pelo lado positivo, esse filme indica a urgente necessidade para reformas no sistema judiciário e no caráter punitivista e julgador da nossa sociedade.

Acreditamos que a ação de pesquisar nos motiva e orienta a uma ação para a transformação. Nesse caso, a relação com a pesquisa é uma relação social e seu dever precípua é que a compreensão produzida não se assente sobre um julgamento precipitado e desmedido da vida social. Assim, “o discurso daqueles que não têm a glória, ou daqueles que a perderam e se encontram agora, por uns tempos talvez, mas por muito tempo decerto, na obscuridade e no silêncio”. (FOUCAULT, 1999, p. 82). Desta forma, por meio de sua escrita nas cartas para seus familiares, esses sujeitos vão demonstrar sua existência se defrontando com o poder.

Os discursos dos sujeitos acautelados não podem ser considerados um “acontecimento tardio, esses discursos realmente atravessaram vidas; essas existências foram efetivamente riscadas e perdidas nessas palavras” (FOUCAULT, 2006, p. 207). Dito de uma outra forma, os discursos desses sujeitos acautelados só vão ganhar existência quando, em um certo momento, por meio dos seus discursos que, no caso desta pesquisa, são as cartas, eles conseguirem se defrontar com o poder. Em diálogo com essa ideia, ressaltamos a preocupação central que orienta a investigação apresentada neste estudo, corroborando a sua função social e o compromisso com os problemas da sociedade. E, para tanto, conto com minha trajetória e experiência, pessoal e profissional, que tangenciam as escolhas temáticas, reflexivas e analíticas desta tese.

Esta tese aborda o universo das instituições voltadas ao atendimento socioeducativo, onde se encontram adolescentes privados de liberdade, que estão aprisionados por cometerem atos infracionais, por decisão de um representante do Estado (Juiz). Nesse *locus* específico, torna-se impossível não nos mobilizarmos com o drama humano mais intenso e, assim, enfrentarmos a nossa própria vulnerabilidade. Esse exercício, que constantemente ganha coragem, pode propiciar o aumento da capacidade empática, tornando mais fácil conceber o que é difícil em cada tarefa institucional. Diante das angústias desses sujeitos, da complexidade nas relações entre os aprisionados, da extremidade das violências físicas e psicológicas

existentes nesse ambiente, dos olhares cheios de revolta, de dramas familiares complexos e principalmente falta de esperança, percebe-se que são imprescindíveis pesquisas acadêmicas para confrontar tais situações.

No interior de uma unidade socioeducativa, os discursos pessimistas podem ser sentidos na gestão do atendimento socioeducativo, pois esses adolescentes que se encontram privados de liberdade, em sua maioria, pertencem às classes sociais mais marginalizadas; tornam-se fios de uma história proclamada pela maioria dos servidores que atuam nesse espaço de reclusão. Ressalta-se a convicção de que o crime é um processo difícil de ser revertido e que a educação não oferece perspectivas de outro futuro — afirmações contidas na maioria dos discursos dos que laboram naquele espaço socioeducativo.

Nessa esteira, mediante o contexto das práticas socioeducativas, é possível descobrir ênfases da ambivalência entre os responsáveis pela execução das medidas socioeducativas (agentes de segurança, equipe técnica e os diretores), que convivem no mesmo ambiente, por meio de diversas práticas — às vezes equivocadas, outras apropriadas no sentido pedagógico e político — as quais estão enlaçadas entre si, o que embaraça o surgimento de novos parâmetros de atendimento. Sabemos que um dos problemas encontrados no sujeito infrator não é apenas a exclusão social, mas o processo de significados históricos dentro de uma sociedade capitalista, de controle e disciplinar (DELEUZE, 1992; FOUCAULT, 2012).

O sistema socioeducativo, por meio das unidades de internação, posiciona-se enquanto um espaço de recuperação para sujeitos que cometem atos infracionais. Por outro lado, o alto índice de reincidência caminha na contramão desse discurso de recuperação. Assim, uma grande possibilidade de situação de exclusão se constrói, primeiro, porque, ao serem acautelados para uma suposta ressocialização, esses sujeitos são excluídos do convívio em sociedade; segundo, porque, quando retornam ao convívio social, são considerados sujeitos com o status de bandidos e marginalizados. Portanto, esses sujeitos estão assinalados pelo discurso do outro e, sobretudo, pela memória que o acautelamento carrega, atravessada pelo já-dito⁵, bem como por um contexto sócio-histórico.

Nesta tese buscamos compreender, como já se disse, por meio da escrita de si, como a exclusão se manifesta discursivamente a partir do processo de subjetivação indiciado em cartas produzidas por adolescentes privados de liberdade; daqui por diante, sujeitos que se encontram

⁵ A despeito do uso do hífen, mesmo contrariando as normas de ortografia, manteremos o sinal em fidelidade ao construto teórico da AD.

acautelados⁶. No intuito de compreender o processo de subjetivação por meio da escrita de si dos sujeitos acautelados, elencamos os seguintes objetivos específicos: investigar os modos de subjetivação nas cartas escritas pelos sujeitos privados de liberdade; identificar as Formações Discursivas que emergem na escrita de si nesse contexto de acautelamento; e verificar as possíveis formas de silenciamento e relações de poder na escrita das cartas dos acautelados, observando possíveis marcas de exclusão.

Tomamos como *corpus* cartas produzidas pelos sujeitos que se encontram acautelados. Assim, a possibilidade de pesquisar os sujeitos que se encontram aprisionados, principalmente analisando cartas escritas para seus familiares e reconhecendo-os como sujeitos de direitos em situação peculiar de desenvolvimento, risco social e vulnerabilidades diversas, configura-se como um rico processo de conhecimento e desafios, que serão expressos no decorrer deste trabalho.

O cenário, brevemente apresentado, constitui o contexto em que as cartas foram escritas. Esta pesquisa surge da necessidade de investigar a relação sujeito excluído, sociedade capitalista e unidade socioeducativa. Os textos pertencentes a essas cartas foram produzidos por sujeitos acautelados num ambiente de reclusão, em que discursos cristalizados constituem esse espaço pelas relações de poder, carregando certas memórias que, por sua vez, constituem os sujeitos que ali estão. Por meio do discurso, podemos alcançar o lugar a partir do qual os sujeitos se posicionam diante de uma temática ou circunstância, uma vez que o discurso funciona como um processo de subjetivação. Tais discursos categorizam de modo, por vezes, homogeneizante, sujeitos e lugares e, nesse caso, há ideologias que buscam consolidar a dicotomia “dominante/dominado”.

Assumimos como hipótese que, ao escrever a carta para seus familiares, o sujeito passa por um processo de exposição de sua subjetividade, por serem lidas por representantes da equipe técnica multidisciplinar, preferencialmente por uma Assistente Social, e que, interpelados pelo silenciamento, emergem, na escrita, discursos considerados estratégicos. Consoante as legislações, os discursos analisados emergem na/pela interdição, pois os sujeitos que escrevem devem responder não só corporal, mas discursivamente e ideologicamente ao que pede a Instituição Socioeducativa, o que lhes produz, perante a sociedade e ao sistema, uma imagem de sujeitos controlados, cercados de diversos disciplinamentos. Como questão principal da pesquisa, perguntamos: como a exclusão, por meio da escrita de si, se manifesta discursivamente a partir do processo de subjetivação indiciado nas cartas dos sujeitos que se

⁶ Termo utilizado para adolescentes que se encontram “presos”. Porém, essa terminologia só pode ser utilizada para adultos no sistema prisional.

encontram acautelados para seus familiares? Partimos do pressuposto de que a exclusão é constitutiva da escrita dos sujeitos acautelados. Levantamos, ainda, possíveis perguntas que nortearam a pesquisa: de que modo esse ambiente de aprisionamento constitui os sujeitos e os discursos? Quais os efeitos de sentido que perpassam a subjetivação desses sujeitos? De que forma a escrita de si incide nesse contexto?

A coragem para adentrar as trilhas da AD se justifica mediante o objetivo central desta pesquisa: o desenvolvimento de uma análise discursiva produzida a partir de sujeitos que se encontram privados de liberdade e interpelados pela ideologia, sobre como conseguem produzir suas cartas manuscritas quebrando muralhas, alcançando destaque, possibilitando enfatizar um sujeito determinado pela língua na historicidade enquanto alicerce de processos discursivos, de natureza histórico-social. Assim, por meio do discurso, podemos alcançar o lugar a partir do qual os sujeitos se posicionam diante de uma temática ou circunstância, uma vez que o discurso funciona como um processo de subjetivação.

Os pressupostos teóricos desta pesquisa baseiam-se na Análise do Discurso de linha francesa, doravante AD, especificamente as noções de sujeito, discurso e formação discursiva, pela leitura foucaultiana. A abordagem da subjetivação e a escrita de si se faz a partir desse filósofo francês, o qual afirma que essa escrita se configura um cuidado de si que permite a constituição do sujeito, uma vez que esta atividade apresenta o registro de movimentos interiores, pensamentos, desejos e ações daquele que escreve.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, a presente pesquisa fundamenta-se na AD, na qual o discurso é considerado como uma instância histórica, social e ideológica. Dito de outra maneira, a AD trata de explicar a constituição do sujeito pelo discurso nas mais diferentes formas de seu acontecimento. Escolhemos, então, a AD por atender à proposta de análise dos enunciados das cartas dos sujeitos que se encontram acautelados para os seus familiares, a fim de demonstrar como os discursos atualizados/representados nessas cartas podem aparecer como forma de luta contra o sistema socioeducativo. Trazer a AD como base teórico-conceitual nesta pesquisa é possibilitar uma interpretação no sentimento da falta de liberdade vivido por esses sujeitos.

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. [...] Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história (ORLANDI, 2015, p.13).

Conforme Foucault (2013, p. 144), “de uma maneira ou de outra, as coisas ditas dizem muito mais do que elas próprias” e “um mesmo conjunto de palavras pode dar lugar a vários sentidos, e a várias construções possíveis”. Desse modo, a AD pretende encontrar as regras anônimas que definem as condições de existência dos acontecimentos discursivos. Sendo assim, a AD é um gesto de leitura que aborda a profundidade do texto, buscando explicitar as relações discursivas presentes.

Cabe destacar que, devido à pandemia, o pesquisador teve autorização para acessar as cartas escritas pelos sujeitos acautelados especificamente nesse Centro de Internação Provisória⁷, uma vez que o pesquisador se encontrava em exercício na referida Unidade Socioeducativa. Nesse sentido, ficamos vedados em realizar a pesquisa em quaisquer outras Unidades Socioeducativas, tendo em vista os cuidados sanitários adotados pela SUASE durante o quadro pandêmico. Desse modo, a autorização foi única e exclusiva para a referida pesquisa de Doutorado, sendo realizada entre os meses de fevereiro e julho de 2021.

Trazemos à cena os percalços desta pesquisa, uma vez que a nossa intenção inicial era realizar uma pesquisa sobre as gírias contidas nas cartas para seus familiares como um recurso linguístico utilizados pelos sujeitos que se encontram privados de liberdade. Ao eleger essa temática, a pretensão era demonstrar a gíria como fonte criativa e (re)significativa por parte de seus usuários, os quais são capazes de originar léxicos gírios, evidenciando a força desse fenômeno dentro do ambiente de reclusão. Esse universo significativo promovido pelo conjunto das gírias passa a ser de extrema importância, uma vez que os sujeitos que se encontram em cumprimento de internação passam a se adaptar e a conviver mais facilmente com a sua rotina por meio de um outro viés que não o trazido pelos valores e regras institucionais de segurança. Diante disso, o interesse pela temática das gírias nesta pesquisa ia além de tornar conhecida a variabilidade linguística dos privados de liberdade, mas também de tratar a gíria como fonte criativa e significativa por parte de seus usuários através de seus discursos.

Porém, ao começar a analisar as cartas, não tivemos muitas gírias nas escritas desses sujeitos, o que desbancava a nosso objetivo de estudo inicial, que seria analisar o uso das gírias presentes nos discursos dos jovens privados de liberdade em cartas escritas para seus familiares, a fim de demonstrar como essa variedade linguística pode ser uma forma de luta contra o sistema socioeducativo. Sendo assim, tivemos que mudar o caminho percorrido e saltaram aos nossos olhos as Formações Discursivas (FD), nas quais se ancoram os discursos rerepresentados

⁷ É uma unidade socioeducativa, chamada Centro de Internação Provisória (CEIP), localizada na região do bairro Horto em Belo Horizonte/MG. Ressalta-se que, nesse bairro, encontram-se outras unidades socioeducativas e prisionais, sendo esta denominada pelos órgãos de segurança como “complexo socioeducativo e/ou prisional”.

nas cartas constitutivas do *corpus*. Então, entramos no mérito das FD encontradas nas cartas dos sujeitos acautelados.

Relativamente aos instrumentos de pesquisa, o que interessa à AD e a nós nesta pesquisa não é o indivíduo empírico, no caso, os sujeitos que se encontram privados de liberdade, mas as manifestações discursivas, materializadas com as escritas nas cartas do sujeito do discurso, aquele que se inscreve em uma posição. Por meio da escrita das cartas dos sujeitos acautelados, a materialização do corpo físico e das emoções humanas extravasam seus limites no protótipo de um corpo que se materializa na/pela língua e transpõe os muros do acautelamento em uma viagem demorada rumo ao encontro incerto do destinatário, que, no caso dessa tese de doutoramento, são os sujeitos que se encontram acautelados.

No que se refere ao contexto da pesquisa, este estudo foi realizado em um Centro Socioeducativo de Internação Provisória da região metropolitana de Belo Horizonte, onde se encontravam os sujeitos desta pesquisa, sendo eles do sexo masculino, considerados pela justiça autores de atos infracionais. Conforme realizávamos a leitura das cartas, identificamos, persistentemente, a presença do discurso religioso e jurídico, o que nos levou a desejar compreender, através dos modos de subjetivação, como a exclusão se manifesta discursivamente nas cartas dos sujeitos que se encontram privados de liberdade, ou seja, como esses sujeitos acautelados conseguem expressar, através de sua escrita, os seus sentimentos e uma forma de luta contra o sistema socioeducativo.

Ressaltamos que foi utilizado para a constituição do *corpus* da pesquisa 13 (treze) cartas escritas pelos sujeitos que se encontravam acautelados provisoriamente⁸ em um Centro de Internação Provisória (CEIP) de Belo Horizonte, sendo considerados autores de ato infracional, conforme ECA, em seu artigo 103, mediante determinação legal pelo Juiz da Vara da Infância e Juventude. Os procedimentos utilizados para esta análise linguístico-discursiva foram construídos a partir do dispositivo teórico de que nós, analistas, fazemos uso no processo do *corpus* discursivo selecionado e a partir das próprias condições que o *corpus* nos propiciou. A seleção do corpus ocorreu respeitando a sequência: 1- relevância do enunciado para a pesquisa; 2- presença de discurso religioso e jurídico em tais enunciados.

Em relação à análise de dados, o campo discursivo de referência desse doutoramento deu-se no conjunto de discursividades reunidas num espaço cronológico entre janeiro e maio de 2021 e o investimento analítico foi desenvolvido a partir da escrita das cartas dos sujeitos acautelados por meio do discurso religioso e jurídico. A análise será composta de 30 (trinta)

⁸ Uma medida cautelar de internação provisória de até 45 (quarenta e cinco) dias, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA, o qual o Juiz tem esse prazo para proferir a sentença.

Sequências Discursivas (SD) e por meio de cinco Recortes Discursivos (RD), seguindo os eixos temáticos de fé, sentimentos, trabalho, medida socioeducativa e cidadão do bem. De acordo com Indursky (2013), o conceito de RD foi formulado por Orlandi (1994) com o objetivo de diferenciar o gesto do linguista, que segmenta a frase, do gesto do analista do discurso, que, conforme a referida autora, ao recortar uma SD, abre uma amostra indissociável de linguagem e situação.

No tocante às SD, Courtine (2009) relata que elas são organizadas levando em consideração determinados domínios. O autor enfatiza que esses domínios são carregados de posições ideológicas de classe e podem se tornar pontos de referência para o enunciador. Da mesma forma, não obedecem a uma sequência exata, uma vez que a sequência temporal é intercalada com determinadas dimensões. O conjunto de FD que define o campo discursivo se enquadra na categoria de cartas escritas por sujeitos que se encontram acautelados, envolvendo os domínios religioso e jurídico.

Um conjunto de sequências discursivas define um corpus, estruturado a partir de um plano definido em relação a certo estado das condições de produção. Tal operação consiste em realizar, a partir dos objetivos da pesquisa, um gesto de leitura do analista, uma vez que a extração ou isolamento de sequências discursivas determinadas é resultado da delimitação do campo discursivo de referência e segue planos de estruturação variáveis (COURTINE, 2009, p. 54).

As SD serão apresentadas da seguinte forma: SD1, SD2, SD3 e assim por diante. Essas sequências têm como enunciadores os sujeitos que se encontram privados de liberdade, que se inscrevem em determinadas posições ideológicas. Nesse contexto, consideramos a contenda que Orlandi (2008, p. 116) oferece sobre os textos: “[...] formações discursivas servem para disseminar diferentes posições dos sujeitos na superfície textual. Elas indicam modos de subjetivação”. Cabe destacar que os nomes de familiares e de pessoas citadas nos relatos das cartas não serão mencionados, tendo em vista a preservação das identificações. Apresentaremos as cartas desses sujeitos na íntegra no final desta tese⁹.

Mediante a análise das SD que nos apontam para um determinado funcionamento discursivo, evidenciando os movimentos dos sujeitos e os dizeres manifestos nessas cartas, vê-se presente, também, o jogo da memória discursiva e sua atualização, ora para reproduzir, ora para quebrar os sentidos tidos como certos. Nessa esteira, se nós, pesquisadores, nos deparamos com outros sujeitos, no máximo conseguiremos realizar movimentos interpretativos mediante o olhar dos relatos que constam nas cartas. É nesse movimento interpretativo e diante das

⁹ Cabe destacar que a carta foi transcrita conforme a escrita desse sujeito, de forma fidedigna.

condições de produção em que nos encontramos, observando as cartas pelas lentes da AD, que os sentidos serão construídos.

Precisamos ressaltar que as informações pessoais das cartas desses sujeitos, de acordo com a lei de acesso à informação, foram tratadas com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais, conforme legislações específicas. Os pesquisadores se comprometeram, mediante assinatura de termo de responsabilidade específico, a assegurar o anonimato dos envolvidos nos registros dos dados que forem divulgados e o sigilo e a confidencialidade dos dados pessoais sensíveis.

É importante ressaltar que nossa pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa — CEP da PUC/MG — por se tratar de um estudo com seres humanos e foi devidamente aprovada. Após as devidas autorizações em mãos, elaboramos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido direcionado à direção do estabelecimento socioeducativo e às respectivas autoridades competentes. É preciso deixar claro que, para que tivéssemos acesso às cartas, foram necessárias as autorizações prévias do poder judiciário e principalmente da Secretaria de Justiça e Segurança Pública — SEJUSP.

As regularidades que foram produzidas no arquivo das cartas selecionadas e que resultaram na direção de uma trajetória com eixos temáticos, ao serem analisadas, produziram conduções quanto ao modo de discorrer sobre a constituição da instituição socioeducativa. Nesse sentido, podemos inferir que as cartas são consideradas instrumentos confessionais que representam a adaptação da sua condição de aprisionamento, visando à liberdade, mas projetando um futuro diferente da que foi levada até o momento de seu acautelamento.

Torna-se imprescindível trazer à cena algumas pesquisas já realizadas relativas à temática de nossa investigação, tendo em vista que a escrita de si é alvo de diversas áreas do conhecimento. Porém, podemos relatar que o tratamento desse tema no escopo da AD é considerado modesto, ou seja, poucas são as pesquisas que tomam como objeto de estudo as cartas dos sujeitos acautelados¹⁰. Destacaremos adiante também alguns trabalhos que contemplam, em algum momento, a escrita de si como parte de sua investigação, porém percebemos uma escassez de estudos que abordam esta temática em um ambiente socioeducativo, uma vez que a grande maioria das pesquisas fazem alusão ao sistema prisional, tornando, assim, esta pesquisa imprescindível.

¹⁰ É preciso dizer do privilégio que tenho em relação ao acesso a essas cartas, pois, talvez, a quantidade pequena de pesquisas sobre esse gênero tenha relação com o acesso que é difícil, tendo em vista que é necessário cumprir todos os procedimentos conforme o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).

Algumas pesquisas apresentam e trazem em sua base de averiguação a escrita de si, embora às vezes se diferenciem em aspectos teórico e metodológico, como acontece na pesquisa de Almeida (2011), da UNICAMP, intitulada **Hupomnêmata: registro de histórias de vida de adolescentes em acolhimento institucional como escrita de si**. O trabalho foi realizado por meio da elaboração de diários com adolescentes que se encontram em abrigos na cidade de São Paulo. Esse processo foi descrito no formato de narrativas, utilizando a teoria da História Oral de Vida, que propõe a transcrição, textualização e transcriação do material obtido. Tal processo permitiu a criação de espaços nos quais possibilitou-se o aparecimento dos sujeitos. A autora finaliza seu trabalho como uma tentativa de criar um espaço para o aparecimento de uma “prática de si” por meio da constituição dos *hupomnêmata* — uma prática de liberdade que permite, em determinados momentos, a “escolha livre e razoável do sujeito” (FOUCAULT, 2017, p. 69).

Savenhago (2009), em sua pesquisa de Mestrado intitulada **Linguagem e sociedade: análise do discurso de cartas de detentas e ex-detentas**, realizada na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), ainda que organizada mediante os estudos da Ciência, Tecnologia e Sociedade, traz em seu aporte teórico reflexões advindas da AD. O autor acredita que sua pesquisa possa contribuir para a constituição de diferentes sentidos sobre a manifestação dos saberes advindos do sistema prisional, via análise de cartas escritas pelas detentas e ex-detentas. O pesquisador ainda relata que o que se prevê são possibilidades que considerem, principalmente, a voz das presas como um autêntico estudo no campo científico das pesquisas na área das linguagens, e não apenas a dos que possuem os mecanismos de controle dos discursos no sistema penitenciário.

Outro aspecto relevante para a nossa investigação é abordado também na pesquisa de doutorado desenvolvida por Reis (2011), intitulada **O ensino-aprendizagem do inglês como língua estrangeira (ILE) no espaço dentro-fora da lei como uma unidade socioeducativa para adolescentes infratores**, que, entre outros assuntos, trata da questão do espaço com o intuito de compreender as relações que envolvem o encarceramento, lugar de onde emergem os discursos dos sujeitos de sua pesquisa, uma vez que a memória atravessa esse espaço de reclusão, demonstrando de que modo as mulheres internas veem a prisão como um lugar de exclusão, emergindo, assim, a questão do lugar não enquanto espaço físico, mas o lugar de memória, representações e ideologias, perpassado pelas relações de poder.

Sob essa perspectiva, não podemos deixar de mencionar o livro organizado por Pires e Freiras (2018), **Vozes do Cárcere: ecos da resistência política, resultado do Projeto Cartas do Cárcere**, realizado pela PUC-Rio, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o

Desenvolvimento (PNUD) e com a Ouvidoria Nacional de Serviços Penais (ONSP). A respeito disso, mesmo não discutindo as cartas de adolescentes no sistema socioeducativo, o livro agrupa pesquisas que abordam discussões referentes a mais de 8 mil cartas encaminhadas no ano de 2016 à ONSP e apresenta diversificadas apreciações sobre como o sistema prisional funciona e as estratégias de resistência tecidas na privação de liberdade. O referido projeto pretende dar visibilidade e deixar ecoar as vozes desses sujeitos aprisionados, disseminando lucidez sobre os relatos e a experiência subjetiva do encarceramento.

Após a contextualização desses estudos e do que foi dito até aqui, buscando oferecer aos leitores o percurso textual desta tese, cumpre aqui esclarecer que ela está dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo, abordaremos conceitos, categorias e princípios da AD, no qual discutiremos as Formações Discursivas — FD — e o processo de subjetivação. No que se refere ao segundo capítulo, abordaremos o nascimento das prisões por meio de uma perspectiva foucaultiana, como também as lutas de classe e o Aparelho Repressivo Estado (ARE), conforme os estudos de Althusser. Ainda nesse capítulo inicial, trataremos as legislações que embasam o sistema socioeducativo. No terceiro capítulo, faremos a exposição dos conceitos sobre a escrita de si, as cartas em um ambiente de aprisionamento, as cartas como uma configuração discursiva e a opção da análise das cartas por meio das Formações Discursivas (FD). Apresentaremos, ainda, a análise das cartas dos sujeitos acautelados para seus familiares por meio de uma análise linguístico-discursiva.

1 CONCEITOS, TEORIAS E PRINCÍPIOS DA ANÁLISE DO DISCURSO

Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar e refletir. Se não consistir em tentar saber de que maneira e até onde seria possível pensar diferentemente em vez de legitimar o que já se sabe (FOUCAULT, 2017, p.11).

Neste primeiro capítulo, iremos tecer considerações acerca dos conceitos fundamentais que embasam esta pesquisa, bem como apresentar as perspectivas teóricas que nos amparam. Cabe destacar que, operar teórico-metodologicamente com contribuições do filósofo Michel Foucault é desafiador devido à complexidade de suas respeitadas obras, uma vez que temos múltiplos campos investigativos, o que dificulta e ao mesmo tempo estimula a tentativa de um melhor entendimento e a busca de novas compreensões originais. Apresentaremos as noções de discurso, formações discursivas, o sujeito foucaultiano e a subjetivação, conforme os principais autores que discutem as temáticas, bem como as discussões do referido filósofo.

1.1 Noções de discurso

A definição da AD tem como composição a ideia de curso, percurso e movimento. Sendo assim, Orlandi (2012) elucida que a AD não trata nem da língua, nem da gramática; no entanto, todos esses aspectos lhe interessam, uma vez que trata do discurso. Pêcheux (1997), sendo um dos fundadores da AD, se apoiava no que se conjecturava Althusser (realizando releitura de Marx) relativamente à ligação entre discurso e prática política, introduzindo o sujeito enquanto efeito ideológico. Pêcheux (1997, p. 92) formula que “todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes”. Para uma melhor definição sobre discurso, o autor supracitado busca desenvolver uma teoria, bem como um dispositivo operacional, para analisar as relações entre linguagem e ideologia.

A noção de discurso não pode ser considerada uma simples sequência de vocábulos, mas, sim, uma rede de enunciados ou relações que admitem ter significantes, ou seja, a nomenclatura discurso tem a ideia de um caminho em movimento, sendo o objetivo da AD analisar a língua em detrimento do seu sentido, ou seja, o discurso. Authier-Revuz (1990) assegura que “[...] nenhuma palavra é ‘neutra’, mas inevitavelmente ‘carregada’, ‘ocupada’, ‘habitada’, ‘atravessada’ pelos discursos nos quais viveu sua existência socialmente sustentada” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p.26 — grifo nosso). Cabe destacar que a AD, por meio da interligação entre sujeito e história, apresenta o discurso “marcado”, por vestígios de

subjetividade resultantes das relações de poder.

Nesse sentido, conforme conceito de Foucault (2013, p.24), “todo discurso deriva de um já-dito (não sabido, apagado) e esse já dito é sempre um jamais dito”. Precisamos ressaltar que não é no cerne da palavra que a ideologia é descoberta, nem na finalidade daquele que a diz, mas na discursividade, além das palavras, que inclui as condições sócio-históricas que determinam o que pode e necessita ser dito. O discurso é definido por um conjunto de enunciados, uma vez que não existe um discurso “único”, pois o mesmo discurso pode ser proferido por diferentes sujeitos. Os sentidos das palavras não são exatos, pois estão vinculados à exterioridade, de modo que todo discurso é brotado e dirigido pelo já-dito, o qual desponta os seus efeitos de sentido pela materialidade.

Com isso, não devemos perder de vista que o discurso advém do interior de uma série de outros discursos, constituindo conexões e deslocamentos, construídos por diversas direções, pelas quais o sujeito desloca-se por vários ambientes, apresentando-se a si mesmo em um determinado momento histórico, podendo se remeter ao fato de que, em seu discurso, é realizada a produção de outros sentidos, subtraídos de outras produções discursivas. Vale lembrar que essas produções são compostas, pois em toda palavra moram diversos discursos amparados por outros, sendo assim possível considerar que nenhuma palavra é neutra.

Nesse sentido, o discurso é considerado uma espécie de treinamento que relaciona a língua com outras práticas no campo da sociedade. Em outras palavras, as práticas discursivas são, em certo sentido, caracterizadas pela relação entre o discurso e a prática. Cabe dizer que esse conceito acumula subsídios tanto da produção e adaptação dos discursos — compostos por uma unidade de enunciados —, quanto da sua aplicabilidade e produtividade nas instituições e relações sociais.

Foucault (2014) enfatiza que todo discurso é caracterizado por enunciados que o precedem e o sucedem, sendo complementares de outros discursos. Isso é compreensível pela transitoriedade do homem e da história, que não são engessados, fechados, o que provoca a formação de outros panoramas, outros grupos e novas ideologias. O aspecto histórico surge da interação social entre sujeitos como um movimento contínuo e descontínuo na linha do tempo, que acarreta a constituição de novos sujeitos e novos grupos sociais bem como a formação de novos discursos. Assim, auxiliado por esse modo de ponderar os enunciados, considerando-os instáveis, adota-os como componente de luta, geridos por uma ordem do que pode ser dito. Conforme o autor supracitado, é por meio da AD e mediante ponderações que permeiam os enunciados do sujeito que abordamos a microprática de poder. O discurso não é definido como literal e transcreve o conflito das tensões institucionalizadas entre as classes. Cabe destacar que,

conforme o referido filósofo apresenta, esse conceito que não se reduz à materialidade linguística, já que está submetido a uma mesma regularidade e a uma dispersão discursiva.

Quando avaliamos nossos discursos, podemos perceber a dissolução dos laços intensamente ligados entre “as palavras e as coisas” (FOUCAULT, 2014, p.57), insinuando a confrontação entre a realidade e a língua como práticas que compõem o objeto do falante, de forma que a pronúncia com o objeto, o sentido e os valores de verdade consigam se destacar mediante um conjunto de diversas séries de regras próprias da prática e das formas de organização. Nascemos em um mundo em que os discursos já são praticados na sociedade e nos tornamos sujeitos derivados desses discursos.

Foucault (2014) admite considerar as condições históricas e possibilidades dos discursos produzidos em determinadas práticas. Dito de uma outra forma, esse filósofo relata que não é a questão de buscar a origem dos saberes, mas a proveniência, para que os sujeitos possam se constituir em determinadas práticas discursivas

O discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; [...] não mais tratar os discursos como conjuntos de signos [...], mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam (FOUCAULT, 2014, p. 54-55).

Segundo Foucault (2014), o discurso não é meramente representação de lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se combate, sendo o comando do qual nós desejamos conquistar. Sendo assim, o sujeito ocupa diferentes funções e o discurso constitui um instrumento de poder. Cabe aqui ressaltar que adotamos nesta pesquisa a noção foucaultiana de discurso, uma vez que os sujeitos permanecem em constante arena de luta no jogo discursivo, pois os dizeres dos sujeitos acautelados produzem efeitos de sentido que são atravessados por tudo o que, em algum lugar e momento distintos, já foi falado, tanto sobre o aprisionamento, bem como sobre sujeitos em situação de cometimento de atos infracionais. Iremos trazer à tona as formações discursivas, sendo considerada uma das questões mais relevantes no escopo da AD.

1.2 As Formações Discursivas (FD) foucaultianas

Desde que nascemos, os discursos já eram praticados pela sociedade, pois nos tornamos sujeitos provenientes desses discursos. Uma dada Formação Discursiva, daqui por diante FD, refere-se a um determinado tempo e espaço social, que é percebido em função de condições

específicas no espaço social em curso. O conceito de FD surge com Michel Foucault em sua obra **Arqueologia de saber** (2014), porém, Pêcheux (2009) faz uma reconfiguração da noção de FD à luz das teses althusserianas¹¹. No que se refere à FD, percebe-se uma clara distinção entre os autores Michel Pêcheux e Michel Foucault. Pêcheux (2009) faz uso da noção de FD associando-a ao mecanismo revolucionário da luta de classes, sendo uma herança do trabalho de Althusser e de sua respectiva dependência das noções de assujeitamento e interpelação, uma vez que, mediante a formulação de Pêcheux (2009, p. 160), “a formação discursiva é aquilo que, numa formação ideológica¹², determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”.

De acordo com Arraz e Sena (2021), Foucault e Pêcheux utilizam a noção de FD para fundamentar seus desenvolvimentos na AD. Para o primeiro, trata-se de uma noção que consegue dar conta das contradições internas do próprio discurso, do próprio modo de ver seus objetos, diferentemente do segundo, que trabalha com essa noção por meio de processos de identificação e de assujeitamento, o que propaga em quantidade, a presença das FD. Assim, entre Pêcheux e Foucault,

há diferenças fundamentais que levam o leitor para caminhos diferentes. Cada autor demonstra a noção de FD mediante uma localização diferente em sua teoria ou procedimento, principalmente pela presença da noção de ideologia na obra de Pêcheux, herança do trabalho de Althusser, e de sua respectiva dependência das noções de assujeitamento e de interpelação (ARRAZ e SENA, 2021, p. 7).

Conforme Gregolin (2006), renomada pesquisadora foucaultiana, menciona que, sem objetivar a construção de uma teoria do discurso, assim como fez Pêcheux, uma teoria do discurso vai-se delineando e se encontrando em um lugar central na obra de Foucault. A autora supracitada relata que a obra de Foucault **Arqueologia do saber** é um livro que possui um caráter teórico-metodológico e estabelece o território da História como o campo das FD, no qual se encontram o discurso, o sujeito e o sentido. Ainda conforme essa autora, o filósofo Michel Foucault apresenta reflexões sobre seus estudos anteriores, conseguindo sistematizar diversos conceitos fundamentais para a abordagem do discurso, visto que sua maior preocupação era levar em consideração as circunstâncias de possibilidade dos discursos. Com isso, Pêcheux manterá uma relação de diálogo permanente entre seu pensamento e os conceitos

¹¹ As formações ideológicas, associadas ao conceito de ideologia de Althusser, são o que mobilizam as formações discursivas, entendidas mais como corpos de enunciados do que como estruturas em ação.

¹² Na Formação Ideológica (FI), as palavras são entendidas como a materialidade do discurso, uma base cujo sentido é atribuído pelas “posições sustentadas por aqueles que as empregam”; ou seja, pela ideologia, que faz com que “as palavras ‘mud[em] de sentido’ ao passarem de uma formação discursiva para outra” (PÊCHEUX apud GREGOLIN, 2006, p. 62).

desenvolvidos na obra **Arqueologia do Saber**, seja concordando ou refutando (GREGOLIN, 2006). Em nossa pesquisa, teremos como base a FD foucaultiana.

Foucault (2014) relata que a noção de FD estabelece a relação entre estratégias diferentes, até mesmo opostas e conflitantes, regidas por um mesmo conjunto de regras de formação. Para esse filósofo, a noção de ideologia seria demasiada e carregada de condições e implicações, sendo considerada, por esse autor, inadequada. Esse filósofo absorve os discursos por meio do entendimento de que a FD é um sistema de dispersão, que não tem o comprometimento com a unidade e com a coerência.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT, 2014, p. 43).

De acordo com esse filósofo, é necessário apreender cada momento do discurso como uma incursão de acontecimentos em uma dispersão de temporalidade que o admite ser reiterado, sabido, esquecido, transformado, apagado, até nos mínimos traços. “Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença de origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância” (FOUCAULT, 2014, p. 28). Portanto, o autor acredita que não está isolando o acontecimento discursivo em si mesmo; pelo contrário, sua investigação é para torná-lo aberto, delineando assim seus jogos e relações¹³. Nesse sentido, esse autor nomeia a FD como um acontecimento no discurso, que se constitui por um conjunto de enunciados dispersos e por meio das relações entre os objetos, conceitos, tipos/modos enunciativos e as escolhas temáticas (ou seja, as estratégias), sendo possível definir, a partir da dispersão, uma regularidade. Assim, não seria importante procurar uma coerência própria, sendo o importante compreender o sistema de dispersão que esses elementos podem formar. Dito de uma outra forma, dentro de uma mesma FD, há o contraditório e a incoerência, ou seja, os opostos estão lá, em luta, regidos pelo mesmo conjunto de regras que definem a regularidade de sua distribuição em seu espaço próprio.

A regularidade do objeto: não é possível estabelecer um discurso através da regularidade de um objeto específico, mas com as regras que permitem a sua emergência em épocas diferentes, que são medidas e categorizadas de acordo com práticas diferentes. **A regularidade dos modos enunciativos:** não é possível definir

¹³ É notória a fala desse filósofo em sua aula inaugural no Collège de France em 1970, reproduzida na obra *A ordem do discurso*: “ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível. Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo [...] não haveria, portanto, começo; e em vez de ser aquele de quem parte o discurso, eu seria, antes, ao acaso de seu desenrolar, uma estreita lacuna, o ponto de seu desaparecimento possível” (FOUCAULT, 2013, p. 06).

o discurso pela regularidade das maneiras de apresentar os enunciados, a partir de sua forma, de seu tipo e encadeamento, sendo assim, não há um estilo próprio do discurso. **A regularidade dos conceitos:** não é possível estabelecer uma unidade do discurso a partir dos conceitos que são construídos, uma vez que não se busca uma arquitetura de conceitos suficientemente gerais e abstratos para explicar todos os outros e sim uma tentativa de analisar o jogo de seus aparecimentos e de sua dispersão. **A regularidade das estratégias:** não é possível, também, definir uma unidade no discurso a partir das estratégias, temas ou teorias utilizadas num discurso, como se algum tipo de identidade pudesse ser encontrado na prática discursiva (FOUCAULT, 2014, p. 41-45 – grifo nosso).

Segundo esse autor, o enunciado é quem avaliza a singularidade do acontecimento e, portanto, ele se torna único. Em sua “descontinuidade”, ele está sempre aberto à reprodução, à modificação e ao efeito de reativar, pois “está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o procedem e o seguem” (FOUCAULT, 2014, p. 32). Esse filósofo relata, ainda, que um enunciado pertence a uma FD como uma frase concerne a um texto, como uma presunção a um conjunto dedutivo, sendo o discurso um conjunto de enunciados no alcance em que se apoiem na mesma FD. Para esse autor, as regras que regem uma FD são apresentadas como um sistema de relações entre tipos enunciativos, conceitos e táticas. Sendo assim, apresenta-se como um conjunto de enunciados que não se reduzem a objetos linguísticos.

A lei dos enunciados e o fato de pertencerem à formação discursiva constituem uma e única mesma coisa; o que não é paradoxal, já que a formação discursiva se caracteriza não por princípios de construção, mas por uma dispersão de fato, já que ela é para os enunciados não uma condição de possibilidades, mas uma lei de coexistência, e já que os enunciados, troca, não são elementos intercambiáveis, mas conjuntos caracterizados por sua modalidade de existência (FOUCAULT, 2014, p. 135).

Foucault (2014) enfatiza, ainda, que é necessário distinguir e individualizar a coexistência desses enunciados dispersos e heterogêneos, de forma que cada um deles seja capaz de regulamentar os seus próprios discursos, visando à condução das suas veridades. Portanto, todo discurso é considerado disperso e atravessado por transformações que se situam por meio das instituições sociais, sendo permeado por transições que aclamam um jogo de revezamento, no qual o discurso do outro é apresentado, situando diversificados conceitos, irregularidades e opções temáticas, constituindo e/ou determinando uma ou várias FD. Nesse sentido, a pretensão desse filósofo não demanda certezas, mas, sobretudo, ponderar a constituição histórica de saberes que se estabeleceram por meio dos discursos em circulação. Sendo assim, os discursos são heterogêneos e nele se encontram as FD que permeiam seu

desenrolar. Desse modo, a FD sugerida por esse autor versa, portanto, nessa descrição entre enunciados em seus semelhantes sistemas de dispersão.

As formações aparecem quando se pode definir uma regularidade (e também uma ordem, uma correlação, uma transformação) entre esses enunciados, que garantem “condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva” (FOUCAULT, 2010, p. 43).

A partir do momento em que esse filósofo busca estabelecer certos preceitos sobre as FD, há uma preocupação em se definir as “superfícies de emergência” do discurso, demonstrando onde eles podem surgir (não sendo as mesmas em sociedade e épocas distintas). Assim, define-se aquilo de que diz, faz aparecer, torna-o nomeável e contestável, pois uma FD só se delibera a partir do momento em que se puder constituir um semelhante conjunto de enunciações, descobrindo um lugar e uma lei de manifestação. Por isso, devemos levar em conta algumas ponderações:

a) “Não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época”, é preciso considerar as condições históricas para o aparecimento de um objeto discursivo que o garantem “dizer alguma coisa” e se relacionar com outros objetos; b) as relações não são internas ao objeto, apenas o permitem aparecer, pois se estabelecem entre instituições, e processos socioeconômicos; c) essas relações também não são exteriores, elas estão de certa forma, no limite do discurso (FOUCAULT, 2014, p. 55).

Conforme Foucault (2014), os discursos são tratados não mais como conjuntos de signos linguísticos, e sim como práticas que desenvolvem de forma sistemática os objetos de que falam. Dito de outra forma, seguramente os discursos são feitos de signos, mas o que realizam é “mais” que utilizar esses signos para nomear coisas. “É esse ‘mais’ que os tornam irreduzíveis à língua e ao ato de fala. É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever” (FOUCAULT, 2014, p. 55). Esse filósofo afirma, ainda, que os discursos são dispersões formadas por subsídios que não estão unidos por nenhum princípio de unidade, *a priori*, cabendo à AD realizar a descrição dessa dispersão, procurando a sua regularidade de formação. Ao realizar a definição em relação a outras FD (o externo), uma FD será sempre invadida por outros discursos. Conforme esse autor, a função do analista do discurso seria delinear essa dispersão buscando pautar as regras de formação de cada FD.

A FD não deve ser encarada como algo que “pare” o tempo, pois ela determina uma regularidade própria entre os processos temporais, articulando, entre uma série de acontecimentos discursivos e outras séries de acontecimentos, transformações, mutações e processos. Nesse sentido, torna-se necessário trazer à cena a questão das FD se relacionando

com as formações sociais, sem analisar classe social e ideologia. Gregolin (2006) afirma que,

se não há nele as ideias de “ideologia” e de “luta de classes” é porque pensa uma “analítica do poder” pela lente de uma microfísica. [...] Foucault, em muitos dos seus ditos e escritos, vem tratando das relações entre o discurso e os poderes, abordando, a partir de análises históricas, as tecnologias do poder e a produção dos saberes na sociedade ocidental. Ocupa lugar central, nesses estudos, a ideia de que, historicamente, desenvolveram-se sociedades disciplinares, nas quais o poder, exercido sobre os corpos, obedece a técnicas e mecanismos que organizam o sistema de poder e de submissão (GREGOLIN, 2006, p. 131).

De acordo com Gregolin (2004a) trata-se de compreender as regras que admitem que algo apareça como componente do discurso, ponderando as regras e tornando admissível a vivência de enunciações distintas na construção de um discurso. Cabe destacar que uma FD é heterogênea a ela mesma, uma vez que o seu encerramento caracteriza-se pela falta de estabilidade. Conforme Arraz e Sena (2021) esse fechamento não é consistente com uma fronteira traçada de forma definitiva, pois se desloca em função de embates de luta ideológica. A FD é responsável por instituir a identificação do sujeito, para que, assim, venha a se tornar sujeito do discurso (e da FD específica que o interpela).

Foucault (2014) favorece as questões de uma forma histórica, uma vez que sua filosofia relata que todo e qualquer discurso vem carregado de poder e, portanto, constitui relação de opressão. Ainda, conforme esse autor, a FD não é, portanto, um todo, mas, sim, constituída por lacunas, limites e recortes. Falar de FD é, no mínimo, vislumbrar apenas a ponta de uma grande muralha, visto que esse conceito faz parte de toda uma trama conceitual de enunciado, discursos e práticas discursivas.

Nesse sentido, a arqueologia proposta por esse filósofo francês procura definir não o que se desponta a partir do discurso, mas como se manifestam os próprios discursos que são conduzidos por práticas, definindo, assim, regras de constituição dos enunciados, suas atualizações e apagamentos na história. Para Foucault (2014), não há necessariamente uma sugestão de disciplina interpretativa do discurso, pois sua análise busca demonstrar como uma sequência de acontecimentos pode vir a se tornar objeto do discurso ao registrá-los, descrevê-los e explicá-los. Baseado nesses novos preceitos, podemos ponderar os fenômenos de continuidade, regresso e reprodução de um discurso inscrito no referido acontecimento. A AD é considerada um instrumento necessário para entendermos como o discurso se estabelece a partir da noção do acontecimento e, moldado pela história, tem sempre uma relação com o tempo e a memória.

Passemos a abordar, na próxima seção, a temática da Memória discursiva (MD).

1.3 A Memória Discursiva (MD)

De acordo com Foucault (2014), as FD são essenciais para situarmos as emergências dos enunciados e entendermos como esses se inscrevem no acontecimento. Como vimos na seção anterior, o acontecimento se inscreve a partir de um contexto; ele possui uma história, não “surge” de forma independente ou atemporal. Se pretendemos analisar o discurso nas cartas dos sujeitos acautelados para seus familiares, o qual se marca por diversas temporalidades e é instaurado por “rememorações” de um passado no presente, devemos entender como encarar esse discurso que tem uma memória por meio de diversos tipos de vivências desses sujeitos e que nem sempre são memórias fáceis de se recordar.

De acordo com a tradição da AD, o discurso é considerado um entrecruzamento entre a noção do acontecimento e da estrutura, por meio de um conflito entre a representatividade da escrita e a interpretação. Conforme Pêcheux (2002), há, dessa forma, maneiras peculiares de se trabalhar as materialidades discursivas que determinam certo número de requisições, uma vez que a AD não pretende tornar o ato “descritivo” sem o devido discernimento do ato “interpretativo”. Esse autor ainda menciona que “dizer que não se trata de duas fases sucessivas, mas de uma alternância ou de um batimento, não implica que a descrição e a interpretação sejam condenadas a se entremisturar no indiscernível” (PÊCHEUX, 2002, p. 54). Analisar o embate discursivo sobre a designação do acontecimento é, portanto, entendê-lo em seu contexto atual e no espaço de memória que ele evoca e começa a se reorganizar.

Para Pêcheux (2002), a questão do “papel da memória” é fundamental na concepção da AD, uma vez que há um jogo contínuo de forças que se produz sob o choque do acontecimento que impossibilita a memória de ser vista como algo acumulável, como reservatório. A memória deve necessariamente ser um espaço móvel de deslocamentos, retomadas e desdobramentos, sendo que cada discurso, ao trabalhar com um imaginário a ser lembrado, vai sempre fazer apelo a uma reconstrução discursiva.

Como vimos em Foucault (2014), os discursos não falam por si só, estão sempre conectados em FD próprias, avalizando, assim, sua unidade, descontinuidade e rompimentos ao longo da história. Portanto, as condições de produção de um discurso se inscrevem em situações que abarcam um contexto sócio-histórico e ideológico, no qual se filiam em redes de memória. Então, é nesse processo que se instaura a memória discursiva, chamada também de interdiscurso. Desse modo, o interdiscurso atinge a forma como o sujeito constitui seu discurso em uma determinada situação, sendo que o discurso não diz por si só, pois está de forma intrínseca ligado à história.

De acordo com Pêcheux (1999), a Memória Discursiva, daqui por diante MD, seria aquilo que vem restabelecer os “implícitos”, ou seja, os pré-construídos, sendo a condição do legível em relação a própria nitidez. A MD tem o papel de analisar o acontecimento discursivo, as mudanças que ocorrem em um discurso e os novos sentidos que um acontecimento histórico evoca, apresentando séries de enunciados que se formam a partir da falta de estabilização do que é dito normalmente. A MD ou interdiscurso considera “o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação dada [...]” (ORLANDI, 2015, p. 31).

Nesse sentido, uma vez que um discurso é amparado por outros e assinala para o futuro, os sentidos são determinados a partir de posições. Nesse sentido, a MD é afetada a partir de um momento sócio-histórico, fazendo com que o sujeito “desloque” de uma situação empírica para uma posição discursiva. Portanto, a MD mostra que os discursos são produzidos por relações, de forma heterogênea, sem completude e continuidade, conectando-se a um passado e projetando a um futuro. Desse modo, pensar em MD quer dizer abranger o sujeito e o discurso nessa trama, pois, conforme Orlandi (2017), o sentido só se determina quando há sujeitos produzindo discurso em determinada conjuntura histórica. Assim, as experiências, as vivências assumem um sentido de veracidade, mas não tem oportunidade de serem totalmente recompostas, pois estão diretamente relacionadas com o esquecimento.

De acordo com Arraz e Sena (2021), o discurso sobre o passado se estabelece fragmentado e com necessidades de completude, reprimido a consensos formulados e atribuídos aos sujeitos que partilham do mesmo tempo e discurso, sendo moldado pela MD. O conceito de MD está ligado a uma recorrência de enunciações, a qual advêm de preferências que são eleitas por aquele que o “eu” lembra, incluso em uma necessidade histórica que é particular ao momento que vivencia. O saber discursivo produz dizeres e memórias, tornando possível um sujeito conceber o eixo da construção de seu dizer (formulação) se inseridos na perspectiva do dizível (interdiscurso). Portanto, a MD é marcada pela contradição, por ideias e sentidos que se digladiam a cada momento e que surgem de acordo com situações específicas. No caso desse estudo, é o ambiente de reclusão, no qual se encontram os sujeitos acautelados, que, para terem contato com os seus familiares, escrevem cartas, ou seja, os textos.

Conforme Gregolin (2003b), há textos que nos regressam de forma incessante, tornam-se presentes e acabam por se conservar na memória de uma cultura, ou seja, “como se tivessem inesgotáveis tesouros de sentidos, têm de ser indefinidamente relançados, recomeçados” (GREGOLIN, 2003b, p. 52). Então, compreender como funciona a MD implica envolver o mecanismo social e histórico conforme os lugares em que os sujeitos se inscrevem. Acreditamos

que os discursos produzidos pelos sujeitos acautelados têm essas características, pois são instaurados por uma MD que os fazem emergir em condições específicas, que, nesse caso, é vivenciar o seu acautelamento. Esse será o nosso trajeto de análise, que levará em conta o discurso sempre em sua inscrição na história, na memória e que é instaurado em uma relação temporal, inscrito a partir de uma “escrita de si”.

A seguir, abordaremos uma temática importante para esta tese, que é o sujeito sob o viés foucaultiano.

1.4 O sujeito foucaultiano

No campo teórico da AD, alguns conceitos ganham destaque, entre eles, o de sujeito. Ao discorrermos sobre o sujeito discursivo, estamos anunciando teoricamente o lugar do qual esse estudo pertence, pois o sujeito que abordaremos difere dos diversos sujeitos de outros campos teóricos. Para prosseguir nessa questão, podemos iniciar o nosso entendimento sobre o sujeito da AD tomando como referência os estudos desenvolvidos por Pêcheux, que, na primeira fase da AD, concebe o sujeito¹⁴ como assujeitado à determinada FD: “os sujeitos acreditam que utilizam seus discursos quando, na verdade, são seus servos assujeitados, seus suportes” (PÊCHEUX, 1997, p. 307). Assim, a compreensão de sujeito da AD torna-se mais extensa, pois o sujeito passa a ser visto como descentrado, desconexo na/pela linguagem, sendo interpelado pela ideologia, inscrito na história em uma MD e marcado em seu próprio discurso.

No que se refere ao sujeito sob o olhar foucaultiano, fica nítido que o objetivo de suas pesquisas teve como propósito demonstrar os diferentes modos pelos quais os seres humanos se tornam sujeitos. Foucault (2014) relata em sua obra **Arqueologia do saber** que o sujeito do enunciado não pode ser reduzido a elementos gramaticais, uma vez que ele não reside no sintagma linguístico. Mesmo que um enunciado não esteja em primeira pessoa, ele sempre terá um sujeito, da mesma forma que nem todos os enunciados que têm uma forma gramatical fixa têm o mesmo tipo de afinidade com o sujeito do enunciado. Para esse filósofo, o objetivo basilar era analisar o fenômeno do poder ou organizar os fundamentos dessa análise direcionada ao sujeito: “criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos” (FOUCAULT, 2014, p. 231). Assim, o sujeito é constituído e não constituinte, tem uma gênese e uma história. Na perspectiva do sujeito foucaultiano, a

¹⁴ A concepção de sujeito para Pêcheux e Foucault têm diferenças. Uma das mais importantes é a visão lacaniana em Pêcheux, ou seja, a sua ligação com a psicanálise (inconsciente). Dito de outra maneira, o sujeito de Pêcheux é assujeitado pela ideologia.

pesquisadora Gregolin (2006) relata que “é o lugar para onde Foucault olhará na construção de sua obra, pois ele é seu objeto enquanto objeto de saber, seja enquanto objeto do poder, seja enquanto objeto de construção identitária” (GREGOLIN, 2006, p. 58).

Conforme Foucault (1995), na sociedade moderna, o sujeito está imerso em complexas redes de poder, ao lado de relações de produção e sentido. Por um lado, o sujeito é submetido ao outro através do controle e da dependência; por outro, o sujeito está vinculado a sua própria identidade por meio de sua consciência ou conhecimento de si, sendo que ambos os sentidos sugerem uma forma de poder que domina e reprime. Nessa seara, o sujeito foucaultiano é o da ordem do discurso, considerado em meio às práticas sociais no funcionamento em sociedade. Importante destacar que o filósofo pensa o sujeito a partir das consignações que lhe são exteriores. Podemos citar como exemplo o período em que esse autor procurou abranger de que forma o sujeito se tornou objeto de conhecimento em uma determinada época. Vale lembrar que a AD se dispõe adversa à cristalinidade da linguagem e que, por meio da interligação entre sujeito e história, o discurso é assinalado na esteira da subjetividade resultante das relações de poder.

Para Foucault (1995), a palavra “sujeito” tem significações de um indivíduo controlado e subordinado (assujeitado) e de um sujeito aprisionado à sua própria consciência e autoconhecimento. E, para esse filósofo, a subjetividade acontece no corpo, ou seja, nas relações que se estabelecem no corpo de cada sujeito. Assim, o sujeito se reflete como produto de uma variedade de relações saber-poder que o caracterizam como sujeito assujeitado e sujeito disciplinado, sendo que o corpo é o lugar privilegiado de ação dos micropoderes disciplinares. No que diz respeito às diferentes funções que o sujeito ocupa, esse filósofo relata que, para cada configuração do sujeito, há um tipo de relação que o compõe de um modo diferenciado. Portanto, o sujeito que escreve admite uma colocação e, assim, produz diferentes efeitos de sentido no seu discurso. No que se refere a relação do sujeito com o enunciado, Foucault (2014) constituiu como um espaço vazio e que deve ser preenchido pelo sujeito, ou seja, quase uma função a ser ocupada quando a enunciação se faz.

Podemos dizer que a intenção desse filósofo era estudar as formas de constituição do sujeito moderno. Foucault (2009) se refere a mecanismos de objetivação¹⁵ e de subjetivação que convergiram como processos de constituição do sujeito. Esse conceito de sujeito abre caminho e preocupação em colocá-lo como uma construção realizada historicamente, socialmente e discursivamente; no entanto, vamos nos ater neste estudo ao pensamento

¹⁵ Se refere aos mecanismos que tendem a fazer do homem um objeto, ou seja, se referem aos processos disciplinares que tendem a tornar o homem dócil de forma política e útil economicamente.

foucaultiano sobre a questão da constituição do sujeito.

De acordo com Foucault (1995), a questão do sujeito foi a temática desenvolvida em sua obra e foi o seu objeto de estudo, enquanto objeto do saber, poder e de si mesmo.

Gostaria de inicialmente dizer qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos 20 anos. Não foi o de analisar os fenômenos do poder, nem de lançar as bases para tal análise. Procurei acima de tudo produzir uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano na nossa cultura; tratei nessa ótica, dos três modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos. [...] Não é, portanto, o poder, mas o sujeito, que constitui o tema geral das minhas investigações (FOUCAULT, 1995, p. 231).

Ao tratar do sujeito sob o olhar foucaultiano, Gregolin (2006) também enfatiza que “o sujeito é o resultado de uma produção que se dá no interior do espaço por meio de três eixos da antologia do presente, sendo eles o ser-saber, o ser-poder e o ser-si”. Nesse sentido, temos uma percepção de sujeito construído de forma histórica pelas práticas discursivas, surgindo na intersecção entre os discursos e a sociedade historicamente situados. Ao mergulhar nesse campo investigativo do sujeito, Foucault (2014) analisa a sociedade disciplinar¹⁶, averigua como o sujeito é constituído nas redes de poder-saber, na biopolítica e no governo de si e dos outros. Essas investigações incluíram como objetivo compreender como são constituídos os modos de subjetivação e como se disseminam.

Nesse sentido, ressalte-se que subjetivação se refere aos processos que fazem das pessoas em nossa sociedade um sujeito que é suplantado por uma identidade que lhe é atribuída como sua. Assim, não se pode rejeitar uma noção a priori de sujeito para dar lugar a uma objetividade prévia; pelo contrário, trata-se de examinar como o sujeito e objeto se desenvolvem e são desenvolvidos em relação e função do outro. Pode-se dizer, ainda, que a análise foucaultiana não parte do sujeito, mas incide em refletir sobre os procedimentos de objetivação e subjetivação que antecedem sua constituição.

Nesse processo, emerge uma miríade de posições passíveis de serem assumidas pelo sujeito no interior do seu próprio discurso. Dito isto, precisamos dizer que esta pesquisa será norteada pela noção de sujeito foucaultiano, porque é histórico, vozeado e tem certa mobilidade dentro de uma FD para se filiar a esse ou àquele posicionamento. Abordaremos na próxima seção, os modos de subjetivação.

¹⁶ Esse assunto será tratado no próximo capítulo.

1.5 Os modos de subjetivação

Em sua obra **A Arqueologia do Saber**, Foucault (2014) apresenta uma série de estudos que têm por objetivo estabelecer um método de investigação que nos proporciona construção para um novo pensamento, sendo considerado como um dos pensadores contemporâneos que mais se dedicou à questão da política da subjetividade. O uso da palavra arqueologia remete ao procedimento de escavar verticalmente as camadas descontínuas dos discursos pronunciados sem, no entanto, procurar depreender as estruturas universais presentes. O que está em pauta na análise foucaultiana dos discursos é a articulação acerca do que pensamos, dizemos e fazemos caracterizando determinado período, uma vez em que os acontecimentos discursivos são acontecimentos históricos.

Nesse sentido, Foucault (2017) aborda dois processos de constituição do sujeito: objetivação e subjetivação. No primeiro, o filósofo apresenta uma reflexão sobre a importância da análise das relações de poder. A esse respeito, o autor continua suas ponderações, relatando que não se trata de questionar a origem do poder, mas, sim, analisar as técnicas e os procedimentos utilizados nos diferentes contextos das instituições para atuar sobre o comportamento dos sujeitos, uma vez que cabe nos processos de objetivação desenvolver, administrar e alterar a maneira de condução do sujeito. O processo de objetivação se dá por meio das relações de poder, o qual, pelas práticas e procedimentos de governo, determina o sujeito, isto é, materializa-o como louco, doente e delinquente, entre outras representações pejorativas. Logo, o processo de objetivação demonstra a forma como os sujeitos são governados uns pelos outros e, nesse caso, para cada modo de objetivação, apresenta um tipo de saber.

No que se refere à subjetivação, Foucault (2012) enfatiza que os processos sociais de construção da subjetividade se realizam por meio da noção das categorizações, das instituições, dos mecanismos de inclusão e exclusão que ocasionam os costumes de vida e modo de existência do sujeito. Esse filósofo se dedicou, ao longo de suas investigações, não apenas a estudar como se constituiu essa noção de sujeito que é própria da modernidade, como também de que maneiras cada um de nós se torna essa entidade que chamamos de sujeito moderno. Nesse sentido, a cada dia se discute mais sobre os novos processos de subjetivação, de modo que, em meio às diversas concepções do conceito de subjetividade, debate-se predominantemente a fundamentação foucaultiana, quando esse autor analisa a forma pela qual os seres humanos se tornam sujeitos. Tenta-se não encarar o conceito no íntimo dos indivíduos, nos escopos de cada sujeito, nos anseios, apreciações ou pontos de vista pessoais, mas sim

considerar a produção de subjetividades como uma constituição histórica e social, como efeitos das práticas discursivas e institucionais, na construção de verdades do sujeito sobre si mesmo. Dessa forma, pode-se compreender a subjetivação como um processo que ocorre a partir da nossa relação com o outro, consigo e com os acontecimentos, ou seja, por meio de tudo aquilo que produz implicação nos corpos e nos modos de viver, pois, conforme dissemos anteriormente, o sujeito não é algo finalizado, acabado; ele é constituído por veridicidades. Diante disso podemos discorrer sobre os modos de subjetivação.

Para esse filósofo francês, há a possibilidade do estabelecimento das relações de poder por intermédio de relações de força e do recurso às formas de resistências. Assim, considerando a liberdade como uma prática ligada à noção de governo, pressupõe-se não ser um conceito abstrato, mas uma espécie de exercício, sendo necessário identificar o ambiente em que acontecem o movimento e o remanejamento das relações entre governo de si e governo dos outros. Esse autor ainda nos apresenta a realidade histórica como o espaço onde estão as relações. Com isso, existem espaços no poder que ensaiam “práticas de liberdade” na medida em que o sujeito cria elementos que, de forma processual, se articulam e se ampliam como possibilidades para a ampliação de práticas de resistência. Sendo assim, é admissível um entendimento de que a relação de poder e a falta de submissão da liberdade não estão separadas e é nessa perspectiva que o sujeito luta.

Mediante essa existência, o sujeito exercita as relações de poder e as “práticas de liberdade” com suas próprias forças e aprende a lidar com o limite da ordem, da aceitação tácita de algo posto e aceito. Assim, existe um poder de todos e de cada um que não pode ser delegado a outros, ou seja, somente nas relações de poder é cabível ao sujeito autogovernar-se. Desse ponto de vista, podemos dizer que o saber é uma “prática de liberdade” indispensável às relações de poder, a qual estimula o sujeito a uma ação, sendo percebida a dominação e consentindo o conhecimento de suas limitações. Cabe salientar que, mesmo que o sujeito esteja perante negatividades, perpetra-se a sua importância por caracterizar-se a concessão do sujeito fazer e refazer a sua oportuna história. Esse seria um dos modos pelos quais se pode ponderar a arte de governar, seja o governo de si (sujeito), como também no governo referente às instituições do Estado.

Passaremos, agora, à teorização dos procedimentos de subjetivação, a partir dos quais Foucault (2017) marca um ponto de encontro entre o sujeito, a linguagem e a história, pois suas reflexões estarão concentradas nas relações entre os discursos, sujeitos e a história. Os processos de subjetivação se constituem de duas maneiras: de um lado, a objetivação “produz” os sujeitos; de outro, o indivíduo se constitui como sujeito de sua própria existência. Então, esse

filósofo entende a subjetividade como a maneira pela qual o sujeito relaciona-se consigo mesmo, explicando que buscou fazer uma análise “dos jogos do verdadeiro e do falso, através dos quais o ser se constitui historicamente como experiência, ou seja, como podendo e devendo ser pensado” (FOUCAULT, 2017, p. 195). Esse pesquisador relata que a subjetividade compreende a constituição do sujeito, que é levado a se observar, analisar, decifrar, isto é, a fazer uma experiência de si em um jogo de verdade, no qual se relaciona consigo mesmo. Esse filósofo define o que para ele significa o modo de subjetivação sendo o procedimento pelo qual se alcança a constituição de um sujeito, mais precisamente de uma subjetividade, que é uma possibilidade de organização de uma consciência de si. De acordo com esse filósofo, existem modos de subjetivação¹⁷, que decompõem os seres humanos em sujeitos. Nesta tese, iremos trabalhar com a subjetivação de sujeitos nas técnicas do poder que apresentam divisões e classificações.

Para esse pesquisador, na produção de subjetividade, o sujeito mantém uma relação de troca, pois cada sujeito, ao mesmo tempo que acolhe os componentes de subjetivação em circulação, também os emite, fazendo dessas trocas uma construção coletiva viva. Assim, essa constituição se opera por meio de uma série de instituições, práticas e procedimentos vigentes em cada tempo histórico, ou seja, a questão da subjetivação nas práticas discursivas ocorre a partir de diferentes posicionamentos. Pretendemos demonstrar neste estudo que, por meio dos discursos que circulam em uma unidade socioeducativa, os sujeitos que se encontram acautelados apresentam subjetivação de determinados modos. Dito de uma outra forma, buscamos analisar de que modo os sujeitos acautelados se constituem pelos jogos de verdade crivados pelas relações de poder que marcam os modos de constituição de sua subjetividade.

Foucault (2017) relata ainda que as instituições dispõem de técnicas que permitem aos sujeitos efetuarem um certo número de operações sobre os seus corpos, almas, pensamentos e sua conduta. Por meio das técnicas do eu, voltadas à descoberta e à formulação da verdade a respeito de si próprio, os sujeitos não só obedecem a normas e regras a partir das quais são subjetivados, mas, também, produzem a verdade acerca de si mesmos. Com isso, problematizar a escrita como diversas possibilidades de exercícios de reflexão, confissão e exclusão nos remetem às teorizações desse filósofo sobre seu estudo relacionado à escrita de si. Assim, por meio da escrita como técnica de si, vamos analisar os discursos dos sujeitos acautelados das cartas enviadas para os seus familiares. De acordo com esse filósofo, as mínimas práticas

¹⁷ De acordo com Foucault (2017), a subjetivação de um sujeito na arena dos conhecimentos; a subjetivação de um sujeito nas técnicas do poder que divide e classifica; e a subjetivação de um sujeito que trabalha e reflete sobre si mesmo.

interpessoais nesses ambientes institucionais que tratam do aprisionamento seriam o elemento fundamental na descrição dos modos de controle e disciplina dos corpos e da vida dos sujeitos. Estamos longe de um sujeito unificado e muito próximo de um sujeito que se compõe por meio de práticas discursivas, sendo mediadas e compostas por redes de poder. Essas questões são de extrema relevância para esta tese, uma vez que analisa a rede de atravessamento que o sujeito vivencia, nem sempre sendo visível e que permeiam o cotidiano do sujeito acautelado e faz do aprisionamento um lugar de produção de subjetividade. Percebemos, então, que os modos de subjetivação sofreram várias transformações no decorrer dos tempos, desde a sociedade disciplinar. Porém, Foucault, interessado em continuar suas investigações para compreender a problemática da produção dos sujeitos nos dias atuais, identifica também as lutas e as resistências como novo modo de subjetivação.

Neste capítulo, buscamos discutir as noções de discurso, de formação discursiva e de subjetivação, a fim de apresentarmos uma melhor compreensão e o modo como as reflexões aqui assinaladas constituem a escrita dos sujeitos acautelados. Passemos para o próximo capítulo, no qual iremos discorrer sobre o nascimento das prisões sob uma perspectiva foucaultiana, althusseriana, por meio dos aparelhos ideológico e repressivo do Estado, e abordaremos também as legislações que embasam o sistema socioeducativo.

2 DO NASCIMENTO DAS PRISÕES ÀS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

A instituição “prisão”, é de longe, um iceberg. A parte aparente é apenas sua justificativa: é preciso prisões porque há criminoso. A parte escondida é o mais importante, o mais temível: a prisão é um instrumento de repressão social (FOUCAULT, 2012 p. 7).

Neste capítulo, iremos abordar as variadas formas de punição que têm ocorrido ao longo da história, visto que nesse contexto apresentamos as relações de saber-poder e, assim, identificamos as práticas e os discursos que ainda circulam na sociedade atual. Para tanto, baseamo-nos na obra **Vigiar e punir**, de Foucault (2012), a fim de analisar os diferentes métodos punitivos de cada época, bem como a constituição de um sujeito considerado pela sociedade como marginal e/ou delincente. Abordaremos, ainda, a trajetória da política de atendimento para adolescentes e jovens que se encontram aprisionados, ou seja, envolvidos em atos infracionais no Brasil, que é marcada pela doutrina da situação irregular, definida no antigo Código de Menores, que legitima intervenções punitivas e correcionais.

2.1 Foucault e o nascimento das prisões

Antes de adentrarmos na questão do nascimento das prisões com o estudo de Foucault (2012) **Vigiar e punir**, torna-se necessário situarmos uma das obras precedentes, que é **História da loucura**¹⁸, sendo que toda a ideia de aprisionamento/encarceramento começa nesta segunda obra. Esse estudo é um desdobramento do estudo sobre a problemática da história da loucura. Esse filósofo ressalta que as diferenças no tratamento da loucura entre os séculos XVII e XVIII não se fazia de modo especializado, uma vez que os loucos eram aqueles que agiam livremente e apresentavam em seus atos ambiguidades de sentidos, condições e finalidades. Durante o século XVII, a loucura despertava a liberdade nas ações dos sujeitos a ponto de eles se manifestarem em ações que os constituíam.

2.1.1 A problemática da loucura

Na referida problemática, Foucault (2019) observa as diferenças no tratamento da temática entre os séculos XVII e XVIII, discorrendo em sua obra **História da loucura na idade clássica**:

¹⁸ História da loucura na Idade clássica. Trad. José Teixeira Coelho Netto. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

O século XVII descobriu-a na perda da verdade: possibilidade inteiramente negativa na qual a única coisa em questão era essa faculdade de despertar e de atenção no homem, que não é da natureza, mas da liberdade. O fim do século XVIII põe-se a identificar a possibilidade da loucura com a constituição de um meio: a loucura é a natureza perdida, é o sensível esnortado, o extravio do desejo, o tempo despojado de suas medidas; é a imediatez perdida no infinito das mediações. Diante disso, a natureza, pelo contrário, é a loucura abolida, o feliz retorno da existência à sua mais próxima verdade [...] (FOUCAULT, 2019, p. 409).

De acordo com Foucault (2012), na obra **Microfísica do poder**, capítulo “O nascimento do hospital”, discorre sobre o surgimento do hospital como unidade terapêutica e de intercessão sobre a doença e o doente. Antes do século XVIII, o hospital era essencialmente uma instituição de assistência aos pobres ou, melhor, de isolamento e exclusão. Nessa época, os profissionais dos hospitais eram religiosos e voluntários; os médicos realizavam vistorias esporádicas, o ambiente não tinha o papel de cura para o doente, mas, sim, de tentar garantir a salvação da alma no leito da morte. Dessa forma, o hospital era uma espécie de espaço de transição entre a vida e a morte, de salvação espiritual e de isolamento dos indivíduos “perigosos” para a saúde pública.

A novidade no século XVIII foi a constituição de uma medicina hospitalar/terapêutica, com o intuito de tentar “purificar” os efeitos maléficos das doenças contagiosas ou impedir a falta de ordem econômico-social. Nesse período, a formação do indivíduo, de sua capacidade e aptidões, passou a ter um custo para a sociedade. A partir do momento em que o hospital é concebido como um local terapêutico, o médico passa a ser o principal responsável pela organização hospitalar. Nesse sentido, é no hospital que se desvela de forma mais sucinta o controle do "corpo social" (poder disciplinar) sobre o "corpo individual" (anatomia patológica). Esse é o momento de passagem do hospital como um lugar de "morte" e espaço de "consternação da alma" para um ambiente de produção das técnicas médicas e da prática disciplinar.

Analisando a partir dessa dupla emergência, das técnicas de poder disciplinar e da técnica médica de intervenção, é possível compreender melhor as características do hospital médico. Foucault (2012) afirma que, pelo efeito da intervenção sobre o doente e em nome da cura, será definida a localização e a distribuição interna do espaço hospitalar: "o espaço hospitalar é medicalizado em sua função e em seus efeitos" (FOUCAULT, 2012, p. 187). Nesse processo, o sistema de poder no interior do hospital passa para o médico, que define toda a hierarquia do hospital, e é estabelecido um sistema de registro permanente e exaustivo: “constitui-se um campo documental no interior do hospital que não é somente um lugar de cura, mas também de registro, acúmulo e formação de saber” (FOUCAULT, 2012, p. 188).

O hospital passa a ser, então, o principal lugar de obtenção e sistematização da experiência clínica, que "pela disciplinarização do espaço médico, pelo fato de se poder isolar cada indivíduo, colocá-lo em um leito, prescrever-lhe um regime, etc." (FOUCAULT, 2012, p. 189), pretende-se uma prática particularizada. A medicina moderna, categoricamente, passou a incorporar "uma estratégia biopolítica" (FOUCAULT, 2012), que articula, no corpo dos indivíduos, o controle do Estado.

Nesse sentido, Foucault (2000) discorre sobre as descobertas atinentes à loucura, que o levam a, posteriormente, em **Doença mental e psicologia**, tecer análises que mostram as contradições existentes entre os acontecimentos históricos e as intervenções filosóficas no que dizem respeito à loucura. Ainda conforme esse autor, o entendimento sobre a questão da loucura se funda em um momento preciso na história de nossa civilização, o qual fazemos questão de apontar lembrando que esse entendimento conseguiu se estabelecer devido ao embate entre razão e contrarrazão. Assim, esse filósofo expõe que

a loucura tornou-se natureza da natureza, enquanto que a liberdade tornava-se, mas no sentido de alma secreta e de essência inalienável. E o homem, em vez de ser colocado diante da grande divisão do insano e na dimensão que ele imagina, tornou-se no nível de seu ser natural, isto é aquilo, loucura e liberdade, recolhendo, pelo privilégio de sua essência, o direito de ser natureza da natureza e verdade da verdade (FOUCAULT, 2000, p. 98).

Com o surgimento dos internatos, os assuntos sociais e os problemas do âmbito da política começam a ser associados à doença mental, sendo considerada como uma forma de assistência aos pobres. Sobre essa abordagem, “é preciso que a assistência aos pobres assumira um novo sentido. Sob a forma de que ela ainda se reveste, o século XVIII reconhece que ela é cúmplice da miséria e contribui para desenvolvê-la” (FOUCAULT, 2019, p. 450).

Ao final do século XVIII, no que se refere à relação do sujeito com os outros membros da sociedade, algumas alterações no entendimento da loucura foram realizadas; inclusive, se o sujeito fosse considerado “louco”, poderia ser “corrigido”. É nesse período que começam as modificações radicais nas formas de tratamento desses sujeitos, iniciando-se, assim, a criação de internatos, uma vez que os considerados loucos/doentes começaram a ser vistos como uma eminente ameaça à sociedade. Nesse período, o tratamento oscilava de forma constante entre espancamentos, corte da alimentação, tortura e o enclausuramento desses sujeitos. Nesse mesmo período, Phillippe Pinel¹⁹ elabora políticas de tratamento para o doente mental,

¹⁹ O médico francês Philippe Pinel (1745–1826), publicou sua obra **Tratado acerca da insanidade**, em 1806, depois de ter lutado por melhorias com pensões e hospitais psiquiátricos acerca de terapias e condições de tratamento.

abrangendo também o século XIX e, com elas, apresentam-se estratégias à libertação dos ditos “loucos”. Com isso, os asilos são efetivamente substituídos por manicômios, somente destinados aos doentes mentais.

Na época de Pinel, quando a relação fundamental da ética com a razão será convertida num relacionamento segundo da razão com a moral, e quando a loucura não será mais que um avatar involuntário sucedido, do exterior, à razão, se descobrirá com horror a situação dos loucos nas celas dos hospícios. Ele considera então inumano que se deixem apodrecer os loucos no fundo das casas de correição e dos quartéis de força, não mais entendendo que, para o homem clássico, a possibilidade da loucura é contemporânea à escolha constituinte da razão e, por conseguinte, do próprio homem (FOUCAULT, 2019, p. 160).

No que diz respeito a representação histórica do conceito de loucura, há uma íntima relação com o surgimento dos manicômios — posteriormente chamados de hospitais psiquiátricos —, ambas concepções estão ligadas aos períodos de diferentes épocas históricas, sendo influenciadas na antiguidade clássica por pensadores gregos; nos séculos XV e XVI por exorcistas; nos séculos XVII e XVIII pelo enfoque médico; e no século XIX pelos manicômios. Foucault (2019) aponta as diferenças de concepções entre os séculos XVII, XVIII e XIX sobre loucura e doença: “pode ser que, de um século para outro, não se fale 'das mesmas doenças' com os mesmos nomes, mas isso é porque, fundamentalmente, não se trata 'da mesma' doença” (FOUCAULT, 2019, p. 214).

Foucault (2000) discorre sobre algumas discussões no transcorrer do século XIX, sendo que um dos principais debates estava em torno de que a loucura é determinada, e o culpado seria o próprio sujeito. Mediante esse argumento, o filósofo francês rebate dizendo “se o mundo projetado na fantasia de um delírio aprisiona a consciência que o projeta, não significa que ela se despoje de suas possibilidades de ser; mas é que o mundo, alienando sua liberdade, não pode reconhecer sua loucura” (FOUCAULT, 2000, p. 95), ou seja, a ambiguidade da loucura seria o sujeito se transformar, e a libertação do sujeito seria assumir um sentido paradoxal. Esse filósofo relata que, na problemática da loucura, o sujeito considerado louco seria uma espécie de sujeito criativo, sendo ousado e conseguindo burlar o que estava posto. Porém, ao ser considerado um ser livre, a sociedade poderia correr riscos devido às suas possibilidades de transformações.

Assim, seria admissível, a partir da análise foucaultiana da problemática da loucura, que a doença mental é apenas a forma histórica que adota a circulação de uma existência que vivencia a inautenticidade. Nesses casos, o sujeito recusa de forma constante a sua própria liberdade e fazendo a opção por se deixar absorver no seu desatino, legitimando o seu delírio,

assim como ressalta Foucault (2019, p. 557): “a nos colocarmos na incapacidade de usar de nossa liberdade e corrigir nossos erros”. Ou seja, a liberdade do louco só existe nessa insignificante distância que o torna livre para abandonar sua liberdade e acorrentar-se à sua loucura.

Em função dos elementos presentes na problemática da loucura, Foucault (2010) se posiciona quanto à necessidade de o sujeito direcionar sua inquietação ao cultivo do cuidado de si, ao exercício de práticas de si para se ter uma boa vivência diante das adversidades do período que vem vivenciando. A partir do século XIX, o enfoque passa a ser o tratamento/diagnóstico da loucura, dando espaço, principalmente, à clínica. As instituições que acolhiam apenas doentes mentais foram surgindo, oferecendo tratamento médico especializado e sistemático em instituições chamadas de manicômios. Assim, os estabelecimentos manicomialis exerciam a função social de disciplinar corpos e comportamentos, sendo considerada uma tecnologia de poder que visava a atender aos padrões de civilidade produzidos na modernidade.

Nesse sentido, a problemática da loucura e da prisão indicaram que a realidade histórica apresenta veracidades baseadas em certas regularidades, as quais são condenadas e constantemente reiteradas a ponto de se tornarem casuais e aceitáveis. Com isso, é necessário a identificação em dada realidade histórica dos “jogos de verdade”, por meio dos quais é possível ao sujeito fazer o seu reconhecimento em sua história.

Passaremos à problemática da prisão, abordando o nascimento das prisões de acordo com a visão foucaultiana.

2.1.2 A problemática da prisão

Adentrando as problemáticas da prisão, Foucault (2012) afirma que, no final do século XVIII e princípio do século XIX, no que diz respeito aos comportamentos socialmente indesejáveis, tem-se a passagem do suplício a uma penalidade de detenção. A partir de então, uma nova legislação delibera o poder de punir como uma função geral da sociedade que é exercida da mesma maneira sobre todos os seus membros. Esse filósofo francês investiga e descobre que, no corpo social, considerando, de um lado, a legislação e, de outro, configurações, condições e costumes dos sujeitos se comportarem — embora esses se apresentem igualmente representados ao considerar o aspecto da detenção e da pena — não há como deixar de perceber procedimentos de dominação característicos de um tipo particular de poder.

Foucault (2012) apresenta a possibilidade de uma nova visão sobre as instituições carcerárias e sobre a sociedade contemporânea no tratamento dado às prisões, a ponto de induzir o leitor a se interrogar, a se horrorizar, a recusar e, ao mesmo tempo, perceber assimilações e buscar mudanças sobre os mecanismos empregados no aprisionamento. Trata-se de uma investigação cuja experiência alcança de maneira acessível certos mecanismos, a saber, o aprisionamento e a penalização, os quais são bem referenciados na obra desse filósofo. A averiguação sobre as prisões representa uma mudança para esse filósofo e os leitores da obra: na medida em que a pesquisa ocorre, os fatos, as revelações e os seus desdobramentos proporcionam a possibilidade de ir além do que está apurado e sedimentado. Podemos dizer que a vivência dessa experiência permitiu ao autor não só chegar ao seu limite, mas cruzar e atravessar esta espécie de abismo.

De acordo com esse filósofo, a investigação sobre o nascimento das prisões foi viver uma experiência-limite, que se oferece, em dado momento, como um sujeito que se posiciona em oposição entre o acontecimento e a verdade demonstrada e, em outro, como alguém que se encontra com a possibilidade de enfrentamento dessa veracidade. Esse sujeito se depara diante dos “jogos de poder”, os quais, quando experimentados, constituem-se como entusiasmos que consentem remeter o sujeito à experiência provocadora de modificações. Assim, a sociedade contemporânea está diante de uma justiça que se apresenta como ordenadora, cuja finalidade é superar a angústia e o sofrimento causado pela forma anterior de punibilidade, conhecida como suplício.

Onde desapareceu o corpo marcado, recortado, queimado, aniquilado do supliciado, apareceu o corpo do prisioneiro, acompanhado pela individualidade do delinquente, pela pequena alma do criminoso, que o próprio aparelho do castigo fabricou como ponto de aplicação do poder de punir e como objeto do que ainda hoje se chama a ciência penitenciária (FOUCAULT, 2012, p. 213).

Dessa forma, Foucault (2012) realiza essa investigação não só para tornar conhecida a estrutura material sobre a prisão, mas também para buscar um melhor entendimento sobre sua configuração e, nela, alcançar as possíveis nuances que se desdobram por intermédio dessa experiência-limite. Ressaltamos ainda que a sociedade não reconhece os sujeitos que estão aprisionados como componente do corpo social, muito embora todos os subsídios que compõem a forma-prisão estejam presentes em todas as ocasiões dessa sociedade. A prisão estabelece, como seu principal objetivo, corrigir os diversos vícios e males que afetam a sociedade, distorcendo sua função original que é a de ressocializar. Esse filósofo desmascara a questão da

forma-prisão que afeta todo corpo social. Sendo assim, os sujeitos precisam obedecer às regras; caso contrário, a legislação será utilizada como recurso para um bom adestramento.

De acordo com Foucault (2012), entre os jogos de poder, próprios da história do pensamento e dos estados de dominação (loucura, prisão, sexualidade), temos as tecnologias governamentais, as quais são condições disponíveis ao próprio sujeito no procedimento e no exercício das relações de força. Entretanto, há que se abarcar que, se as relações de forças derivam da relação com o poder, só é possível um pleno exercício dessas técnicas em meio a um processo que se movimenta entre veracidade, poderio e sujeito.

Conforme esse filósofo, as concepções de saber e poder carregam os dispositivos presentes nas relações de poder, tendo a possibilidade de se constituir em discursos, práticas e estratégias que se desarticulam paulatinamente. É mediante esse procedimento que esse pesquisador emprega as apreciações das problemáticas por ele desenvolvidas, de modo a alcançar “deslocamentos”; seja na apreciação do poder quando nos proporciona os “dispositivos de poder”, seja na inquirição sobre a loucura e as prisões com os “dispositivos disciplinares”. Então, nas relações de poder estão dispositivos que desencadeiam relações de força, as quais, por sua vez, assentam o sujeito face à análise de como o saber se apresenta, seja produzindo ideias ou verdades e, ao mesmo tempo, elabora críticas que permitem ao sujeito se deparar com dispositivos presentes nas pretensas verdades estabelecidas para fazer parte do jogo. Agora, passaremos a discorrer sobre os dispositivos disciplinares, mediante as abordagens foucaultianas.

2.2 Prisão e os dispositivos disciplinares

Um dos pontos tocados por Foucault em sua vasta reflexão concerne ao modo de funcionamento das prisões, abordando a função de normatização dos sujeitos a partir de instituições de arquitetura panóptica, tal como a instituição socioeducativa. Essas instituições, também chamadas por Foucault (2012) de “instituições de sequestro”, visam controlar o tempo dos sujeitos. Duas de suas funções podem ser citadas: a extração da totalidade do tempo e o controle dos corpos. Isso significa que, para o seu funcionamento, deve existir uma disciplina geral da existência.

Foucault (2012) aborda o poderio disciplinar nas prisões, expondo que é o único ambiente onde o poder pode surgir em condição pura em suas extensões mais abrasadoras e se relevando como poder moral. O autor supracitado considera que o exercício do poder não se traduz de forma mais clara do que nas práticas disciplinares, entendidas como procedimentos

que admitem o controle atento do funcionamento do corpo, garantindo a submissão constante das suas forças e conferindo-lhe uma relação de docilidade-utilidade. Nesse sentido, a disciplina não se trata de uma instituição ou mecanismo no Estado, sendo, por si, uma técnica de poder que consegue ultrapassar todas as instituições e mecanismos, ou seja, podemos inferir que a disciplina é um método de gestão e adestramento dos sujeitos. Assim, consegue fazer com que o poder opere no corpo do sujeito, empregando a punição e a vigilância como aparelhos de adestramento, servindo para docilizar o sujeito. A partir da atuação desse procedimento de poder, o sujeito se adéqua aos preceitos estabelecidos pelas instituições.

Para Foucault (2012), as punições de comportamentos eram consideradas danosas ao corpo social, uma vez que está intimamente ligada ao domínio e vem assombrando a história da humanidade. Dito de outra forma, a punibilidade foi treinada de diversas formas, ressaltando que uma das mais longínquas, conhecida mediante documentos franceses da Idade Média, acontecia por meio de cerimônias públicas de torturas, chamados suplícios. Nesses, predominavam ações de súplicas dos execrados, frente a espectadores, com o objetivo de dominar e amedrontar. As penalidades eram impostas de forma que extrapolavam o próprio crime cometido, geralmente de forma cruel. Nesse sentido, o referido autor destaca que, nessa época, além dos processos serem de forma secreta, o aparelho judiciário laborava de acordo com os anseios dos senhores dominadores da localidade, sendo que o saber era privilégio absoluto da acusação. Sendo assim, os processos criminais podiam ocorrer sem que o acusado ou o público tivessem conhecimento das alegações, provas ou até mesmo depoimentos de testemunhas. Dessa maneira, as torturas eram mais do que formas bárbaras de vingança, mas métodos de dominação, sustentação e intensificação da relação de poder soberano-submissos por meio do terrorismo que visavam gerar nesses dominados. Acreditava-se que os bandidos e as demais camadas populares fossem se submeter ao poder monarquista e que suas atuações ou reações fossem coibidas ao verem o espetáculo de sofrimento físico causado ao sentenciado.

Segundo Foucault (2012), há um estilo de punibilidade para cada tempo, pois o autor descreve que, durante o século XVIII, existiam castigos corporais como mutilação, queimaduras e a própria morte por meio de esquartejamento impostos como pena. Porém, em meados do século XIX, essas punições deixaram de ser eficientes. Assim, as alterações sociais implantaram códigos e júris para que assim realizassem as decisões dos apenados daquela época. Desta forma, podemos inferir que os movimentos históricos e culturais já não admitiam uma justiça com engrenagens capazes de assumir publicamente parte da violência de maneira espetacular. Por isso, o suplício foi abolido, sendo disponibilizado os sistemas de privações.

Se a justiça ainda tiver que manipular e tocar o corpo dos justificáveis, tal se fará à distância, propriamente, seguindo regras rígidas e visando a um objetivo bem mais “elevado”. Por efeito dessa nova retenção, um exército inteiro de técnicos veio substituir o carrasco, anatomista imediato do sofrimento [...] eles lhe garantem que o corpo e a dor não são os objetos últimos de sua ação punitiva (FOUCAULT, 2012, p. 14).

No entanto, essas formas de punibilidade tiveram efeitos negativos, não conseguindo que ocorresse sua manutenção. À medida que o século XIX se aproximava, os argumentos para uma maior humanização sobre as práticas penais se espalharam por toda Europa. Foi considerado impossível não aproximar a figura do executor, ou seja, do “carrasco”, com a do criminoso, e a do Juiz com a dos homicidas, pela semelhança das atitudes. Sendo assim, uma nova moral do ato de punição começava a crescer. O aumento dos costumes de produções capitalistas conseguiu moldar as transformações sociais, políticas e econômicas. Essas modificações levaram a diferentes tipologias criminais e diversificadas penalidades. As penalidades por meio dos castigos passaram de ser consideradas como uma arte das percepções intoleráveis a uma economia dos direitos suspensos. Assim, Foucault (2012) foi relatando a história da prisão, uma vez que as legislações estavam sendo reformuladas, abandonando a tortura física, agora considerada ineficaz e substituível, partindo para a separação do infrator, que deve ser (re)treinado dentro de um ambiente de aprisionamento para que assim possa voltar a conviver em sociedade.

Essa naturalidade com que a prisão se insere em nossa sociedade remete ao fato de que se apresenta como um castigo justo e igualitário na medida em que priva o sujeito de uma propriedade, princípio e valores fundamentalmente universais: a liberdade. Por outro lado, a instituição-prisão parece não fazer mais do que reproduzir todos os mecanismos encontrados no corpo social, embora possa acentuá-los e não pareça qualitativamente diferente da vida fora dos muros do aprisionamento. Essa combinação de aspectos jurídico-econômicos e técnico-disciplinares teria feito a prisão aparecer, concretizada e solidificada como a forma mais direta e civilizada de todas as penas (FOUCAULT, 2012).

Nessa esteira, a prisão se torna peça fundamental no conjunto das punições, o qual marca um momento importante na história da justiça penal, considerada igualitária. Porém, tal conjunto é investido pelas assimetrias das sujeições disciplinares. Com isso, mesmo nas sutilezas imbricadas entre o legal da justiça e o extralegal da disciplina, por meio de uma hierarquia produzida pela própria prisão, as organizações criminosas são construídas dentro do ambiente de aprisionamento, demonstrando a sua ineficácia, ou seja, a prisão se apresenta como

uma instituição cruel e derrocada, uma vez que demonstra os seus propósitos correcionistas, perpetuando e reproduzindo criminalidade.

Foucault (2012) relata que, por intermédio de uma economia de poder e, a partir do vigiar, observar e controlar, passam a ser consideradas ações mais praticáveis e eficazes quanto a submissão física e a repressão. A criação da instituição-prisão foi uma das formas de apresentar uma aparelhagem destinada a tornar os sujeitos dóceis e úteis por meio de um trabalho preciso sobre seus corpos, antes que a lei viesse a defini-los, como uma espécie de punibilidade nobre. À medida que o corpo útil e dócil se tornava importante, foram desenvolvidos dispositivos para tirar o máximo de tempo e força dos sujeitos para exercitarem seus corpos, expondo-os para que pudessem ser observados e constituídos como um saber que confirmaria esse processo. Nessa seara, os corpos considerados “enclausurados” pelas instituições disciplinadoras seriam encorajados a se despirem do que lhes constitui, a fim de se reconstruírem de acordo com o que seria considerado necessário e socialmente útil.

Prova disso seriam as semelhanças existentes entre as prisões e as instituições com outros tipos de finalidades, que são os antigos sanatórios para doentes mentais, os reformatórios para jovens, internatos, quartéis, entre outras organizações que eram vistas por diversos autores como semelhantes, justamente por compartilharem algumas peculiaridades (FOUCAULT, 2012). Essas correspondem a ideais disciplinares, promovendo o isolamento dentro do lugar institucional, potencializando o controle das necessidades humanas, tendo uma organização de forma burocrática e se submetendo a um poder total.

Além disso, esse filósofo suplantou as técnicas disciplinares, argumentando que, desde o fim do século XVIII, teríamos entrado na era do biopoder e, assim, foram se desenvolvendo técnicas concomitantes para além da submissão dos corpos, uma vez que os sujeitos, dentro e fora das instituições, estão imbuídos de mecanismos regulatórios ou de segurança que interferem em suas vidas. Nessa esteira, esse filósofo relata que a disciplina não se trata de uma instituição ou mecanismo no Estado, sendo, por si, uma técnica de poder que consegue ultrapassar todas as instituições e mecanismos, ou seja, a disciplina seria um método de gestão e adestramento dos sujeitos.

Conforme Foucault (2012), o poder não é analisado de maneira vertical ou central, sendo um exercício manipulado por diferentes entidades, pessoas e instituições, criando assim, uma circunstância de capilaridade, visando múltiplas direções. Com isso, as relações de poder atuam como instrumento, atravessando corpos, por meio das relações de forças. Foucault (2012, p.25) afirma que “o corpo também está diretamente mergulhado num campo político, as relações de poder têm alcance imediato sobre ele [...]. O corpo é investido por relações de poder e

dominação”. Nesse sentido, esse filósofo relata que o poder consegue operar no corpo do sujeito, empregando a punição e a vigilância como aparelhos de adestramento, servindo para docilizar o sujeito. A partir da atuação desse procedimento de poder, o sujeito se adéqua aos preceitos estabelecidos pelas instituições.

Nesse tocante, essas relações de poder perpassam todo esse cenário de constituição de subjetividades e de pertencimento, sendo assim, os enunciados que expressam receio, falta de esperança e resignação podem revelar saberes que são colocados em circulação para tornar os sujeitos disciplinados e dóceis. Dito de uma outra maneira, os discursos que emergem de um ambiente de privação de liberdade podem ser encarados como “espaço” de luta. Outro aspecto que parece bastante claro nos mecanismos do enclausuramento diz respeito à condição desejada e exigida da superação do aprisionamento: a transformação dos sujeitos aprisionados, conforme relata o filósofo: “(...) se se impõe a um castigo a alguém, isto não é para punir o que ele fez, mas para transformá-lo no que ele é” (FOUCAULT, 2012, p.138).

O exercício de poder sobre o corpo leva Foucault (2012), em um primeiro momento, a averiguar o dispositivo disciplinar, com foco nas estratégias disciplinares. O termo “dispositivo” surge nos estudos desse filósofo, instituindo-o como operador que possui uma espécie de potência mediante ao poder, uma vez que estão presentes nos dispositivos tanto as metodologias, como configurações de sujeição praticadas por autoridades que adotam o poder enquanto representação da história, quanto as táticas para superá-las. O dispositivo disciplinar tem por finalidade o exercício de poder que submete e disciplina os corpos. A partir disso, pode-se entender o problema da disciplina. Foi essa relação de poder específica que Foucault chamou de poder disciplinar, ou seja, a disciplina

não se pode identificar como uma instituição nem com um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvo; ela é uma “física” ou uma “anatomia” do poder (FOUCAULT, 2012, p. 177).

De acordo com Foucault (2012), a disciplina são metodologias que aceitam o controle meticuloso das intervenções do corpo, que atingem a sujeição constante de suas forças. O filósofo relata que “a prisão leva à mais forte intensidade de todos os processos que encontramos nos outros dispositivos de disciplina. Ela tem que ser a maquinaria mais potente para impor uma nova forma ao indivíduo pervertido” (FOUCAULT, 2012, p. 199). Nesse sentido, a disciplina serviria como uma tecnologia de poder, uma vez que tem como objetivo distinguir e dominar os sujeitos que se encontram intimamente ligados às instituições, não sendo

possível disciplinar sem uma demarcação espacial. Com isso, as práticas minuciosas ministradas por dispositivos disciplinares fabricam individualidades. As prisões, os exércitos, os hospitais, as oficinas, entre outras instituições, usam técnicas peculiares de utilidade e docilidade. Nessa perspectiva, conforme o autor, a disciplina aumenta as forças do corpo, sendo em termos econômicos de utilidade; e diminui essas mesmas forças, sendo em termos políticos de obediência.

Conforme Foucault (2012), um dispositivo disciplinar atua a partir de um grupo de estruturas, sendo a arte das distribuições (contém elementos que efetivam a disciplina²⁰) o controle da atividade, a organização da gênese e a composição das forças, admitindo três modalidades de controle: a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o instrumento de exame.

2.2.1 A vigilância hierárquica

Conforme Foucault (2012), a vigilância hierárquica supõe um dispositivo que obriga por meio do jogo do olhar. Dito de outra maneira, é um instrumento em que os procedimentos toleráveis conseguem visualizar e induzir a implicações do poder, sendo que os meios coercitivos se tornam visíveis para quem vai sofrer com as implicações desse poderio. Podemos fazer uma alusão ao modelo das escolas militares e paroquiais analisadas pelo filósofo francês, ao qual esse autor se refere como um ambiente artificial bem dividido e que possibilita a prática da vigilância. Nesse sentido, mediante à vigilância hierárquica, o poder disciplinar “torna-se um sistema ‘integrado’, ligado do interior à economia e aos fins do dispositivo onde é exercido” (FOUCAULT, 2012, p. 148), ou seja, a vigilância acaba por organizar o poder no interior do dispositivo.

Foucault (2012) afirma que a vigilância hierarquizada não é algo que se captura e nem se transfere, mas funciona como um aparelho que distribui os sujeitos. Esse autor postula que, se é verídico que o arranjo piramidal lhe oferece um chefe, então esta chefia seria o aparelho inteiro que produz poder e, acima de tudo, distribui os sujeitos nessa arena permanente e ininterrupta. Para esse autor, o poder disciplinar visa controlar de forma contínua quem estiver com a incumbência de controlar/dominar. A vigilância hierarquizada não pode ser confundida como um componente que permite a detenção do poder, uma vez que seu funcionamento é

²⁰ Conforme Foucault (2012), no que se refere à vigilância, ela apresenta quatro elementos que efetivam a disciplina: a arte das distribuições (imposição da disciplina), o controle de atividades, a organização das gêneses (capacitação do tempo) e a composição das forças.

operado em rede de relações como uma espécie de maquinário. Conforme esse filósofo, a vigilância hierárquica existe como um sistema de poder sobre o corpo alheio, integrado por meio de redes verticais de relações de domínio, exercidas por dispositivos que impõem pelo olhar, pelas técnicas observatórias, atuando na visibilidade plena dos sujeitos que se encontram submetidos, produzindo efeitos de poder.

2.2.2 A sanção normalizadora

De acordo com Foucault (2012), outro formato de controle é a sanção normalizadora, que aborda as formas de punição que não se restringem ao campo jurídico formal, pois, se cada instituição tem seus métodos de controle, logo, cada aparato apresenta em seu interior uma pequena estrutura penal, suas configurações de condenar e punir. Assim, as punições não se produzem no domínio daquilo que é ou não proibido por lei, mas, sim, serão impostas de acordo com as condutas dos sujeitos que se limitam a um domínio de bom ou mau, estipulado por um certo dispositivo. São formas de punição que têm por objetivo corrigir os corpos humanos e torná-los viáveis ao padrão de comportamento de cada instituição.

Conforme esse autor, a punição distingue os sujeitos comparando-os a uma mediana institucional, ou seja, realiza um delineamento do limite que decidirá a diferença em relação às contestações e ao alcance exterior do anormal. Foucault (2012) diz que a punição perpétua atravessa e monitora todas as questões e todos os momentos das instituições disciplinares, ou seja, checa, distingue, hierarquiza, homogeneíza e exclui. Dito de outra maneira e se expressando em uma só palavra, normaliza. Dito isto, podemos dizer que a sanção normalizadora existe como um sistema dobrado de recompensa (ascensão) e de penalidade (deterioração), instituído para corrigir e reduzir os desvios, especialmente mediante micro-penalidades baseadas na temporalidade, em atividades e maneiras de se comportar, sendo fundadas em legislações, programas e regulamentos/regimentos que venham a originar a identificação dos sujeitos.

2.2.3 O instrumento de exame

No que se refere ao instrumento de exame, Foucault (2012) o trata como um artifício que visa qualificar, classificar e punir os sujeitos, ou seja, ele os regulariza e os torna visíveis à perspectiva das instituições, sendo que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é considerado altamente ritualizado. Especificamente nesse dispositivo, reúne-se o ritual do

poder, o formato do experimento, a manifestação da força e o estabelecimento da veracidade, sendo comprometidos com todo um tipo de saber e poder.

A constituição de saberes sobre cada sujeito demonstra que o exame faz as individualidades entrarem num domínio documentário. Para Foucault (2012), a acumulação dos documentos, sua seriação, a organização de campos permite classificar, formar categorias, estabelecer medidas e fixar normas, tornando aceitável a comparação de cada componente das instituições com a massa, ou seja, pondera o sujeito comparando-o a certa média do dispositivo, possibilitando a avaliação constante de sua evolução. Esses arquivos sobre os homens são formas de controle que atendem à sanção normalizadora, ou seja, é preciso ver o sentido dos mecanismos de exame, o lado da constituição dos dispositivos de disciplina e da concepção de um novo tipo de poder sobre os corpos. Foucault (2012) menciona que, de forma aparente, busca-se nesses arquivos de precário prestígio a localização da elaboração do jogo moderno das repressões sobre os corpos, gestos e condutas. O exame representa a junção de técnicas hierárquicas (vigilância) com técnicas normalizadoras, em que relações de poder criam o saber e constituem o sujeito como efeito e objeto de relações de poder e saber.

Nesse sentido, quando esse filósofo francês discorre sobre o grupo de componentes e a possibilidade das formas de controle, adverte sobre o funcionamento de um aparelho disciplinar congregando todas essas perspectivas. Ressalta-se, ainda, a questão do espaço fechado e vigiado em que os sujeitos ficam confinados, constituindo-se, assim, um modelo de dispositivo disciplinar, no qual cada sujeito é constantemente localizado, verificado e distribuído, chamado por esse autor de panóptico, o qual será abordado na próxima seção.

2.3 O panóptico

Conforme Foucault (2012), o século XIX exigia um poder disciplinar por meio de estruturas físicas capazes de controlar, corrigir e transformar os sujeitos que se encontravam nesse ambiente regulatório. Esse lugar é descrito pelo autor como uma arquitetura fechada, complexa e hierarquizada, que se agrega no próprio corpo do Estado. Com isso, esse período necessitava de um arcabouço arquitetônico que viesse a compor uma forma de controle, que fosse diferente do cárcere que trancafiava e coibia. Assim, era preciso que esses presos estivessem sempre visíveis ao olhar constante do vigia na torre, em formato de estrela, círculo ou semicírculo, subdividida em interstícios, o qual foi chamado de construção panóptica²¹.

²¹ Conforme Foucault (2012), panóptico consiste num prédio em forma de anel com uma torre na parte central que se encontra a certa distância da área circular. A parte anelar é dividida em celas, sendo que a parte dos fundos das

A apreciação do panóptico é importante para revelar de forma detalhada o modo como se concretiza a relação entre os dispositivos disciplinares nas sociedades ocidentais a partir do século XVII, mas que só surge de modo mais contundente no século XVIII. Nas investigações desse filósofo francês, essas relações e o modo de funcionamento desses dispositivos são os subsídios que formam aquilo que ele nomeia como sociedade disciplinar. Foucault (2012) partiu da análise de Jeremy Bentham, um dos precursores da apreciação do dispositivo disciplinar. Os dispositivos dessa sociedade disciplinar preceituam as multiplicidades humanas e, para tal, deliberam técnicas de poder que hierarquizam e particularizam os sujeitos. O panóptico de Bentham seria o começo de uma nova anatomia política, como estrutura de disciplina aplicada na construção de um novo tipo de sociedade em penitenciárias, permitindo a classificação das multiplicidades humanas conforme estratégias de poder, com redução da força política (corpos dóceis) e ampliação da força útil (corpos úteis) dos sujeitos submetidos.

Daí, para extrair dos corpos o máximo de tempo e de forças, esses métodos de conjunto que são os horários, os treinamentos coletivos, os exercícios, a vigilância ao mesmo tempo global e minuciosa [...] é para fazer crescer os efeitos utilizáveis do múltiplo que as disciplinas definem táticas de distribuição, de ajustamento recíproco dos corpos, dos gestos e dos ritmos, de diferenciação das capacidades, de coordenação recíproca em relação a aparelhos ou a tarefas (FOUCAULT, 2012, p. 181).

Portanto, os procedimentos de certos dispositivos disciplinares permitiram a criação de outras formas de avaliação dos seres humanos, abordando novos processos que visam cultivar saberes. Nessa perspectiva, o panoptismo funciona como uma diversidade de dispositivos disciplinares, dito de uma outra maneira, como uma rede que se estabelece fabricando sujeitos úteis e dóceis, conforme a finalidade de cada instituição, sendo considerado uma rede que admite conduzir o sujeito de uma instância disciplinar a outra, e de forma contínua. Assim, podemos deduzir que o sonho do panoptismo seria um dispositivo disciplinar sem fim.

2.4 O aprisionamento no socioeducativo sob uma visão foucaultiana

Segundo Foucault (2012), as prisões foram estabelecidas com o intuito de ser um instrumento de reforma. Porém, os ambientes de aprisionamento fracassaram totalmente em seus propósitos de internar pessoas com o intuito somente de punir e corrigir. “Imaginou-se que

celas caracteriza-se por ter grades que permitem que a luminosidade de fora do prédio penetre esses espaços fechados. Dessa forma, o sujeito enclausurado está sempre num campo de visibilidade. As laterais das celas são fechadas por paredes, o que impede que o enclausurado se comunique com o sujeito da cela ao lado.

o internamento, a ruptura com o meio, a solidão, a reflexão, o trabalho obrigatório, a fiscalização contínua, as exortações morais e religiosas conduziriam os condenados a se emendar” (FOUCAULT, 2012, p. 65). Esse filósofo declara que a prisão seria vista como uma solução desprezível e que não pode ser abandonada. Sendo assim, a prisão continua sendo proposta como seu próprio remédio e a singular forma de reparação de seu fracasso que vem sendo permanente.

Nessa seara, com a finalidade de normalizar sujeitos, a unidade socioeducativa é considerada um espaço de confinamento, uma vez que utiliza meios regimentais para a sua devida regulação. No caso desta pesquisa, a unidade socioeducativa é considerada uma instituição de reclusão, uma vez que se apresenta com seus espaços fechados e totalmente vigiados, horários pré-estabelecidos e disciplinamento entranhado em sua rotina. Para cumprir o seu papel social, a unidade socioeducativa utiliza dispositivos, técnicas ou instrumentos de poder, que venham a ser capazes de produzir comportamentos e de fabricar sujeitos para uma sociedade capitalista, visando a ressocialização dos sujeitos acautelados, consequentemente reinserindo-os na sociedade, mantendo a ordem social que o Estado tanto preza. Trata-se de pensar como se configura a ordem social, pois nascem novos discursos, nos quais existe a produção da vida de um determinado lugar, pois é a ordem social pensada em conjunto com uma sociedade disciplinar, conforme declara Foucault (2012, p.13): “[...] na crítica das instituições, vemos formar-se uma nova estratégia para o exercício do poder [...]”, e que tal exercício é o da ordem da disciplina e normalização.

De acordo com Foucault (2012) os sujeitos são considerados dóceis para a política e úteis para a economia, uma vez que se coloca em funcionamento por meio de efeitos de poder, ou seja, o sujeito acautelado, que foi privado da sua vida em sociedade por um período determinado, dentro do ambiente de aprisionamento, é controlado na execução de suas atividades e ações. Sendo assim, literalmente, ele é adestrado. Nesse sentido, a normalização se dá pelo poder disciplinar, como, por exemplo, a unidade socioeducativa, que funciona conforme as legislações vigentes e com o propósito de ressocializar esses sujeitos por meio de ações pedagógicas, mas se contradiz apresentando em seus regimentos normativos diversas situações que, na prática, torna inviável considerá-las como ações educativas.

Conforme Foucault (2012), o sofrimento do corpo e a dor não são mais os subsídios característicos da pena, uma vez que, em um ambiente socioeducativo, a disciplina é priorizada ao invés da socioeducação²², segundo as leis, que abordam o sujeito acautelado. Cabe ressaltar

²² A socioeducação tem como objetivo principal “o desenvolvimento de variadas competências que possibilitem que as pessoas rompam e superem as condições de violência, de pobreza e de marginalidade que caracterizam sua

que, em qualquer ambiente de reclusão, seja ele prisional ou socioeducativo, não se espera mais que o corpo seja supliciado como no passado, mas que possa ser corrigido e (re)formado, permeado pela dita “normalização” que tem a pretensão de promover experiências de conversões, demonstrando a destruição dos velhos hábitos dos sujeitos e conseguindo devolvê-los “transformados” ao Estado que os havia perdido. Dito de uma outra forma, a orientação que os profissionais que atuam como gestores em um ambiente de aprisionamento recebem é para agir de forma antecipada, ou seja, o sujeito aprisionado precisa ser (re)inserido em uma sociedade que não tem lugar para ele.

Nesse sentido, a temática da ressocialização vem sendo discutida pelos órgãos governamentais e ressignificada no próprio discurso desse sujeito, que se tornou uma espécie de condão mágico para solucionar a problemática da violência. A compreensão dos processos de ressocialização, bem como suas falhas e sucessos, não pode se restringir à buscas de heróis e vilões, ou seja, é preciso uma melhor compreensão e principalmente um aprofundamento sobre as questões de reordenamentos institucionais e, acima de tudo, a disponibilidade de escutas minuciosas daqueles que participam da concretização do cotidiano institucional dos sujeitos acautelados (gestores, técnicos e agentes socioeducativos). É por meio desse ambiente de aprisionamento, enquanto espaço institucional, que vamos analisar os modos de subjetivação presentes na escrita das cartas dos sujeitos acautelados para seus familiares.

2.5 Os aparelhos ideológicos e repressivos do Estado: Althusser e Pêcheux

Conforme Althusser (1980), a ideologia consiste em “um sistema de ideias, de representações que dominam o espírito de um homem ou de um grupo social” (ALTHUSSER, 1980, p. 81). Ressalta, ainda, que a ideologia vai além das representações e de um esquema ou emaranhado de sistemas imaginários, os quais se configuram a partir de um aspecto particular, ou seja, a luta de classes. Ainda de acordo com esse autor, os aspectos ideológicos tendem a firmar a analogia imaginária dos homens com as suas reais condições materiais de vivência. Dito de uma outra forma, a ideologia estaria a serviço de uma designada classe, cujo objetivo real seria impor sua dominação, ou seja, a luta de classes é, sobretudo, uma luta ideológica.

Althusser (1980) proporciona um novo elemento para a discussão em curso, tratando da problemática da ideologia baseada nos conflitos de classes, além de questões gerais sobre o

exclusão social” (BISINOTO, et al., 2015, p. 581-582). Dessa forma, a socioeducação é um conjunto articulado de programas, serviços e ações desenvolvidos a partir da articulação entre práticas educativas, responsabilização social, aspectos jurídicos, demandas sociais e direitos humanos.

homem, demonstrando interesse nos aspectos lógicos, sociais e históricos investidos na ideologia de classe, ou seja, “uma teoria das ideologias repousa em última análise na história das formações sociais, e, portanto, dos modos de produção combinados nas formações sociais, e das lutas de classe que se desenvolvem nelas” (ALTHUSSER, 1980, p. 82). Assim, se a história é a biografia da luta de classes, então a ideologia sempre existiu, o que permite dizer que as ideologias “têm uma história sua; e por outro lado, acredito poder sustentar ao mesmo tempo que a ideologia em geral não tem história, não em um sentido negativo (o de que sua história está fora dela), mas num sentido totalmente positivo” (ALTHUSSER, 1980, p. 84).

Conforme Althusser (1980), um elemento de fundamental importância para a questão da ideologia é que ela tenha uma existência material, ou seja, os subsídios da trama ideológica não são apenas interpretações abstratas, mas implicam em um ato e prática que normalmente são percebidos como um “Aparelho ideológico de Estado”. Portanto, para além da questão ideológica presente na concepção das práticas concretas e materiais, há outra análise que esse autor aborda, revelando que a ideologia só existe para o “sujeito”. Dito de outra forma, só há ideologia pelo sujeito e para os sujeitos, ou seja, “a ideologia existe para sujeitos concretos, e esta destinação da ideologia só é possível pelo sujeito: isto é, pela categoria de sujeito e de seu funcionamento” (ALTHUSSER, 1980, p. 93).

No que se refere a nossa sociedade, o capitalismo se constitui por classes dominantes e dominadas e, mesmo sem o uso da violência em todas as circunstâncias, a base de seu ordenamento jurídico é sempre sustentada pela força material. Para Althusser (2008), essa engrenagem é realizada por meio das instituições; melhor dizendo, dos Aparelhos subdivididos em Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) e Aparelho Repressor de Estado (ARE). De acordo com esse autor, os “bons sujeitos” geralmente operam por conta própria, por meio de ideologia realizada pelos AIEs, enquanto “os maus sujeitos” precisam da intervenção do ARE.

Segundo Althusser (2008), o ARE, como órgão único e centralizado, atua predominantemente por meio da violência física e é representado pelas forças armadas, tribunais, magistrados e prisões. Os AIE, constituídos pela escola, igreja, partido político, sindicato, família, etc, funcionam de forma predominante pela ideologia, desprovidos, pelo menos visivelmente, de atitudes repressoras. Podemos dizer que esta divisão não pode ser considerada fixa, conforme mencionado pelo autor supracitado.

O Aparelho Repressivo do Estado funciona predominantemente, por meio da repressão e secundariamente por meio da ideologia. Os Aparelhos Ideológicos do Estado funcionam por meio da ideologia, mas, secundariamente de forma atenuada e quase simbólica, por meio da repressão (ALTHUSSER, 2008, p. 112).

Conforme a percepção althusseriana, o objetivo desses dispositivos é garantir as condições de exploração das classes dominadas, com base na infraestrutura que ampara a base desse edifício de monopólio econômico através da superestrutura²³ que garante, ao mesmo tempo, as condições de exercício dessa exploração pelo ARE ao reproduzir suas relações de produção pelos AIE. Nesse contexto, as lutas de classes se dividem em: a luta dos exploradores que possuem os meios de produção; e a luta dos explorados que não detêm de qualquer meio de produção e são forçados a vender, em nossa ambiciosa sociedade de consumo, sua força de trabalho.

Mediante a forma que Althusser (2008) pensa o Estado, o direito é gerido tanto pelo ARE quanto pelos AIE, alcançando um funcionamento por meio de uma ideologia jurídico-moral, apoiada por ingerências repressoras intermitentes, pois são esses aparelhos que agenciem a sustentação da reprodução das relações de produção/exploração capitalista. Esse autor relata que a forma-sujeito que toma todo sujeito se explica pelo fato de que a ideologia tem por função constituir sujeitos pelo viés da interpelação, sendo a mesma condição para o seu funcionamento. Esse pesquisador, ao abordar os AREs e AIEs, faz questão de pontuar que tais aparelhos não se embarçam, uma vez que qualquer aparelho de Estado pode funcionar tanto pela violência quanto pela ideologia. Nesse sentido, não há aparelhos de Estado puramente repressivos ou puramente ideológicos. Sendo assim, a prisão é uma instituição do ARE que se apresenta como elemento auxiliador no processo de segregação que extingue, colocando para fora do sistema, sem a possibilidade de retorno, esses sujeitos, considerado “desqualificados” para essa sociedade pautada por um sistema em que não há espaço para todos, sendo necessário expelir (prender) esses sujeitos considerados perturbadores para a sociedade capitalista. Dito de uma outra forma, é necessário tirar de cena esses sujeitos que estão sendo a problemática de tudo que acontece de errado no meio social.

Não podemos deixar de mencionar Pêcheux (2009) com sua obra **Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio**, com a qual promove uma discussão acerca dos aspectos que retoma sobre o pensamento althusseriano, no que se refere a (re)leituras e (re)significações conceituais realizadas no campo teórico da AD. Ressalto que esse autor, assim como Althusser, tem como base teórica o marxismo, apresentando uma releitura dos AIEs para reafirmar que as ideologias não são feitas de ideias, mas, sim, de práticas. Para ele, a ideologia

²³ Althusser (2008) trabalha com o conceito de infraestrutura e superestrutura metaforizada em um edifício para explicar o funcionamento da sociedade: na base que alicerça, está a economia (infraestrutura) e nos andares superiores, a superestrutura, estão as instâncias jurídica, política e ideológica.

não se reproduz de maneira sempre igual e homogênea à sociedade; não se concebe a ideologia como instrumento particular de cada classe, como se vivesse a luta de classe de forma prévia e com suas particularidades próprias; os AIEs são lugares das realizações da ideologia da classe dominante; os AIEs não são puros instrumentos da classe dominante, mas é o palco de uma dura e ininterrupta luta de classes, ou seja, eles são contraditoriamente, considerados o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção (PÊCHEUX, 2009, p.131).

Portanto, esse autor reconhece que Althusser absolve o essencial da questão materialista que versa em colocar a independência do mundo exterior (conhecimento objetivo de suas leis) em relação ao sujeito e a sua dependência com a exterioridade, demonstrando inquietação com a constituição de uma teoria materialista dos processos discursivos. Esse autor ressalta, ainda, que os interesses políticos do movimento operário e do materialismo histórico são indissociáveis. Para esse autor, a reprodução, bem como a mudança das relações de produção, é um procedimento objetivo que, devido às peculiaridades, deve ser desvendado.

Pêcheux (2009) retoma as discussões sugeridas por Althusser sobre a luta de classes para debater a temática da língua. De acordo com ele, a língua é indiferente à divisão de classes e a sua luta, mas as classes não podem ser indiferentes à língua. Dito de uma outra forma, essa “indiferença” da língua relacionada com a luta de classes assinala a autonomia relativa do sistema linguístico. Para esse autor, a luta de classes atravessa o modo de produção em seu conjunto, o que, no campo da ideologia, indica que a luta de classes ocorre pelos AIEs. Diante desse contexto, podemos relatar que a luta da classe dos operários na essência dos AIEs é considerada uma luta contra sua estrutura e seu funcionamento. Esse autor acrescenta ainda que “o ideológico, enquanto representação imaginária, está subordinado às forças materiais ‘que dirigem os homens’, reinscrevendo-se nelas” (PÊCHEUX, 2009, p.73).

De acordo com Pêcheux (2009), os AIEs não são a expressão do predomínio da ideologia da classe dominante, ou seja, são os espaços e meio de efetivação, sendo que é pela disposição dos aparelhos ideológicos de Estado que essa ideologia se configura dominante, uma vez que alcança e é alcançada. Entretanto, esse autor ressalta que os AIEs não são meros aparelhos da classe dominante e, sim, instrumentos ideológicos que procriam as relações de produção que já existem, pois, a instauração dos AIEs acontece na arena de uma dura e contínua luta de classes.

Nesse sentido, surgem as categorias da ideologia e inconsciência, sendo aparentemente conflitantes e excludentes. Assim, pautado na vinculação entre essas duas categorias, Pêcheux (2009) irá propor um novo olhar teórico para a reprodução/alteração das relações de classe. Segundo esse autor, é uma conexão conceitual com um peso amplo, que ainda está no estágio

das propagações teóricas, adentrando o anonimato. Contudo, pode-se perceber o caráter comum das disposições-funcionamentos da ideologia e do inconsciente, que “é o de dissimular sua própria existência no interior do seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências ‘subjetivas’, [...] como ‘que afetam o sujeito’, mas nas quais se constitui o sujeito” (PÊCHEUX, 2009, p.153). Esse autor postula sobre a necessidade de uma teoria materialista do discurso, em que esse destaque instintivo do sujeito (como origem ou causa de si) se atrelasse à evidência do sentido.

Pêcheux (2009), dessa forma, constrói uma teoria do discurso, tendo por objeto teórico o discurso como espaço da constituição do sujeito e do sentido, composições essas intercedidas pela materialidade da língua. Com isso, esse autor se preocupou com os estudos da linguagem, fazendo uma articulação entre a língua e os procedimentos sócio-históricos e ideológicos, em que idealiza o sistema linguístico como um embasamento material comum sobre o qual desenvolvem processos discursivos diversificados. A teoria do discurso projeta a constituição dos sujeitos e sentidos no relacionamento da língua com a ideologia e o inconsciente. Conforme o autor, é a ideologia que fornece essas evidências, as quais fazem com que um enunciado queira dizer alguma coisa, e o que realmente o sujeito quer proferir, disfarçando, assim, de acordo com a transparência da linguagem, o caráter material do sentido²⁴.

Dito de uma forma resumida, conforme a perspectiva pêcheuxtiana, existe uma preocupação com a análise dos processos sócio-histórico-ideológicos que conseguem tecer os acontecimentos relacionados à luta de classes, vislumbrando a necessidade de instituir uma teoria do discurso que viesse demonstrar o lugar da materialidade desses processos, sendo um lugar em que se estabelece efeitos dessas práticas. A partir disso, Pêcheux (2009), retomando noções da teoria althusseriana aliciadas às noções de língua e inconsciente, funda um outro campo teórico na medida em que (re)dispõe e (re)une a conjuntura conceitual do que foi adotado como arcabouço epistemológico para uma teoria do discurso.

²⁴ Pêcheux (1997) relata que esse caráter material do sentido “consiste na sua dependência constitutiva daquilo que chamamos ‘o todo complexo das formações ideológicas que é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas” (PÊCHEUX, 2009, p.160). De acordo com esse autor, a formação discursiva seria aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição e conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito.

2.6 Histórico de trajetórias e práticas de atendimento: a lei em conflito com o adolescente

Nesta seção, vamos apresentar uma análise das políticas públicas referente à punição e à responsabilização de crianças e adolescentes. No Brasil, o desenvolvimento de práticas de atendimento e das leis que estão direcionadas aos adolescentes das camadas populares são marcadas por uma extensa tradição de assistencialismo. Assim, o Estado garante a manutenção da lógica desigual do capitalismo, desenvolvendo estratégias que punem e que controlam crianças e adolescentes, já concebidos à margem da sociedade. Nesse sentido, se torna imprescindível trazer à cena as legislações que norteiam e embasam tal manutenção no aspecto histórico, abordando as atualizações no decorrer dos anos até sua atualidade. Abordaremos um pouco da história do controle do Estado sobre crianças e adolescentes, uma vez que, até o fim do século XIX, o adolescente aos 14 (quatorze) anos era considerado penalmente imputável, podendo retroagir aos 09 (nove) anos de idade, conforme o discernimento do infrator, o que deveria ser analisado e julgado por um juiz.

Realizamos uma breve contextualização da história das legislações e práticas de atendimento destinadas às crianças e adolescentes no Brasil, ao longo dos anos, passando pela criação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e suas continuidades e descontinuidades com as antigas leis menoristas. Diante das mudanças legislativas que ocorreram a partir da nossa Constituição Federal — quando a justiça juvenil brasileira passou a abordar a questão do adolescente que se encontra privado de sua liberdade como sujeito de direitos — e das especificidades desse público, começaram a aparecer questionamentos e objetivos que necessitam ser esclarecidos, por sabermos que, apesar da existência de diversas legislações no nosso ordenamento jurídico sobre adolescentes e jovens que se encontram aprisionados, elas são pouco conhecidas. Isso implica em análises equivocadas, preconceituosas e excludentes — como a que proclama que os adolescentes são os principais causadores da violência.

Realizamos um recorte histórico a partir da Doutrina da Situação Irregular, prevista no Código Mello Mattos de 1927, voltada ao controle/proteção dos adolescentes e/ou jovens infratores, demonstrando a evolução da legislação considerada “menorista”, com caráter punitivista e assistencialista. Esse recorte a) passa pela promulgação da Constituição Federal de 1988, com a inclusão de diversas pautas “minoritárias” antes esquecidas, em seu Artigo 228, que afirma que é dever do Estado, da sociedade e da família assegurar a proteção integral às crianças e adolescentes, sendo reconhecidos como sujeitos de direito, em condição particular de desenvolvimento; b) passa pelo ECA, sendo a lei que dispõe sobre a proteção integral da criança e do adolescente, atualmente em vigor, e que considera criança o sujeito com até doze

anos de idade incompletos, e adolescentes aqueles entre doze e dezoito anos de idade; c) chega à implementação do SINASE, regido pela Lei nº 12.594/2012 instituída há 20 anos, sendo o regulamentador na execução das medidas socioeducativas destinadas à adolescentes que praticarem atos infracionais.

2.6.1 Doutrina da Situação Irregular (DSI)

A Doutrina da Situação Irregular (DSI), também chamada como menorismo, nasce por meio de leis especializadas que tornam matéria da infância e juventude autônoma e independente do Direito Penal, emergindo uma nova fase dedicada a crianças e adolescentes. Nessa nova etapa, crianças e adolescentes são considerados objetos de controle e repressão social, cujo período se desenvolveu entre os séculos XIX e XX, incluindo o Código de Menores de 1927, denominado “Código Mello Mattos” e o Código de Menores de 1979.

O aumento do número de jovens em situação de vulnerabilidade e de abandono levou a um aumento da criminalidade e ameaça à ordem social, passando a ser considerada uma questão política ligada a um problema social concentrado, exigindo uma atuação intervencionista do Estado. Esta medida, pautada na educação ou correção desses sujeitos, visava o controle social “para que se transformassem em cidadãos úteis e produtivos para o país, assegurando a organização moral da sociedade” (RIZZINI, 2011, p. 109).

Sob a mantilha da sustentação da ordem pública, foram adotadas medidas destinadas a repreensão e inatividade do público infante-juvenil, por meio da disciplina e do trabalho, bem como retirar os jovens que se encontravam em situação de rua por meio de medidas de ações higienistas e de controle dos corpos. Nessa seara, foram iniciadas as políticas públicas no campo da infância e juventude à luz da cultura assistencialista e opressora, por meio do afastamento dos adolescentes do convívio social e da aplicação da punibilidade como ferramenta de correção.

2.6.1.1 O Código de Menores — Mello Matos

Em 1921, a Lei nº 4.2429 permitia a criação de um serviço de assistência e proteção à infância desamparada e delituosa, além de prever que os menores de 14 (quatorze) e 18 (dezoito) anos de idade que cometessem crimes ou contravenções fossem submetidos a um procedimento especializado (BRASIL, 1921). Em 1923, o Decreto nº 16.273 estabeleceu uma reorganização na justiça, abarcando a figura do juiz de menores; nesse caso, seria o magistrado

Mello Mattos o primeiro juiz de menores da América Latina. Nesse sentido, teve início um modelo de atuação em que o Juízo de Menores representava um órgão centralizador do acolhimento oficial ao menor (RIZZINI, 2011).

O Código Mello Mattos, promulgado pelo Decreto 17.943-A em 1927, abordou uma divisão em dois grupos de “menores”, não realizando qualquer distinção entre crianças e adolescentes: os abandonados e os delinquentes, independente da idade, que cometeram atos equivalentes às infrações penais, concentrando a atuação estatal. Sendo assim, na prática não houve diferença entre esses menores para a aplicação de medidas, uma vez que, ao menor que cometeu ato considerado crime ou até mesmo ao menor que se encontrava em situação de abandono ou necessitado, a medida aplicada poderia ser a de internação para todo esse público, sendo cumprida em asilo ou orfanato, conforme a conveniência do juiz. (BRASIL, 1927).

Entre os anos de 1923 a 1927, quando foi aprovado o Código Mello Mattos, crianças e adolescentes eram encaminhados para instituições públicas sem qualquer medida ou direitos garantidos por meio de processo judicial, demonstrando uma visão conservadora e assistencialista. De acordo com Rizzini (2011), foi desenvolvida uma sistemática de internação em instituições criadas especificamente para atender esse público de menores abandonados e/ou delinquentes, bem como o recolhimento de centenas de “meninos de rua”, gerando assim, uma demasiada demanda, em que as estruturas desses estabelecimentos não estavam conseguindo suportar.

Conforme Rizzini (2011a), às pertinências e competências do Juízo de Menores, havia dispositivos com particularidades delineadas, abrangendo diversas situações condizentes com seu campo de atuação, fortalecendo, assim, uma centralidade da assistência e proteção na figura do juiz de menores. Dito de outra forma, o Juiz de Menores era dotado de ampla autoridade inquisitiva, cujo poderes transcendiam regras com dispositivos legais, pelos quais um juiz, se achasse necessário, poderia determinar outras regras de ordem pública. Mediante o período da luta pelos direitos humanos, foi elaborada a constituição de 1937, expandindo os aspectos sociais da infância e juventude. E, em 1941, surgiu o Serviço de Atendimento ao Menor (SAM), que será abordado na próxima seção.

2.6.1.2- Serviço Assistencial ao Menor (SAM)

Em 1941, o Decreto-lei nº 3.799, de 5 de novembro de 1941, estabeleceu o Serviço de Assistência do Menor (SAM), sendo o primeiro órgão federal responsável pelo controle e atendimento para a infância no país, ligado ao Ministério da Justiça, em articulação com o Juízo

de Menores do Distrito Federal (BRASIL, 1941). Foi implantada uma política representada por órgãos federais, centralizando o atendimento ao menor, anteriormente tratada pelo Juizado de Menores, especializando-se no tratamento de duas categorias: o menor e a criança. A organização dos serviços de assistência e a condução dos estudos foram retirados da alçada dos juízes, ficando sob sua competência apenas a inspeção do regime disciplinar das instituições de atendimento ao menor (RIZZINI, 2011). Esse serviço tinha equivalência ao sistema penitenciário adulto, porém, direcionado à população jovem com orientação correccional-repressiva.

O SAM proporcionava sistematizar e direcionar os serviços de assistência dos menores, realizar averiguação social e recolher os menores em instituições adequadas, para que assim pudessem proporcionar uma educação e instrução até o seu desligamento (BRASIL, 1941). Marcado pela ruptura dos vínculos familiares, o objetivo desse serviço era a possível recuperação do menor considerado infrator, sendo corrigido conforme o que o Estado ditava na época, mesmo que para isso precisasse afastá-los dos seus familiares. Nesse período, a tutela da infância era correccional e não para fortalecer os laços afetivos.

Em 1943, foi criada a Comissão de Revisão do Código Mello Mattos, que determinou que o problema da irregularidade era primordialmente social. A comissão ganhou força após a Segunda Guerra Mundial, pois era o apogeu da luta pelos direitos humanos, mas foi abolida com o golpe militar brasileiro, que também suprimiu o SAM em 1964, levando, assim, à criação da Fundação Nacional de Atendimento ao Menor (FUNABEM) pela lei nº 4.513 de 1964, sendo a temática da nossa próxima seção.

2.6.1.3 Fundação Nacional do Bem-estar do Menor (FUNABEM)

Conforme Rizzini (2011), devido às críticas direcionadas aos procedimentos repressivos e desumanos do SAM, sendo considerado como uma espécie de escolarização do crime e fabricação de marginalizados e até mesmo de Sem Amor ao Menor (SAM), fazendo alusão às iniciais desse serviço, foi criada a lei nº 4.513/64, Fundação Nacional de Atendimento ao Menor (FUNABEM), com gestão centralizadora e verticalizada, oferecendo uma proposta pedagógico-assistencial progressista, que, na prática, era mais uma instrumentalização controladora do regime político autoritário exercido pelos militares naquela época. Era um órgão regulador nacional com caráter normatizador, responsável pela elaboração e implementação da Política Nacional do Bem-estar do Menor (PNBEM) e pelo repasse de expedientes às Fundações

Estaduais do Bem-estar do Menor (FEBEM), cuja intervenção era em nível estadual, desempenhando um papel de execução dessas políticas.

Em 1975, a Câmara dos Deputados criou uma Comissão Parlamentar de Inquérito alcunhada como “CPI do Menor”, com o propósito de investigação da problemática da criança e do menor. Após realização de algumas audiências nessa CPI, identificou-se uma situação ainda pior no que se refere ao quantitativo de jovens desprovidos, desamparados ou negligenciados, sendo divulgadas acusações de espancamento e tortura, tendo como conclusão que FUNABEM não estava em condições para solucionar esse problema, que vinha se agravando devido ao crescimento demográfico (BRASIL, 1976). Assim, a FUNABEM ficou subordinada ao Ministério da Previdência e Assistência Social e continuava a exercer a política de controle e coerção desse público. Sendo assim, foi pensado um novo código especificamente para os menores, o qual será exemplificado no próximo item.

2.6.1.4 Novo código de menores de 1979

Corroborando com a estrutura já existente da FUNABEM, o Código Mello Mattos de 1927 foi revogado e anunciado o Novo Código de Menores pela Lei nº 6.697 de 19 de outubro de 1979. As nomenclaturas “menor abandonado” e “delinquente” foram substituídas por “menor em situação irregular”, dando origem à DSI, mas o discurso normalizador continuou sendo predominante nas legislações destinadas aos menores. Portanto, apesar das mudanças nas expressões, não houve qualquer tipo de mudança na atuação do Estado, permanecendo suas características arbitrárias, assistencialistas e repressivas à população infanto-juvenil.

Com a chegada da DSI, assuntos relacionados às políticas públicas de enfrentamento à situação de rua e vulnerabilidade de crianças e adolescentes deixaram de ser observadas pelos agentes responsáveis, levando a opção por soluções singulares de controle social por meio da internação em instituições especializadas para menores, com o uso de uma abordagem paternalista e assistencialista. Após anos de debates, acusações e manifestações públicas de contrariedade em relação ao referido código, foram realizados movimentos sociais em defesa dos direitos da criança e do adolescente, sem precedentes no país. Assim, as pressões e restrições impostas por esses movimentos à Assembleia Constituinte, entre outros fatores, levaram à introdução, na Constituição Federal brasileira de 1988, do princípio de que a assistência social é, acima de tudo, um direito do cidadão e que, acima de tudo, se encontra em pleno desenvolvimento. Assim, vamos iniciar a abordagem por meio da Doutrina da Proteção Integral (DPI).

2.6.2 Doutrina da Proteção Integral (DPI)

A partir da década de 80, várias transformações sociais e políticas aconteceram no cenário nacional e internacional, admitindo, assim, a abertura democrática. Firmada por meio do processo constituinte de elaboração da Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã prevê em seu texto um rol de direitos e garantias basilares, trazendo, assim, o aspecto formal da proteção integral de crianças e adolescentes, considerado como prioridade absoluta. Conforme consta no seu artigo 227²⁵, a Constituição de 1988 dispõe sobre o princípio da cooperação, no que diz respeito ao dever da família, da sociedade e do Estado, garantindo seus direitos fundamentais ao público-alvo. Podemos trazer como destaque, com modificações expressivas, a substituição do binômio individual-patrimonial pelo coletivo-social, e a doutrina da situação irregular foi substituída pela DPI²⁶.

Essa ruptura de paradigma implica na importância da titularidade à criança e ao adolescente no que se refere ao princípio da dignidade humana e dos direitos fundamentais, acolhendo plenamente a peculiaridade de cada fase de desenvolvimento até sua plenitude. Na Constituição Federal, em seu art. 227, assegura-se que crianças e adolescentes são protagonistas de direitos e garantias, devendo ser tratados com absoluta prioridade, devido sua condição particular de sujeitos em desenvolvimento (BRASIL, 1988). Consagrando prioridade absoluta, a Constituição Federal e o ECA abarcam a preferência no recebimento de amparo, no acolhimento dos serviços públicos, na formulação e cumprimento de políticas públicas e na destinação de recursos públicos relativos à proteção da infância e juventude. Assim, há uma superação da categoria dos ditos “menores”, deixando de desqualificar crianças e adolescentes como sujeito inferiores.

Portanto, ao enumerarem princípios, competências, atribuições e diretrizes para a política de atendimento da criança e do adolescente, a Constituição Federal de 1988 e o ECA instalaram o chamado Sistema de Garantia de Direitos (SGD)²⁷, tendo como um dos principais

²⁵ Conforme o art. 227, é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, **com absoluta prioridade**, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1990 – grifo nosso).

²⁶ O Termo “proteção” foi citado no artigo 2º, item 2, da Convenção dos Direitos da Criança.

²⁷ Preconiza o artigo 5º da referida Resolução que os integrantes do SGD exerçam suas funções em rede articulada e cooperada entre União, Estados, Municípios, organizações não-governamentais e sociedade civil organizada a partir de 3 (três) eixos estratégicos: defesa dos direitos humanos, promoção dos direitos humanos e controle da efetivação dos direitos humanos (BRASIL, 2006).

órgãos o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)²⁸. De acordo com o art. 1º da Resolução nº 113/2006 do CONANDA, o objetivo do SGD é concretizar a DPI por meio da articulação e integração de órgãos públicos e organizações da sociedade civil, com a aplicação de instrumentos normativos e mediante mecanismos de promoção, defesa e controle em todos os níveis da federação (BRASIL, 2006). Além desses eixos, a referida Resolução também prevê outros subsistemas que conduzem políticas sociais básicas e de proteção especial, além de políticas de justiça voltadas para a execução de medidas socioeducativas, cujo público alvo são adolescentes considerados autores de atos infracionais.

O aparecimento desse sistema e dos eixos estratégicos de atuação permitiram o reordenamento de diversos problemas relativos à proteção da criança e do adolescente, diminuindo a complexidade inerente ao atendimento de crianças e adolescentes e minimizando o poder punitivo almejado pelas legislações anteriores. Com isso, a mudança de paradigma e a criação do SGD determinaram uma atuação efetiva e com garantia por parte do Estado e da sociedade civil no que diz respeito ao desenvolvimento de princípios e objetivos para o refinamento da política pública de atendimento aos adolescentes e jovens autores de atos infracionais, com o objetivo de penetrar na construção e elaboração de um conjunto de ações voltadas para esse público, com todas as especificidades referentes a esta etapa de vida.

Ao longo da história do nosso país, muitas instituições foram construídas no intuito de amparar crianças e adolescentes, criar legislações, implantar experiências de atendimento com o intuito de diminuir ou extinguir a problemática da “delinquência”, abandono e criminalidade, buscando como propósito final a ressocialização, com a intenção de conseguir “responsabilizar” esses sujeitos pelos atos infracionais cometidos. Vejamos um quadro comparativo entre a DSI e DPI.

Quadro 1- Quadro comparativo entre a DSI e DPI

Características	DSI	DPI
Período	Código Mello Mattos (1927) e Código de Menores (1979); Antes da CF/88;	Surgiu com a CF/88 (art. 227) em seu aspecto formal e com o ECA/90 em seu aspecto prático;

²⁸ O CONANDA foi criado em 1991 pela Lei nº 8.242 e previsto no art. 88 do ECA. É um órgão colegiado permanente de caráter deliberativo e composição paritária.

Abrangência	Restrita; Modelo predefinido de situação irregular - Artigo 2º, Código de Menores;	Todas as crianças e os adolescentes – Artigo 3º, parágrafo único, ECA;
Gestão	Centralizadora do Poder Judiciário – Monocrática;	Compartilhada, Participativa - Democrática.
Sistema de execução de Medidas	Poder Judiciário executando todos os tipos de medidas aos menores, sendo centralizado ao poder judiciário;	Sistema de Garantia de Direitos; Poder judiciário, municipalização da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, Ministério Público, Defensoria Pública, Advogados, equipes multidisciplinares de atendimento, sociedade civil e família.
Termo	Menor incapaz.	A partir do ECA, crianças e adolescentes são reconhecidos enquanto sujeitos de direito, em condição peculiar de desenvolvimento.

Fonte: Elaboração do autor, baseado em (AMIN, 2017, p. 55).

Mediante o quadro comparativo, a primeira normativa quanto à proteção especial à criança e ao adolescente no Brasil foi a Constituição Federal e, posteriormente, o ECA, o qual trouxe a efetivação da DPI, que substituiu a DSI. Vale mencionar que o ECA²⁹ cria mecanismos e instrumentos para efetivar a garantia e a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

²⁹ Dessa forma, o ECA aborda os direitos da criança e do adolescente em seu Título I e II da parte geral, sendo que, no Título III, apresenta mecanismos de prevenção. No que se refere à parte especial, no seu Título I, traz a política de atendimento; no Título II, as medidas de proteção; no Título III, o ato infracional; no Título IV, as medidas dos pais ou responsáveis; no Título V, o Conselho Tutelar; no Título VI, o acesso à justiça; e no Título VII, os crimes e as infrações administrativas (BRASIL, 1990).

2.6.2.1 Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

Em nosso país, o ECA apresenta um sistema não-criminal, mas, sim, de medidas socioeducativas, considerando como penalmente inimputáveis os sujeitos menores de 18 anos. Com estas determinações, tem-se o entendimento de que crianças e adolescentes se encontram em condição de peculiaridade, ou seja, em desenvolvimento, sendo dever do Estado e da sociedade zelar por seus direitos e deveres (BRASIL, 1990). Conforme Sposato (2013), o adolescente considerado “em conflito com a lei” passou a ser analisado com base em parâmetros legais, estabelecendo um sistema penal juvenil³⁰, correspondendo às normas que regulam a responsabilidade penal de adolescentes. No Brasil, são responsabilizados adolescentes e jovens maiores de 12 (doze) e menores de 18 (dezoito) anos, sendo considerada uma faixa etária baixa em comparação com outros países.

A apuração de autoria e materialidade do ato infracional, assim como a aplicação de medidas socioeducativas aos sujeitos que cometem atos infracionais, estão implicadas a um procedimento específico, estabelecido nos artigos 171 a 190 do ECA (BRASIL, 1990). Baseia-se em princípios e garantias próprios do direito penal, dentre eles o devido processo legal, assim como princípios peculiares do sistema penal juvenil, destacando-se os princípios da prioridade e proteção integral desse público.

O ECA prevê 2 (dois) grupos de medidas socioeducativas: medidas de cumprimento em meio aberto e medidas privativas de liberdade³¹ que abarcam a medida de internação a qual deve ser cumprida em unidade exclusiva para adolescentes e jovens, conforme artigo 123 do ECA³² (BRASIL, 1990). Assim, o acautelamento do adolescente apreendido somente é autorizado, em caráter cautelar, mediante “imperiosa necessidade” de decretação de internação provisória³³ por meio de decisão fundamentada com base em indícios suficientes de autoria e materialidade hábeis para a decretação desta medida, conforme art. 108 do ECA (BRASIL, 1990).

³⁰ Conforme Sposato (2013, p. 141), para se considerar discutível a autonomia do direito penal juvenil, sendo necessário ter um conhecimento prévio do direito penal dos adultos, ainda que estejam presentes peculiaridades referentes às finalidades educativas, além de punitivas.

³¹ Serão abordadas na seção 2.7 - Medidas Socioeducativas (MSE).

³² Art. 123. A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração

³³ Será tratado no item 2.7.1 – internação provisória.

2.6.2.2 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)

No ano de 2006, o CONANDA aprovou a Resolução nº 119/2006, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), sendo regulamentado somente após 6 (seis) anos, por meio da Lei nº 12.594/2012. O SINASE, considerado um subsistema do SGD, estabelece um conjunto ordenado de princípios, normas e critérios que envolvem a aplicação e a execução de medidas socioeducativas destinadas aos adolescentes e jovens privados de liberdade, incluindo também os planos, as políticas e os programas existentes nas esferas municipais, estaduais e federal, voltados a esta temática (BRASIL, 2012). O SINASE engloba direitos e garantias desse público, atribuições e competências dos órgãos federais, bem como as diversas equipes que atuam de forma conjunta e intersetorial para a proteção e responsabilização desses sujeitos. Esse referido sistema correlaciona-se, assim, com o sistema educacional, sistema de justiça e segurança pública, sistema único de saúde e sistema único de assistência social (CONANDA, 2006, p. 23).

No que se refere a correlação com o sistema educacional, precisamos abordar a socioeducação, a qual é reconhecida como uma política pública cujo objetivo é conciliar a responsabilização dos(as) adolescentes e jovens pelo cometimento do ato infracional e a devida garantia de direitos e garantias previstos constitucionalmente, com foco no direito à educação, mediante um atendimento humanizado, visando à construção de projeto de vida pela oferta de educação formal, profissionalização e acesso à cultura.

Com base nas atribuições previstas na Constituição Federal, a lei do SINASE organiza as competências da União, dos Estados e Distrito Federal e Municípios em relação à Política Nacional de Atendimento Socioeducativo no que se refere à execução dessas medidas em meio aberto e fechado. Os Estados são responsáveis pela criação dos seus Planos Estaduais de Atendimento Socioeducativo com previsão de execução das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação, abrangendo também a medida de internação-sanção³⁴, enquanto os Municípios são responsáveis pela execução das medidas socioeducativas em meio aberto, incluindo as medidas socioeducativas de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade (PSC). Os Planos de Atendimento Socioeducativo devem incluir análises da conjuntura do atendimento socioeducativo, incluindo diretrizes, objetivos, prioridades, formas de financiamento e ações articuladas nas áreas da saúde, educação, assistência social, cultura,

³⁴ Medida aplicada quando o sujeito descumpre uma medida mais branda anteriormente aplicada.

esporte, lazer e profissionalização aos(às) adolescentes e jovens atendidos(as), indicando a duração da concretude das ações e os órgãos responsáveis pela sua execução (BRASIL, 2012).

2.7 As Medidas Socioeducativas (MSE)

A conduta direcionada ao público de 12 (doze) a 18 (dezoito) anos que transgide as normas jurídicas estabelecidas em nosso país, conforme as legislações vigentes, são distintas das normas para os adultos, pois é preciso e necessário levar em consideração a condição peculiar do adolescente como pessoa que se encontra em desenvolvimento, uma vez que ainda não podem ser responsabilizados pelas suas próprias ações pelo fato de serem menores de idade. Assim, depois de constatada a prática do cometimento do ato infracional, pode ser aplicada medida socioeducativa: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, internação em estabelecimento socioeducativo. Tais medidas, segundo a legislação brasileira, possuem caráter educativo e visam ressocializar e não punir o infrator. As instituições socioeducativas atuais, de paradigmas complexos e, ao mesmo tempo, aderidas a estruturas antigas, obedecem a diretrizes específicas, uma vez que o ECA e o SINASE reafirmam a importância de medidas protetivas e educacionais as quais devem transcender ações meramente repressivas ou paliativas no trato com o jovem infrator.

A medida socioeducativa de internação está prevista no artigo 121 do ECA, aplicada nos seguintes casos: I – tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa; II – por reiteração no cometimento de outras infrações graves; III – por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta (BRASIL, 1990). Cabe destacar que a medida de internação definitiva não pode ser inferior a 6 (seis) meses, nem superior a 3 (três) anos, além de que essa medida, sendo a mais severa, só deve ser utilizada quando não houver outra opção adequada ao caso concreto, sob o fundamento dos princípios da brevidade e da excepcionalidade. Nessa seara, a individualização na execução da medida socioeducativa deve ser garantida a esse público, levando-se em consideração a idade, capacidades e demais circunstâncias pessoais, conforme reza a leitura do artigo 35 da lei do SINASE³⁵ (BRASIL, 2012). Assim, a medida é considerada socioeducativa devido a sua

³⁵ A execução das medidas socioeducativas rege-se-á pelos seguintes princípios: I - **legalidade**, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto; II - **excepcionalidade** da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos; III - **prioridade** a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas; IV - **proporcionalidade** em relação à ofensa cometida; V - **brevidade da medida** em resposta ao ato cometido, em especial o respeito ao que dispõe o art. 122 do ECA; VI - **individualização**, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente; VII - **mínima intervenção**, restrita ao necessário para a realização dos

operacionalização, prevendo um conjunto de práticas políticas, jurídicas e pedagógicas a serem desenvolvidas cotidianamente pelas instituições de atendimento socioeducativo. Dentre os regimes de atendimento apontados pelo ECA, a internação pode ser considerada a de execução mais complexa, por constituir medida privativa de liberdade.

Mediante a capacidade de cumprimento da medida socioeducativa pelos adolescentes e jovens, as circunstâncias e a gravidade do ato infracional, as medidas socioeducativas são aplicadas de acordo com o entendimento cabível da autoridade judiciária, tendo como base o artigo 122, incisos I, II e III, do ECA, ou seja, podendo ser a medida de internação definitiva quando o ato infracional for cometido por meio de violência ou grave ameaça à pessoa, por reincidência na prática de outros atos infracionais ou pelo descumprimento injustificado de medida socioeducativa aplicada anteriormente (BRASIL, 1990).

O ECA, em seu artigo 123, destaca a exigência de que essa medida supramencionada seja executada em local exclusivo para adolescentes e jovens, diferente do espaço destinado a abrigo, respeitando-se a separação por idade, constituição física e ato infracional, além de inserir a obrigatoriedade das atividades pedagógicas durante o período da internação. Assim, o centro socioeducativo precisa estar articulado às demais políticas públicas e à rede de serviços e programas de atendimento às crianças e adolescentes, pelo princípio da incompletude institucional preconizado no Estatuto. Ao receber uma medida socioeducativa, os adolescentes e jovens devem, desde sua entrada na unidade de cumprimento da medida, ser atendido em uma perspectiva de caráter educacional e por meio de integração social.

Embora a medida de internação definitiva implique na privação de liberdade como o elemento que a caracteriza em relação às demais, existem dispositivos legais que asseguram a possibilidade de que o adolescente realize atividades externas à unidade, como exposto no primeiro parágrafo do artigo 121 do ECA: “Será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica multidisciplinar³⁶ da instituição socioeducativa, salvo expressa determinação em contrário” (BRASIL, 1990, p.101). Em Minas Gerais, o Estado, por meio da Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas (SUASE), parte integrante da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), é responsável pela definição da política pública referente à medida socioeducativa de internação, definindo diretrizes de

objetivos da medida; VIII - **não discriminação** do adolescente, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria ou status; e IX - **fortalecimento** dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo (SINASE, 2012 – grifo nosso).

³⁶ Conforme legislação, a equipe multidisciplinar é composta de profissionais da área do direito (jurídico), pedagogia, terapia ocupacional, assistência social, psicologia e enfermagem.

execução, princípios, execução e acompanhamento para criação de indicadores que possam medir a eficácia e eficiência do trabalho realizado pelos representantes do Estado.

De acordo com a legislação, para que o juiz possa ter um melhor embasamento para proferir sua sentença, o magistrado aplica a medida da internação provisória³⁷ até tomar a sua decisão, sendo considerado um período cautelar de no máximo de 45 (quarenta e cinco dias). Caso o juiz decida pela internação definitiva, não existe um prazo determinado, não podendo exceder três anos, e a liberação compulsória do jovem internado dá-se aos 21 (vinte e um) anos. Cabe destacar que a legislação reza que a cada 6 (seis) meses a medida deve ser avaliada pela equipe multiprofissional que atende esse público. Assim, é realizado um estudo de caso, em que os profissionais discutem e confeccionam um relatório multidisciplinar, no qual é sugerido ao juiz o desligamento ou a manutenção do cumprimento da medida. Assim, o juiz, baseado nesse relatório, emite uma decisão devidamente fundamentada. Ressalto ainda que a nossa pesquisa foi realizada em uma unidade de internação provisória, a qual abordaremos na próxima seção.

2.7.1 A internação provisória – uma medida cautelar

A medida de internação provisória é entendida pelo período durante o qual os adolescentes e jovens que cometeram atos infracionais permaneçam privados de liberdade e fiquem aguardando a sentença do Juiz da Vara da Infância e Juventude. A internação provisória é uma modalidade da medida socioeducativa de internação decretada antes da sentença julgada, mediante comprovação de indícios suficientes de autoria de um ato infracional. Esta medida judicial, aplicada mediante flagrante, precisa ser fundamentada pela autoridade competente e não pode ser superior a 45 (quarenta e cinco) dias conforme previsto no Art. 108 do ECA. Nesse período, são realizados estudos técnicos que subsidiam a decisão judicial referente à aplicação de medida socioeducativa.

A referida legislação determina que a decretação em juízo da internação provisória cumpra o caráter imperioso da não adequação de outra medida, assim como sustenta a necessidade de garantir a integridade física desses sujeitos e/ou a manutenção da ordem pública. No Estado de Minas Gerais, a gestão da medida restritiva de liberdade é orientada pelos seguintes documentos em vigor: a Política de Atendimento Socioeducativo de Minas Gerais, a Metodologia da SUASE e o Regimento Único dos Centros Socioeducativos do Estado de Minas Gerais. Sendo assim, esses documentos supracitados orientam e normatizam a internação

³⁷ Será abordada na próxima seção.

provisória, e o que se percebe é a semelhança em alguns pontos entre a metodologia da medida de internação e a metodologia da internação provisória, mesmo resguardando suas diferenças.

A internação provisória é destinada aos adolescentes e jovens que são “apreendidos mediante flagrante cometimento de ato infracional grave e/ou diante da repercussão social, devendo permanecer provisoriamente acautelados para apuração de ato infracional e decisão judicial” (SUASE, 2012, p.15). No que se refere ao local para esses sujeitos aguardarem a sentença, temos, no nosso Estado, instituições socioeducativas chamadas Centro de Internação Provisória (CEIP), administradas por um conjunto de legislações e normas que tem como finalidade organizar o trabalho executado em seu interior pelos representantes do Estado, sendo servidores que lidam direta e indiretamente com o sujeito acautelado. Assim, encerramos este capítulo e passaremos a discorrer sobre as cartas, por meio da escrita de si sob o viés foucaultiano.

3 AS CARTAS E A ESCRITA DE SI

O papel da escrita é constituir, com tudo o que a leitura constituiu, um ‘corpo’ [...] o próprio corpo daquele que, ao transcrever as suas leituras, se apossou delas e fez sua respectiva verdade: a escrita transforma a coisa vista ou ouvida "em forças e em sangue" (FOUCAULT, 2009, p. 143).

Neste capítulo, vamos tecer considerações acerca dos conceitos fundamentais que embasam esta pesquisa, bem como situaremos a perspectiva na qual nos amparamos — a escrita de si foucaultiana. Além disso, descreveremos o *corpus* de análise que se constitui de cartas escritas por adolescentes em um ambiente de aprisionamento e as legislações sobre as cartas. Descreveremos, também, os critérios de seleção desse *corpus*.

Conforme Foucault (2009), a imersão no mundo das práticas comunicativas da carta pessoal leva o analista a participar das narrativas de um cotidiano particular, por meio de uma escrita de si, revelando a circulação de forma dialógica da linguagem, provocando uma singularidade nas ocorrências comunicativas e sedimentando os procedimentos das práticas comunicativas desse gênero. Assim, faremos a exposição dos conceitos sobre a escrita de si, as cartas em um ambiente de aprisionamento, as cartas como uma configuração discursiva e a opção da análise das cartas por meio da Formação Discursivas (FD).

3.1 A escrita de si foucaultiana

De acordo com Foucault (2017), **A escrita de si** vai buscar, na antiguidade, as ascendências dos sentidos e as formas que contraíram a escrita do foro íntimo, ou seja, um treinamento constante do pensamento e um aprendizado da arte de viver. O texto desse filósofo sobre a escrita de si traz em sua apresentação inicial a elucidação de que compõe parte dos seus estudos voltados para as artes de si mesmo, isto é, para a estética da vivência e o comando de si e dos outros. Assim, ao escrever sobre as experiências vivenciadas durante o cotidiano, o sujeito estaria se protegendo dos pensamentos pecaminosos, pois sentiria timidez de tê-los conhecido. Assim, a escrita supriria o olhar dos companheiros, coagiria o corpo à submissão e fracassaria as armadilhas do inimigo. Nesse sentido, como esta pesquisa busca investigar os modos de constituição da subjetivação de sujeitos acautelados por meio da escrita de si, cabe, aqui, refletir sobre esse ponto o qual esse filósofo se debruça.

A escrita de si, para Foucault (2017)³⁸, seria o exercício constante de um pensar sobre si mesmo que a escrita possibilita. Não tem a ver com uma das modalidades da linguística, mas é um falar sobre si mesmo, o “eu” e como o sujeito se constitui. Sendo assim, é dentro desta arena conceitual que a escrita de si surge, despontando um movimento interior do sujeito, do qual as circulações do pensamento emergem e as relações entre o sujeito e os documentos são estabelecidas. De acordo com esse filósofo, encontra-se por meio da escrita de si um modo de subjetivação. No que se refere a obra **O que é um autor?**, publicada em fevereiro de 1983 (um ano antes do falecimento desse autor), ela discorre sobre os estudos das primeiras manifestações textuais do eu. Assim, embora essa obra seja um texto menor, juntamente com mais cinco artigos, faz parte de um conjunto dos textos “Ditos e Escritos V”, em que o autor questiona a subjetividade.

Referentemente a Foucault (2017), as anotações dos pensamentos e atuações, consideradas como escrita de si, tinham como objetivo “sua estreita ligação com a corporação de companheiros, seu grau de aplicação aos movimentos do pensamento, seu papel de prova da verdade” (FOUCAULT, 2017, p. 145). Assim, a escrita era considerada, de alguma forma, um componente importante para a vida ascética³⁹, pois nenhuma técnica ou habilidade para aprender a arte de viver poderia ser adquirida sem exercícios constantes. Inicialmente, essa escrita tinha uma característica de escrita espiritual. “Revelando os movimentos do pensamento, ela dissipa a sombra interior onde se tecem as tramas do inimigo” (FOUCAULT, 2017, p. 146).

Esse pesquisador evidencia os ensinamentos de Sêneca e Epíteto⁴⁰ sobre a importância da escrita, sendo que Sêneca afirmava que é necessário ler, mas também fundamental escrever. Já Epíteto se dedicou a um ensino oral, perseverando sobre o papel da escrita como exercício pessoal. Assim, Epíteto relaciona a escrita de duas formas distintas, como se fossem ginásticas do pensamento: a primeira delas seria “linear”, indo da meditação ao ato da escrita; e a segunda seria “circular”, uma vez que a meditação consegue anteceder a escrita que, por sua vez, renova a meditação. No entanto, Foucault (2017), consegue reconhecer que, seja qual for o ciclo de exercício em que ela aconteça, a escrita será sempre uma fase imprescindível no procedimento de práticas e disciplinas para o autocontrole do corpo e da alma. Assim, conforme esse autor, a

³⁸ Esta temática também é enfatizada no livro “O que é um autor? ”, publicado originalmente em 1974.

³⁹ De acordo com Foucault (2017), a cultura ascética testemunha o descobrimento antropológico essencial. Dito de outra maneira, na cultura ascética os exercitantes da ética realizavam uma ruptura com as formas e atitudes correntes da vida, pois o homem é um ser vivo condenado a diferenciar-se nas repetições.

⁴⁰ Filósofos oriundos do Estoicismo ou Escola Estoica, sendo uma doutrina filosófica fundamentada nas leis da natureza, que surgiu na Grécia no século IV a.C. Esses filósofos incorporam em seu *modus vivendi* uma razão universal divina que regula tudo o que existe. Em sua grande maioria, os estudos desses autores são voltados para o caráter ético.

escrita como elemento de treinamento de si possui uma função *etopoiética*⁴¹, definida “como operadora da transformação da verdade em *Ethos*, isto é, ao escrever de si o sujeito considera a forma como ele é visto pelo outro” (FOUCAULT, 2017, p. 144).

O filósofo pondera, especialmente, sobre dois contextos de escrita de si: o caderno de notas e a correspondência. Os cadernos de notas, que, em si mesmos, constituem exercícios de escrita pessoal, podem servir de matéria-prima para textos que se enviam aos outros, potencializando as trocas por meio do recurso às cartas. Mediante a afirmação desse autor no contexto de nossa pesquisa, observamos os sujeitos acautelados buscando uma espécie de sequenciamento temporal para os fatos, apresentando justificativas para o passado, e em sua grande maioria associadas à descrição dos atos infracionais e à expressão de sentimentos para os seus familiares. Trata-se de um exercício de evocação do seu passado somado ao que vem vivenciando no seu presente aprisionado quando apresentam perspectivas sobre o seu futuro.

De acordo com Foucault (2017), a função *etopoiética* torna-se um operante da transformação da verdade em *ethos* por meio de duas formas: os *hupomnêmata* e a correspondência. Os *hupomnêmata*, segundo esse autor, eram livros contábeis, registros públicos, cadernetas individuais em que os sujeitos realizavam suas anotações, mencionavam fragmentos de obras, anotavam atuações que foram observadas ou narrativas que foram lidas, ponderações ou pensamentos que foram escutados ou que vieram a ser mentalizado. Essa escrita era constituída por anotações decorrentes de leituras, audições e pensamentos diversos destinados à meditação posterior, sendo uma releitura importante nessa subjetivação do discurso, uma vez que o movimento que eles procuram realizar é o inverso, ou seja, tratava-se não de buscar o indizível ou de revelar o oculto, mas de apreender e agrupar o que se pôde escutar ou ler, com uma intenção que nada mais é que a constituição de si. Para esse autor, a escrita dos *hupomnêmata* poderia ser um equipamento de discursos ao qual seria possível recorrer inúmeras vezes e que seria um veículo de subjetivação do discurso, uma vez que essa escrita permite a constituição de si a partir do discurso dos outros.

Ao tratar da correspondência, Foucault (2017) explica que ocorrem dois movimentos de performance, uma vez que, devido ao próprio gesto da escrita, a carta age sobre aquele que remete e, por meio da leitura e releitura, há uma atuação sobre aquele que a recebe e lê. Assim, a correspondência não deve ser considerada um simples prolongamento da prática dos *hupomnêmata*, pois é por meio das recomendações e advertências dados ao outro que se constitui uma certa maneira de se despontar para si e para os outros. Nesse sentido, temos a

⁴¹ Conforme Foucault (2017), a *Etopoiética*, definida por Plutarco, educador do período greco-romano, é como um exercício de si, que transforma o sujeito e suas ações no mundo em que vive.

reciprocidade⁴², uma vez que a correspondência estabelecida não é simplesmente a do conselho e da ajuda, e sim a da apreciação e do exame. A partir das considerações desse filósofo acerca da correspondência, percebe-se claramente que temos uma escrita de si mais próxima.

Escrever é, pois, “mostrar-se”, dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio junto ao outro. E deve-se entender por tal que a carta é simultaneamente um olhar que se volta para o destinatário (por meio da missiva que recebe, ele sente-se olhado) e uma maneira de o remetente se oferecer ao seu olhar pelo que de si mesmo lhe diz. De certo modo, a carta proporciona um face-a-face (FOUCAULT, 2017, p.150)

De acordo com Foucault (2017), por meio do envolvimento pela autenticidade da correspondência, o leitor cruza dimensões de tempo e espaço e imerge, com o frescor da escrita daquela estação, em um mundo ao qual não lhe pertence e que não foi convidado a penetrar. O estudo da correspondência traz, ainda, outros incrementos, pois, se por um lado, o ato da escrita de si concebe o adestramento da subjetivação do discurso, da sua absorção e a preparação de maneira a constituir-se em um “bem próprio”, por outro, a reciprocidade, a correspondência estabelece, ao mesmo tempo, a objetivação da alma; as palavras organizadas na escrita de si externalizam as circulações da alma aos olhos daquele a quem vai se destinar, tomando uma forma própria e permanente.

Esse filósofo relata sobre o cuidado de si e sobre os processos pelos quais o sujeito racionaliza suas experiências, realizando um aprendizado de si sobre si mesmo por meio do qual se procura organizar, transformar e alcançar um modo de ser. Podemos relacionar as cartas dos sujeitos acautelados à categoria correspondência desenvolvida no texto de Foucault (2017) na medida em que as cartas escritas pelos acautelados não são um simples prolongamento do caderno de notas, mas, sim, uma maneira como cada um se manifesta a si próprio e aos outros. As escritas de si descansam sobre um terreno dialógico, o qual cada palavra escrita se configura como uma sugestão de conversa, na qual cada declaração adquire uma forma de ação e reflexão. Com isso, a escrita de si consegue suavizar os perigos da solidão e, nesse aspecto, os sujeitos acautelados. Ao escreverem suas cartas para seus familiares, buscam também abrandar a solidão e os pensamentos ruins, marcando em seus dizeres recorrentes pedidos ao outro para que sejam correspondidos. Podemos dizer que a escrita desses sujeitos constitui uma espécie de refúgio.

Decorre que o trabalho que a carta opera sobre o destinatário volta-se para o escritor, pela própria carta que escreve e envia. Portanto, através do outro, configura-se um processo de

⁴² Conforme Foucault (2009), estabelece, assim, uma reciprocidade que concebe a necessidade da ajuda alheia — através de conselhos e ensinamentos — no exercício de reflexão da alma sobre si própria, na mesma medida em que colabora para a realização do mesmo exercício no correspondente. Nessa troca, a correspondência também exerce a função da preparação de si para o mundo

circulação, sendo uma peça fundamental nesse constituir-se, ou seja, é preciso atravessar esse “deserto”, alcançando assim o leitor. Assim, a escrita atua como uma técnica de si, como um processo na relação consigo mesmo, com os outros e com o mundo. Com isso, essas técnicas de si, entendidas como as formas pelas quais os sujeitos se constituem e os modos de subjetivação são consideradas as formas de constituição do sujeito. Nesse sentido, a escrita de si revela-se como um desprendimento de si mesmo por meio do exercício do pensamento, que não está separado da vida, ou seja, a escrita assume função de revelação e confissão.

Nessa perspectiva, conforme Foucault (2017), a escrita de si deve ser realizada com a ressalva de que não se trata de um gênero específico, uma vez que a escrita transforma a coisa vista ou escutada em coragem. Esse filósofo já argumentava que a escrita de si constitui o próprio sujeito e o constrói, tornando a escrita de si como um caminho para o conhecimento, não se reduzindo a uma tarefa tecnicista ou mecanizada. O pensar em si, falar de si e escrever sobre si emergem em um contexto de valorização da subjetividade e experiências vivenciadas.

Abordaremos na próxima seção as cartas escritas em um ambiente de privação de liberdade.

3.2 As cartas em um ambiente de aprisionamento

Diante de um amplo campo de pesquisa, ao olhar para as cartas — prática recorrente dentro de um ambiente de reclusão — como um arquivo de pesquisa configurado pela indisponibilidade, consideramo-las um material rico, uma vez que sua produção é realizada em um espaço fechado e somente com algumas brechas para a sociedade ter acesso. Com o passar do tempo, a rotina consegue fazer dessas cartas um acumulado de papéis preenchidos com histórias, dizeres e estilos. Por esse motivo, decidimos ir além do que estava posto em um monte de letras, passando a apreciarmos esse amontoado de cartas na posição de pesquisadores e enquanto possibilidade de um arquivo. Fizemos dessas cartas um arquivo valioso, conseguindo ir além da leitura censória que tenta impedir a saída de informações que possam afetar o funcionamento da instituição socioeducativa. De acordo com Ponciano (2007), as cartas significam um instrumento para “repensar a história de homens e mulheres vencidos na história cotidiana do mundo: os perseguidos, os desiguais, os explorados, os banidos, os estrangeiros, os pobres, ou seja, a grande e transbordante maioria de seres humanos. Todos sem voz e sem rosto” (PONCIANO, 2007, p. 133).

De acordo com Foucault (2017), a carta vai além do adestramento de si pela escrita, sendo uma forma individual de se manifestar a si próprio e aos outros. Então, escrever é

considerado um ato de se mostrar, ou seja, constitui um certo estilo de cada um revelar-se a si próprio e aos outros. Esse filósofo francês ainda afirma que a carta

faz o escritor ‘presente’ àquele a quem a dirige simultaneamente um olhar que se volta para o destinatário e uma maneira de o remetente se oferecer ao seu olhar pelo que de si mesmo lhe diz. Abrimo-nos ao olhar dos outros e instalamos o nosso correspondente no lugar do deus interior (FOUCAULT, 2017, p. 152).

Seguindo tal raciocínio, esse filósofo explica que o trabalho que a carta opera sobre o destinatário, que também é efetuado sobre o escritor pela própria carta que envia, implica uma espécie de “análise íntima e reflexiva”, apreendida como um ato de realizar uma abertura de si ao outro. Esse tipo de abertura admite, conforme Foucault (2017), a “construção de uma narrativa de si” que é “a narrativa da relação de si” porque se comprovam dois componentes que vão se tornando privilegiados da relação de si — o corpo e os dias.

Foucault (2017) exemplifica esses dois componentes ao afirmar que o “corpo” é uma temática considerada recorrente em cartas, uma vez que vai desde a descrição de forma detalhada das percepções corporais, diversas impressões e perturbações que podem ter a possibilidade de experimentar, até conselhos considerados úteis ao correspondente com a intenção de avivar uma lembrança. Dito de outra forma, o corpo produz efeitos sobre a alma e os respectivos resultados de um sobre o outro e vice-versa, ou ainda a reprodução de movimento, levam a uma impressão subjetiva de um exercício de pensamento. No que se refere aos dias, Foucault (2017) afirma que, como um objeto da narração de si, é possível, pela carta, se apresentar ao correspondente relatando seu cotidiano. Assim, essa narrativa epistolar de si próprio que propicia a coincidência do olhar do outro e daquele que se volve para si próprio serve simultaneamente para um e para o outro, independente do objetivo da carta, pois faz parte da prática epistolar “dar conta de cada um dos seus dias, hora por hora, numa espécie de exame de consciência” (FOUCAULT, 2017, p. 132). Sendo assim, são préstimos mútuos, nos quais quem ensina consegue se instruir.

Nessa esteira, o ato de escrever uma carta pessoal cumpre a regra fundamental do regime confidencial. Porém, na prisão não funciona desta forma, pois o Estado atravessa, de forma direta e explícita, o processo de produção das cartas mediante a leitura por outros sujeitos, que não fazem parte dos personagens envolvidos. Precisamos destacar ainda que essas cartas, em nome da segurança da instituição socioeducativa e da sociedade externa, produzidas por esses sujeitos acautelados, não circulam sem antes serem averiguadas pelo Estado, sendo representadas pelos servidores que atuam na unidade socioeducativa. Nas cartas desses sujeitos

acautelados, podemos encontrar diversas histórias, porém poucas reflexões sobre quem realmente escreve, fazendo com que esse sujeito consiga sufocar e/ou esconder um problema social que é latente em nossa sociedade. Assim, podemos perceber que essas cartas produzidas por sujeitos que se encontram excluídos da sociedade escrevem somente o que pode ser dito/escrito, silenciando, assim, a beleza na transparência de uma língua que desliza com fluidez. Ressaltamos, ainda, que as letras legíveis e/ou ilegíveis escritas de próprio punho por esses sujeitos acautelados vão sendo escritas pelos seus autores considerando a opressão, isolamento, abandono, lembrança e a culpa.

A possibilidade de desenvolvermos essa pesquisa por meio desta temática significa destituirmos uma visão uniforme dessas cartas, produzidas em um local permeado por um ritual de coerção disciplinar, e irmos além da estrutura social peculiar de um ambiente de reclusão. Nesse sentido, mediante a escrita desses sujeitos acautelados, buscamos compreender essa língua passível de jogo, afetada pelo equívoco e que se inscreve na história para que haja sentido (ORLANDI, 2015). Para esta autora, discorrer sobre a língua pela filiação teórica da AD permite o não-reducionismo ao jogo significativo do abstrato, pois, por meio desse viés, ela se inscreve na história, deixando de ser um sistema fechado sobre si mesmo para estar sujeito a falhas.

É nessa linha teórica que passamos a considerar a língua nas cartas, ou seja, por uma rede de filiação de sentidos que surgem de interpretações de uma relação oposta: de um lado, o arcabouço, a norma, a solidificação e o acontecimento; de outro, o jogo, o movimento, os sentidos e os sujeitos vivenciando um mundo e uma língua que se repete, desarticula, continua e rompe fronteiras. As cartas dos sujeitos acautelados são produzidas sob o disfarce da coerção e de acordos desarmônicos, uma vez que no ambiente de reclusão há códigos peculiares criados pelos sujeitos acautelados e servidores que vão tracejando a produção a partir da posição-sujeito acautelado. Assim como a liberdade, a (in)violabilidade da correspondência é uma questão jurídica recorrente na nossa sociedade, sendo juridicamente tratada em legislações específicas. Nesse sentido, o pesquisador, enquanto servidor, após as devidas autorizações, conseguiu ter acesso às cartas dos sujeitos acautelados, realizando as leituras de um lugar devidamente “permitido”, respaldado em um bem maior: o da “segurança” da unidade socioeducativa e da sociedade extramuros.

Passemos para o próximo item, no qual faremos uma exposição resumida da legislação brasileira atual que trata, especificamente, sobre o direito à (in)violabilidade da correspondência, a fim de compreender sobre o funcionamento das cartas produzidas em um ambiente de aprisionamento.

3.3 As legislações: (in)violabilidade das cartas

A temática sobre sigilo da correspondência, segundo Vissière (2009), já fazia parte das inquietações dos reis da Idade Média e do Renascimento, pois uma carta, conduzida pelos mensageiros dos reis, com informações confidenciais, poderia chegar às mãos dos oponentes. Devido a essa situação, uma das táticas utilizadas era alinhar o conteúdo para que pudesse ser transmitido de forma oral aos seus destinatários caso houvesse extravio. O sujeito acautelado, por ter transgredido a legislação, tem autorização para escrever cartas conforme regimento interno das unidades socioeducativas, sendo que o rito da escrita se orienta por meio da vigilância dos agentes socioeducativos e/ou representante da equipe de técnicos que atendem os sujeitos acautelados, ou seja, a escrita é vigiada pelos representantes do Estado.

Precisamos trazer à cena a questão da (in)violabilidade da correspondência, assegurada como direito e garantia fundamental de qualquer sujeito pela chamada Constituição Cidadã de 1988. Assim, o consagrado Art. 5º e seus 78 incisos (Título II — dos direitos e garantias fundamentais, Capítulo I — dos direitos e deveres individuais e coletivos) garante a integridade da pessoa humana. Citamos abaixo o trecho desse artigo que é relevante para a proposta desta pesquisa:

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] X - São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação; [...] XII - **É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas**, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal; (BRASIL, 1988 – art. 5º - grifos nossos).

A nossa legislação ampara a garantia da igualdade dispensada a todos. Sendo assim, o sujeito interpreta esse enunciado e se reconhece, conseguindo se visualizar nele, enquanto contemplado por uma lei que lhe dará garantia de um tratamento igualitário perante os demais e em qualquer situação, mas há uma dupla implicação que o identifica a ser alguém e, ao mesmo tempo, ninguém diante da legislação. O pronome indefinido “todos” apresenta uma interpretação de que ninguém fique fora do que deve e/ou deveria ser garantido, sem nenhum tipo de distinção, mas na prática a realidade não é esta. Essa mesma legislação também assegura a todos o direito à (in)violabilidade e o sigilo da correspondência em duas ocasiões: Estado de

defesa⁴³ e Estado de sítio⁴⁴. Com isso, mesmo em uma situação que se configura como de violação, a prática se emudece no embargo do não poder se expressar e no deslizamento produzido pela “restrição”, conforme a Constituição Federal, sendo uma limitação direcionada que mesmo interdita e/ou silencia, produzindo seus resultados na opacidade da língua que se inscreve na história.

Considerando a nossa atualidade, enquanto um país que se configura sob a égide do estado democrático de direito, a apresentação da jurisprudência sobre a (in)violabilidade da correspondência se produz de forma hegemônica, como garantia não-absoluta, pois, em alguns casos, esse direito fica pendente. Assim, a (in)violabilidade da correspondência é considerada um princípio constitucional de importância relevante, impedindo que terceiros se apropriem de algo particular. Por outro lado, a mesma constituição que impede, apresenta exceções legais, fazendo com que o impedimento se torne algo inválido. Assim, apresentaremos um quadro que subdivide os enunciados, sendo que, na definição da legislação, a carta ora não é (in)violável, ora se torna (in)violável.

Quadro 2: Descrição, implicações e efeitos das cartas

ABRIR CORRESPONDÊNCIA ALHEIA PELO ESTADO		
Atos	Implicações	Efeitos
<ul style="list-style-type: none"> • Abrir cartas de forma maliciosa; • Apossar de cartas de forma indevida; • Censura e quebra de sigilo 	(des)respeitar direitos	A carta é inviolável
<ul style="list-style-type: none"> • Abrir e examinar; • Interceptar, recolher e restringir; • Fazer triagem e vistoriar; 	Restabelecer/preservar a ordem pública e a paz social, não comprometendo a moral e os bons costumes.	A carta não é (in)violável

Elaborado pelo autor (2022)

⁴³ Conforme o art. 136 da Constituição Federal de 1988, é relatado que, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçada por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza, determinando o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre as seguintes: I - restrições aos direitos de: [...] **b) sigilo de correspondência;** [...] (BRASIL, 1988 – art. 156 - grifo nosso).

⁴⁴ De acordo com o art. 139 — Na vigência do estado de sítio decretado com fundamento no art. 137, I, só poderão ser tomadas contra as pessoas as seguintes medidas: [...] III - restrições relativas à **inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, à prestação de informações** [...], na forma da lei; [...] (BRASIL, 1988 – art. 139 – grifo nosso).

No sistema prisional, existem legislações específicas que mencionam sobre a inviolabilidade das cartas. Porém, no sistema socioeducativo, ainda não existe um documento norteador que venha a abordar a (in)violabilidade das cartas dos sujeitos que se encontram acautelados. Cabe destacar que, dentro do ambiente socioeducativo, existem menções sobre “oficina de cartas” conforme a política socioeducativa em consonância com a Metodologia de Atendimento Socioeducativo. De acordo com o SINASE (2012), a ação socioeducativa está organizada em eixos, sendo um deles o suporte institucional e pedagógico, no qual podemos encontrar as oficinas de incentivo aos estudos, que faz menção às cartas como uma forma de incentivo ao bom desempenho escolar. Durante a execução desta referida oficina, os acautelados conseguem escrever cartas para seus familiares, pelo menos uma vez por semana ou a critério do diretor da unidade. Torna-se necessário destacar a necessidade de uma legislação específica abordando as cartas dentro do ambiente socioeducativo, sendo um norteador para cartas escritas pelos acautelados.

3.4 As cartas como configuração discursiva

Refletir sobre a língua através das cartas produzidas por sujeitos acautelados se constitui em algo instigante, pois os sujeitos que estão segregados e os servidores que lá atuam são objetos de diversos estudos nas ciências humanas, mas ainda pouco explorados no campo da linguística e, especificamente, da AD. Pensando as cartas, enquanto discurso, retomamos Orlandi (2015, p. 39) para referir-me ao fato de que “não há discurso que não se relacione com outros”, ou seja, o discurso não deixa de ser um procedimento extenso sem os alcances de um início absoluto e muito menos de um alvo final. Ainda na esteira desta autora, o modo como essas cartas são produzidas dentro de uma configuração discursiva constitui o sujeito que escreve, no espaço específico de aprisionamento, em um sujeito que faz da escrita o aparelho para a sustentação do seu pertencimento — ou mesmo a possibilidade de vir a pertencer — com aqueles que se encontram no exterior desse espaço. Nesse gesto de escrita, o ato de querer pertencer vai produzindo seus efeitos pela língua fluida, que sempre escapa da sua estrutura fechada ao ser utilizada por sujeitos interpelados por sujeitos pela ideologia, pelo simbólico e que possui uma existência histórica.

No decorrer da escrita das cartas, esse sujeito consegue construir representações acerca do aprisionamento por marcas linguísticas que, ao mesmo tempo em que apresentam uma imagem de um sujeito que deseja superar o lugar onde está, corrobora para representar o acautelamento como um ambiente de sofrimento. Assim, esse sujeito acautelado, objetivado

como marginalizado e/ou delinquente e que se vê no/pelo aprisionamento, tenta sair do sofrimento pelo poder que busca controlar. Nessa seara, “a escrita nasce regularmente associada à reflexão, ao exercício do pensamento sobre ele mesmo” (FOUCAULT, 2017, p. 146). Sendo assim, o efeito de sentido não se encontra nem no locutor, nem na língua, mas se constitui na relação entre interlocutores no uso da língua em determinadas condições sociais de produção do enunciado. Assim, esse sujeito olha para si por meio do exercício do pensamento, que “alforria” as grades que o cercam. Desse modo, o Estado, por meio do seu dispositivo de controle que é o aprisionar, tem como função transformar os sujeitos que são considerados pela sociedade capitalista como errantes.

É importante ressaltar o papel que a escrita desempenha nesse contexto: a possibilidade de encontro, pois quem escreve envolve a si mesmo e ao outro, extrapolando as fronteiras físicas e minimizando a distância. Assim, o discurso dos sujeitos acautelados é um instrumento de poder, pois consegue transcender as grades que impedem o contato com o outro, permitindo, assim, se mostrar por meio de representação que venha a “possibilitar” sua saída desse lugar de exclusão. Ao escrever, o sujeito que se encontra acautelado ultrapassa as fronteiras das grades e do papel, deixando marcas de si, ao mesmo tempo em que as leva ao outro, que, nesse caso, são os seus familiares. Como foi proposto por Foucault (2012), é preciso fazer circular informações sobre o sistema de aprisionamento — no caso desta pesquisa, o sistema socioeducativo — de sujeito para sujeito, de grupo para grupo, fazendo uma repercussão da experiência individual, de modo que ela se torne saber coletivo.

A partir da concepção de FD foucaultiana, interessa-nos considerar a forma como os discursos estão associados a um campo de poder-saber que constitutivamente atravessam o contexto de privação da liberdade. Assim acontece com o sujeito nomeado pela sociedade como “marginalizado”: discursos e saberes constitutivos atribuem a eles uma representação, que se dá por regras e que nos orientaram nos discursos que investigamos. Isso se dá, também, pelo que Foucault (2014, p. 146) chama de “arquivo”, cuja noção não consiste numa “soma de textos”, mas na “lei do que pode ser dito”. Para esse filósofo, o arquivo faz com que o dito não desapareça, mas que se agrupe por meio de relações múltiplas e de regularidades. Fazemos ressalva, nesse momento, ao fato de que, por fazerem surgir enunciados enquanto acontecimentos regulares, o arquivo também passa pelas relações de poder que, nesse caso, também produzem saber.

Nesse sentido, posicionamo-nos acerca das relações de poder pelos pressupostos foucaultianos; isso quer dizer que, embora sejam regulados por um sistema de controle, os sujeitos em questão não são ausentes de poder, uma vez que esse não é estável e centralizado,

não se constitui apenas por um dos lados, mas circula em rede. Assim, as relações de poder constituem esse contexto de investigação. E é nesse sentido que analisamos os discursos: como atravessados por essas relações que se deslocam e se movimentam, que permitem que possamos observar o poder de forma mecanizada, ora nas mãos de um, ora nas mãos de outro. Com isso, os sujeitos acautelados são submetidos ao controle e à disciplina, que, por sua vez, buscam controlar os corpos, a ideologia e seus discursos, uma vez que, ao escreverem suas cartas, esses sujeitos têm sua escrita lida pelos dirigentes da Instituição, o que comprova que eles são interditados. Assim, podemos inferir que, na tentativa de ter o seu discurso autorizado pelos servidores da instituição socioeducativa, esses sujeitos buscam, dessa forma, entrar na ordem do discurso.

Considerando a pertinência da noção de formação discursiva, com a qual é possível demarcar a regularidade de enunciados dispersos e heterogêneos, propomo-nos tomá-la como aparato teórico para nossa pesquisa. Passemos a próxima seção, na qual iremos realizar a análise linguística-discursiva das cartas desses sujeitos acautelados, cujo propósito é investigar como a exclusão, por meio da escrita de si, se manifesta discursivamente no processo de subjetivação indiciado nas cartas de sujeitos privados de liberdade escritas para seus familiares.

3.5 A escrita como gesto confessional

Foucault (2020a) em sua obra **História da sexualidade I: a vontade de saber** demonstra como ocorre a evolução da prática de confissão, sobretudo no cristianismo do início do período medieval, que reforçou uma relação de poder que se exerce sobre aquele que se confessa. O sentido do termo confissão vai além de uma mera declaração, pois não se trata apenas de uma comprovação sobre si mesmo, mas de uma forma de perpetrar por meio do gesto confessional, submetendo-se às implicações e aos infortúnios impostos por esse reconhecimento.

Um ritual que se desenrola numa relação de poder, não se confessa sem a presença ao menos virtual de um parceiro, que não é simplesmente o interlocutor, mas a instância que requer a confissão, impõe-na, avalia-a e intervém para julgar, punir, perdoar, consolar, reconciliar; um ritual onde a verdade é autenticada pelos obstáculos e as resistências que teve de suprimir para poder manifestar-se; enfim, um ritual onde a enunciação em si, independentemente de suas consequências externas, produz em quem a articula modificações intrínsecas: inocenta-o, resgata-o, purifica-o, livra-o de suas faltas, libera-o, promete-lhe a salvação (FOUCAULT, 2020a, p.70-71).

Foucault (2020a) afirma que a confissão é um ato verbal pelo qual o sujeito põe uma afirmação sobre aquilo que ele é, congrega-se a essa verdade e se assenta numa relação de atrelamento ao olhar do outro, modificando a relação que ele tem consigo. Assim, a confissão torna-se um dificultador relacionado às experiências éticas pelas quais o sujeito liga a verdade sobre si mesmo às estratégias de saber, às práticas de poder e aos processos de subjetivação. Dito de outra maneira, a confissão é um elemento essencial dentro dos modos de subjetivação, tomada não somente como um ato enunciativo, mas, sim, como um aparelho circunscrito no sentido implícito do gesto confessional.

Nas práticas confessionais, são os próprios sujeitos que enunciam e falam de si; nessa situação, a verdade é produzida em um jogo que exige dos seus falantes a dependência de outro que escuta, sendo o responsável pela interpretação do que é dito (escrito). Conforme esse filósofo francês, a interioridade entre regimes de verdade e efeitos de poder resulta na genealogia das “políticas de verdade” em torno das práticas confessionais. Analisar os atos de verdade implica focar naquilo que eles permitem legitimar e justificar. A peculiaridade das práticas confessionais reside na enunciação do sujeito sobre si mesmo e figura como mecanismo operador da verdade, na medida em que produz identidades sujeitadas. Assim, o vínculo entre o sujeito e sua verdade é estabelecido em virtude dos mecanismos do saber-poder. Ao confessar, o sujeito não apenas diz a verdade sobre sua identidade, mas também atua a referida enunciação nas suas relações com os demais, submetendo-se àquela verdade pelo único fato de que foi efetivamente dita. Consequentemente, “a verdade não pertence à ordem do poder, mas tem parentesco originário com a liberdade” (FOUCAULT, 2020a, p. 80); liberdade exteriorizada pela incessante verbalização de tudo que o poder tenta camuflar.

A escrita dos sujeitos acautelados é uma técnica de exame de consciência, que produz suas verdades como um gesto confessional. Segundo Foucault (2017), o exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza, sendo um controle que normaliza e uma vigilância que permite classificar e punir, instituindo uma visibilidade dos sujeitos por meio da qual são distinguidos e sancionados, uma vez que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado. De acordo com esse filósofo francês, “nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade” (FOUCAULT, 2017, p.154).

Dessa forma, a confissão, como parte constituinte de um exame, considerando suas práticas aqui tomadas por meio da escrita como uma técnica de si, direcionam para uma verdade sobre si mesmo, a qual decifra uma verdade oculta. Essa técnica estabelece uma relação do sujeito consigo mesmo e com os outros, sendo uma forma de retomar sua consciência e

conectar-se com o modo que vivencia. Conforme Foucault (2017), é por meio da confissão que se produzem formas de subjetividade. Pensar as práticas confessionais consiste em reconhecer sua importância para o conjunto de várias experiências em que o modo de dizer verdadeiro de um discurso se torna o emblema recorrente para o exercício da subjetividade.

Passemos à próxima seção, discorrendo sobre as cartas dos sujeitos acautelados, apresentando o sequenciamento discursivo a partir do discurso religioso e jurídico, conforme os estudos foucaultianos.

3.6 As cartas dos sujeitos acautelados

Conforme Foucault (2017), escrever é se mostrar, se arriscar, fazer aparecer sua própria face próxima do outro. Isso é compreensível pela transitoriedade do ser humano e da história, que não são engessados, fechados, o que ocasiona a formação de outros cenários, outros grupos, novas ideologias. De acordo com o autor, a escrita compõe uma experiência e uma espécie de pedra de toque: despontando os movimentos do pensamento, ela dissipa a sombra interior.

A seguir, apresentamos as Sequências Discursivas (SD) selecionadas para o estudo do funcionamento das Formações Discursivas (FD) a partir do discurso religioso e jurídico pela ótica de Foucault, permeadas por analogias de poder que funcionam como um dispositivo de embate discursivo institucionalizado por meio das quais se estabelecem efeitos de verdade que norteiam em favor de determinada deliberação. Analisamos como os sujeitos que se encontram acautelados se relacionam a partir do lugar onde estão — o acautelamento⁴⁵ —, a fim de compreendermos como as representações que fazem desse lugar permeiam seu processo de subjetivação por meio do discurso religioso e jurídico. Segue o quadro demonstrativo abaixo, com o sequenciamento discursivo, a partir das 13 (treze) cartas dos sujeitos que se encontram acautelados.

Quadro 3 – Sequenciamento Discursivo

Nº Cartas	Sequências Discursivas (SD)
C1	SD 1 – [...] mesmo sem entender eu confio em ti, mesmo sem entender eu sei que o melhor para mim [...]

⁴⁵ Esse ambiente de reclusão marca o modo como os sujeitos acautelados se referem a esse ambiente, o que, em nossa interpretação, constitui a subjetividade dos sujeitos, que, por sua vez, referem-se dessa forma como uma tentativa de “fuga” do lugar de exclusão pelo qual se veem.

C1	SD 2 – [...] eu até choro e as vezes até chego a dizer, por que tem que ser tão difícil para mim [...]
C1	SD 3 – [...] tua visão vai além do que eu vejo, o senhor sabe exatamente o que é melhor para mim, mesmo que eu não entenda seus caminhos, eu confio [...]
C1	SD 4 – [...] vou ficar quietinho aqui no seu colo, esperando o tempo certo de tudo, porque eu sei que vais cuidar de mim [...]
C2	SD 5 – [...] tenho que cumprir minha medida pra poder fica tranquilo daqui seis meses tô na rua de volta [...]
C2	SD 6 – [...] e sair quero mudar porque isso não é lugar para mim só fui perceber isso hoje que estou aqui mais foi até bom para pensa na vida [...]
C3	SD 7 – [...] Vó eu sei que não sou o neto que a senhora pediu, mais pesso perdão por meus atos [...]
C3	SD 8 – [...] eu vou sair diferente arrumar um trabalho e vou calar todos [...]
C3	SD 9 – [...] se todos da família estão virando as costas beleza, mais aquele lá de cima não me abandona não [...]
C3	SD 10 – [...] por que aqui dentro deus me abençoa sempre de qualquer maneira [...]
C4	SD 11 – [...] acho que vo pega muito tempo e muito BO [...]
C4	SD 12 – [...] até os 45 sai a audiência e mal posso espera para sai [...]
C4	SD 13 – [...] te amo mãe e não sabe o tanto arrependo de não ter te ouvido [...]
C5	SD 14 – [...] a senhora me dava conselhos e nem ouvia pensando que eu sabia de tudo mas na verdade eu não sabia de nada [...] mas eu quero pedir desculpa, e quando eu sair daqui eu vou respeitar a senhora e não vou nunca mais dessonbendence a senhora [...]
C5	SD 15 – [...] nunca mais vou robar e nem fazer nada de errado [...]
C5	SD 16 – [...] lembra do dia que eu falei que odiava a senhora eu falei da boca para fora, i eu me arrependi do que eu falei [...]
C6	SD 17 – [...] eu to aprendendo algumas coisas que eu não consegui aprender ai fora aqui e um sofrimento [...]
C6	SD 18 – [...] eu errei to pagando um preço muito grande devia escutar você e a mamãe mas eu cortei para o outro lado [...]
C6	SD 19 – [...] quando eu sair daqui eu vou tá transformado vou ser um cidadão do bem vou ser um cidadão do bem assim como você e a mãe [...]

C7	SD 20 – [...] Mãe me desculpa por escolhe essa vida [...] quando eu sai daqui não volto pro trafico [...]
C8	SD 21 – [...] sei que o q fiz não é certo e quando eu voltar quero esquecer o crime [...]
C9	SD 22 – [...] agora mãe durmo sonhando com minha liberdade e acordo atrás das grades [...] Deus vai me ajudar [...]
C10	SD 23 – [...] sei que a senhora não queria isso pra mim mas é meu corre [...]
C10	SD 24 – [...] quando minha lili cantar eu vou sossegar e vou correr atrás de um trampo para mim e fica de boa [...]
C10	SD 25 – [...] a Senhora esta ligada que eu tô tentando ficar de boa mãe mas eu te prometo mãe que quando eu sair vou mudar de vida mãe [...]
C11	SD 26 – [...] prometo que todo desgosto todo sofrimento que ti fiz passar recompensarei em dobro tripulo, quadripulo pois li prometo que vou muda [...]
C11	SD 27 – [...] desculpas por não ser o filho perfeito que tanto quis ter [...]
C12	SD 28 – [...] Mãe fui pela cabeça dos outros mas quando sair daqui prometo que muita coisa vai mudar [...]
C12	SD 29 – [...] estou muito arrependido, assim como toda alegria é passageira nenhum sofrimento eterno [...]
C13	SD 30 – [...] meus pensamentos em você mãe que esta me dando forsa pra mim manter de pé aqui dentro jamais quando eu sai daqui vou quere voltrar [...]

Elaborado pelo autor (2022)

No quadro 1, temos o sequenciamento discursivo, a partir do qual realizamos a análise discursiva das cartas escritas pelos sujeitos acautelados. Esclarecemos que a nossa análise tem como *corpus* 30 (trinta) SD, divididas em 5 (cinco) eixos temáticos: sendo 07 (sete) SD referentes à fé, 12 (doze) SD referentes aos sentimentos, 02 (duas) SD referentes ao trabalho, 07 (sete) SD referentes à medida socioeducativa e 02 (duas) SD referentes ao cidadão do bem. Para a nossa análise, o objeto de investigação está cercado de uma infinidade de possibilidades, não se esgotando possíveis interpretações devido à imensa rede de fios que compõem o discurso. Dito de outro modo, nosso olhar pode abrir caminhos para outros gestos analíticos.

Passemos, então, para a análise linguística-discursiva com os eixos temáticos que, por meio de nossa interpretação, se encontram em um discurso religioso e jurídico.

3.7 Análise linguístico-discursiva:

Nesta seção iremos trazer as análises por meio das FD, uma vez que procuramos, através desta pesquisa, fazer ecoar a voz dos sujeitos que se encontram acautelados em um ambiente de reclusão. Uma análise discursiva deve mirar, de forma crítica, os processos de produção, circulação e apropriação dos sentidos inscritos e naturalizados nos discursos. Essa visão nos leva a pensar no sujeito do discurso e na forma-sujeito operando na pauta do controle das proposições, na ilusão da transparência dos objetos e por mecanismos de coerção do que pode ser dito e de quem pode dizê-lo.

Na análise das cartas, apontamos as possíveis interpretações do “aprisionamento” em que emergem as exclusões via escrita de si. Para tanto, o espaço de privação de liberdade enquanto “acautelamento” constitui uma marca, pois o sujeito olha a si e ao outro, que, nesse caso, são seus familiares. Pensando nisso, trouxemos cartas escritas por sujeitos que se encontravam acautelados em uma unidade socioeducativa. Cartas essas que, caso a referência familiar não fosse visitar esse sujeito e se não fossem submetidas a nossa visão de pesquisador, corriam o risco de passar anos e até mesmo décadas arquivadas em armários ou em pastas empoeiradas.

A escrita da carta materializada por esse sujeito em um ambiente de reclusão, cheio de regras e disciplinas, humaniza-se através da letra que ganha vida, através de muita fé, amenizando a saudade pela substituição do momento presente pelo tão esperado, com dia e hora marcados para a tão sonhada liberdade. No entanto, enquanto esse sujeito estiver sob a tutela do Estado, ele se encontrará totalmente controlado, sendo “disciplinado” e “adestrado”. Assim, antes de passarmos a cada uma das análises, devemos lembrar que, segundo a AD, as interpretações não podem ser confusas e/ou desordenadas, devendo ser realizadas levando em consideração as condições de produção na escrita das cartas, que, nesse caso, são configuradas por um ambiente considerado hostil e com muitas regras e disciplinas. Cabe ressaltar que essas condições de produção são regidas pela instituição socioeducativa, que impõe regras e limites.

Passaremos a abordar sobre os discursos, discorrendo inicialmente sobre o discurso religioso.

3.7.1- O discurso religioso

Segundo Foucault (2013), os discursos religiosos são típicos da ordem de quem fala, pois, na concepção desse filósofo, a esfera de constituição e disseminação dos discursos

religiosos obedece a toda uma lógica de repressão e ordenamento, que é o caso de um ambiente de reclusão. Doutrinas e discursos, temáticas de Foucault que tocam questões específicas dos estudos religiosos, estão vinculados nessa discussão porque ambos terminam no jogo que organiza, impede, exclui, reduz e embarga os enunciados. Para esse filósofo, está evidente que as doutrinas (recorrente no domínio das crenças religiosas) satisfazem a essa ordenação dos discursos, e por mais que a doutrina impeça os enunciados que lhe são exteriores, necessita deles para constituir sua singularidade, ou seja, sua diferença. Além disso, vai utilizar outros enunciados interiores para robustecer essa lógica identitária que lhe admita tramar sua coesão. O discurso nas doutrinas constrange e é constrangido para e pela lógica da identidade. Assim, nos discursos religiosos estão contidas características na ordem apresentada da ambição da verdade, relação saber/poder e a constituição dos sujeitos.

Foucault (2013) exhibe a religião como uma possibilidade de resistência, porém isso não significa que todo e qualquer manifesto religioso seja uma forma de resistir à modernidade que se anseia como laica e oprime determinados grupos que conseguem anunciar seus descontentamentos por meio da esfera religiosa. Torna-se relevante compreender que, no discurso religioso, existe uma disputa de saberes e de configurações de instituição de verdades e de produção dos sujeitos, sendo reservada a cada um dos discursos. Conforme esse filósofo francês, a religião fica relegada a uma prática doutrinária de códigos que visam à sujeição através de um discurso.

Nesse sentido, o vínculo dos sujeitos acautelados com Deus por meio da religião é um suporte para cumprir o tempo da medida socioeducativa com menos sofrimento e, principalmente, manter um vínculo com familiares, enviar recados, solicitar alimentos e para facilitar os trâmites processuais. Outro ponto importante é que, diante da fragilidade e vulnerabilidade emocional do sujeito acautelado, o encontro com Deus se apresenta como imprescindível para esses sujeitos enquanto apoio para suportar o aprisionamento. Desse modo, essa religiosidade significa a repetição do apego a Deus, o qual vem escrito na maioria das cartas, solicitando ajuda e pedindo perdão, mostrando arrependimento para que, assim, possa tentar superar os momentos difíceis que esses sujeitos passam dentro do ambiente de reclusão.

Iniciaremos a nossa análise linguístico-discursiva com o eixo temático **vínculo pela fé**, trazendo a escrita desses sujeitos que se encontram acautelados, por meio de um discurso religioso, enfatizando em sua escrita sua dor e sofrimento, sendo amenizados pelas suas crenças divinas e principalmente por acreditarem em um ser supremo que ajuda a suportar o período de acautelamento.

3.7.1.1 - Vínculo pela fé

Quadro 4 – Vínculo pela fé

Nº cartas	Sequências Discursivas
C1	SD 1 – [...] mesmo sem entender eu confio em ti, mesmo sem entender eu sei que o melhor para mim [...]
C1	SD 2 – [...] eu até choro e as vezes até chego a dizer, por que tem que ser tão difícil para mim [...]
C1	SD 3 – [...] tua visão vai além do que eu vejo, o senhor sabe exatamente o que é melhor para mim, mesmo que eu não entenda seus caminhos, eu confio [...]
C1	SD 4 – [...] vou ficar quietinho aqui no seu colo, esperando o tempo certo de tudo, porque eu sei que vais cuidar de mim [...]
C3	SD 9 – [...] se todos da família estão virando as costas beleza, mais aquele lá de cima não me abandona não [...]
C3	SD 10 – [...] por que aqui dentro deus me abençoa sempre de qualquer maneira [...]
C9	SD 22 – [...] agora mãe durmo sonhando com minha liberdade e acordo atrás das grades. Deus vai me ajudar [...]

Elaborado pelo autor (2022)

As 4 (quatro) SD da C1 se constituem de uma FD religiosa. É uma transcrição da música “mesmo sem entender⁴⁶”, do cantor gospel Thalles Roberto, muito conhecido e renomado nesse segmento musical. Cabe destacar que, quando o sujeito escreve a carta com a letra desta música, ele demonstra uma lembrança adicionada a uma crença inabalável e, mesmo estando excluído da sociedade, a sua fé tenta ultrapassar os muros da unidade. Assim, a carta permite que essas palavras, por meio da letra da música, consigam chegar ao seu convívio social.

Desse modo, trazemos à cena a memória que vem reconstruir lacunas preenchidas pelo imaginário, interiorizado nesse sujeito acautelado, por meio das vivências tecidas nessa experiência de privação de liberdade. O passado memorizado pelo discurso desse sujeito se inscreve em um contexto específico no qual se encontra — no caso desta tese, o ambiente de aprisionamento.

⁴⁶ Música composta pelo mesmo intérprete, Thalles Roberto, sendo lançada em 2011 no álbum intitulado “Uma história escrita pelo dedo de Deus”. A música é vista por críticos do segmento gospel como uma oração cantada que disserta confiança e a proteção divina.

A Memória Discursiva (MD) acaba por fornecer as coordenadas históricas para a interpretação do sentido por meio da escrita desse sujeito acautelado na medida em que é constituída por esse emaranhado de vozes que se materializam na escrita de suas cartas. Diante das SD produzidas por esse sujeito com a letra da música gospel da C1, sendo representada predominantemente pela religiosidade, as legislações do Estado que impuseram o acautelamento desse sujeito são desconsideradas pela submissão a Deus, pelo gesto de entrega a ele que, pela escrita, aceita ou transfere a culpa, se arrepende e espera pela liberdade e o perdão da lei divina. A letra dessa música escrita na carta pelo sujeito acautelado dá lugar a enunciados que apontam para o domínio do discurso religioso, uma vez em que se coloca em circulação e estabelece outros efeitos de sentido.

Na SD1, o enunciado “[...] **mesmo sem entender eu confio em ti, mesmo sem entender eu sei que o melhor para mim [...]**” indicia a religiosidade como instrumento de poder e é por meio dessa escrita que esse sujeito consegue “atravessar esses muros”, que se tornam maiores pelo lugar que o sujeito ocupa. As linhas escritas por esse sujeito que se encontra aprisionado revelam e transbordam muita esperança. A ideologia da FD religiosa informa uma representação de um aprisionamento ineficaz, uma vez que o sujeito se coloca a partir desse discurso pela letra da música expressa na SD1: “**mesmo sem entender eu confio em ti**”, ou seja, a fé em Deus que esse sujeito demonstra admite, por meio da sua impressão, que a aflição pela qual vem passando é algo passageiro, sendo a esperança pela liberdade aquilo que o vem ajudando e o faz superar o ambiente de reclusão no qual se encontra. Desse modo, o sujeito, através da escrita da carta com a letra de uma música gospel, demonstra o desejo de sair desse lugar. O sofrimento que vem passando perpassa seu processo de subjetivação, uma vez que não deseja permanecer nesse conflito causado pela penalidade do acautelamento e pela espera da sentença que será proferida pelo juiz devido ao cometimento de um ato infracional. Importante ressaltar que esse sujeito está posto num espaço que o faz e o considera “o sujeito a corrigir” através do seu “adestramento” (FOUCAULT, 2012).

Na SD2, no enunciado “[...] **eu até choro e as vezes até chego a dizer, por que tem que ser tão difícil para mim [...]**”, por meio da contraposição criada pelo fato de estar em lugar de “sofrimento” a partir do qual representa o aprisionamento, o sujeito da C1 crê que, mesmo de forma ilusória, quando esse acautelamento tiver fim, sua busca pela completude estará finalizada, sendo marcada pelo desejo da liberdade. Com isso, esse sujeito demonstra por meio de sua escrita que vive sedento pela liberdade, que perdeu quando o representante do Estado (nesse caso, o Juiz) definiu que ele deveria ser um prisioneiro. Logo, esse sujeito só tem um propósito, que é se livrar das grades e ter de volta a sua liberdade. De acordo com essa SD,

podemos fazer uma alusão ao primeiro capítulo de **Vigiar e Punir**, que revela os corpos dóceis, no qual Foucault (2012) afirma que “se o condenado era mostrado arrependido, aceitando o veredicto, pedindo perdão a Deus e aos homens por seus crimes, era visto purificado”. Podemos dizer que esse sujeito, por meio de sua escrita e do seu discurso religioso, apresenta um discurso de arrependimento. Porém, de acordo com o sistema socioeducativo, por meio da maioria de seus representantes, apresentam entendimentos de que esse sujeito acautelado precisa passar pela mecânica do “castigo”, sendo punido/doutrinado, para que, assim, venha a “extinguir” a sua conduta desviada e irregular, chamada pela sociedade como marginalizada. Esse sistema espera que, após o período de dominação desse sujeito, ele venha a ser considerado sujeito dotado de confiança e, acima de tudo, seja considerado sujeito “responsabilizado”, sendo capaz de ter a sua liberdade, e, assim, vir a ser (re)integrado ao convívio social.

Na SD3, o enunciado “[...] **tua visão vai além do que eu vejo, o senhor sabe exatamente o que é melhor para mim, mesmo que eu não entenda seus caminhos, eu confio [...]**” cria uma certa transformação de uma pessoa que tem um passado marcado por cometimento de atos infracionais, mas o presente vivido no acautelamento consegue trazer um fortalecimento. A limitação imposta pelo tempo de cumprimento de medida cautelar em um lugar em que as grades devassam seu espaço e tempo faz com que o encontro com os seus familiares vá se realizando pela escrita no papel, constituindo a transposição da condição de acautelado. A folha escrita, ao chegar para seus familiares, substitui o corpo físico deixado para trás, mas provoca a emoção de um encontro presencial, mesmo que seja através do simbolismo, tanto para o remetente, quanto para o destinatário, que, nesse caso, são os familiares dos sujeitos. O enunciado “**mesmo que eu não entenda seus caminhos, eu confio**” produz o efeito de que o sujeito acautelado vai passar pelo tempo que precisa aguardar até a decisão do Juiz da Vara da Infância proferir sua sentença, podendo ela ser a liberdade total, a liberdade assistida, a semiliberdade ou até mesmo um cumprimento de internação definitiva. Esse sujeito se manifesta dizendo que, mesmo que ele não venha a entender, através de sua fé, ele confia em Deus e isso que é importante para ele, independente da medida que o Juiz irá proferir.

Na SD4 “[...] **vou ficar quietinho aqui no seu colo, esperando o tempo certo de tudo, porque eu sei que vais cuidar de mim [...]**”, vê-se o efeito da recompensa para quem não tem uma escolha sobre o que pode fazer, mas que pode ser atendido através de requisitos que permitem a superação de obstáculos. Tanto os bons quanto os maus momentos têm seu tempo de validade e acrescenta-se um aliado — Deus — que ajuda a aguentar esse momento com a promessa da felicidade. Um ser abstrato se materializa criando condições necessárias para o sucesso do sujeito na vida, protegido na primazia do discurso religioso. Podemos dizer que se

considera relevante perceber que os discursos religiosos possuem mecanismos próprios de produção da verdade e modos de sujeição. Conforme o contexto desta tese, no qual temos sujeitos que se encontram acautelados e que se manifestam estrategicamente ao discurso opressor do sistema, percebemos, ainda, que há uma disputa de saberes e de suas formas de instituição de verdades e de produção dos sujeitos, particular a cada um dos discursos. Então, esses discursos não podem ser considerados uma “verdade absoluta”, ou seja, os discursos com cunho religioso podem constituir-se como libertários, e assim vir a abrir “possibilidades” de serem vistos como um ato ou efeito de resistir contra o sistema socioeducativo.

Na SD 9 “[...] **se todos da família estão virando as costas beleza, mais aquele lá de cima não me abandona não [...]**”, o sujeito relata que o seu círculo familiar não vem dando o apoio que deveria ter e se sente sozinho. Com isso, ele só tem “*o cara lá de cima*”, que é Deus, o qual não abandona ninguém. No que se refere à SD 10 “[...] **por que aqui dentro deus me abençoa sempre de qualquer maneira [...]**”, percebe-se um sujeito com um direcionamento único e exclusivo remetido a Deus, como o ser soberano e que o libertará de tudo. Assim, os discursos vão se entrelaçando, pois, como diz Orlandi (2009b), o sentimento religioso, o espiritualismo, a afinidade pelo que representa o não-limite (Deus) não consegue se fechar no ambiente dos templos religiosos ou nas configurações institucionais da religião. Diante dessa ânsia incontrolável de querer ir embora, ele usufrui o direito limitado de manter contato com aqueles que estão no gozo da “liberdade”, escrevendo cartas que servem como ferramentas para se projetar para fora desse ambiente de reclusão. Trata-se de uma ideologia que demonstra a presença de Deus e garante o bem-estar em todos os lugares, mesmo mediante as conquistas e batalhas que são imprescindíveis para conseguir algo. De acordo com Foucault (2012), o discurso religioso de um sujeito pode ser considerado um instrumento que vem ajudá-lo a encarar a vida sem medo para enfrentar as instabilidades do cotidiano e do que vivencia. Então, esse sujeito, por meio do seu ser superior divino, sabe que ele é um “pecador”, mas precisa perdoá-lo, pois todo pecador merece o perdão divino. Com isso, a intenção desse discurso é procurar uma afirmação de que seja detentor dos procedimentos de conquista desta verdade e do poder que é exercido por esse mesmo regime de produção da verdade.

Consideramos a SD22 [...] **“agora mãe durmo sonhando com minha liberdade e acordo atrás das grades. Deus vai me ajudar [...]**” uma das SD mais emblemáticas desta tese até por que foi a SD que escolhemos para o início da análise das cartas, pois é de um sujeito que faz tratamento na rede de saúde mental e que ainda não se encontra alfabetizado, solicitando, assim, que sua técnica de referência escrevesse para esse sujeito e que sua escrita chegasse até os seus familiares. Esse sujeito tem a expectativa de um Deus repleto de milagre

e que consegue indulto por todos os seus atos, mesmo já tendo sido provisoriamente condenado por um Juiz. Ressalta-se, ainda, que esse sujeito conta, ainda, com o ato ilimitado da ação divina sobre sua situação infracional. Logo, a representação de prisão que perpassa a escrita desse sujeito é a de que ela constitui um lugar de correção para anormais, uma vez que, pela visão foucaultiana, o sujeito a ser corrigido também faz parte da genealogia da anomalia (FOUCAULT, 2010). Esta SD chama-nos à atenção, pois, além do sujeito não ser alfabetizado, há a analogia do papel dessa escrita ao caso relatado por Foucault (1991), que trata do parricídio cometido por Pierre Rivière, na França, no século XIX, se interessando por pesquisar as relações entre psiquiatria e justiça criminal. O memorial deixado pelo homicida diz: “toda essa obra está escrita em estilo muito grosseiro, já que sei apenas ler e escrever; mas, desde que você entenda o que quero dizer, é tudo o que peço, e escrevi tudo da melhor maneira que pude” (FOUCAULT, 1991, p. 51). Em seus relatos, Pierre Rivière, antes do seu suicídio, pede que pela sua escrita venha a ser compreendido, sendo um pouco semelhante a esse sujeito que, mesmo não sendo alfabetizado e solicitando a sua técnica de referência que escrevesse por ele, quer fazer com que a sua escrita do coração e pensamento chegue até seus familiares, mesmo que seja através da escrita de uma outra pessoa. Assim, podemos dizer que a ideologia da FD religiosa confirma um retrato de um aprisionamento que, a partir do discurso pela fé em Deus, permite ao sujeito que tenha a sensação de que a reclusão na qual se encontra é algo temporário, sendo a esperança pela liberdade o que o sustenta e o faz superar o lugar onde está. Desta forma, o fio condutor que permeia o processo de subjetivação do sujeito na concepção do acautelamento é a autoimagem do sujeito no lugar onde se encontra. Em outras palavras, é possível perceber que, ao mesmo tempo em que é um aprisionamento de imposição e muito sofrimento, representa-se como forte e autossuficiente, o que ajuda a garantir que sua imagem não seja a de inferior pelo momento e lugar em que se encontra.

Na próxima seção vamos tratar sobre o eixo temático **sentimentos**, no qual os sujeitos acautelados demonstram por meio de um discurso religioso o seu arrependimento e sofrimento durante o período em que se encontram reclusos.

3.7.1.2- Sentimentos: arrependimento e sofrimento.

Quadro 5 – Sentimentos: arrependimento e sofrimento

Nº cartas	Sequências Discursivas
C2	SD 6 – [...] e sair quero mudar porque isso não é lugar para mim só fui perceber isso hoje que estou aqui mais foi até bom para pensa na vida [...]

C3	SD 7 – [...] Vó eu sei que não sou o neto que a senhora pediu, mais pesso perdão por meus atos [...]
C4	SD 13 – [...] te amo mãe e não sabe o tanto arrependo de não ter te ouvido [...]
C5	SD 14 – [...] a senhora me dava conselhos e nem ouvia pensando que eu sabia de tudo mas na verdade eu não sabia de nada [...] mas eu quero pedir desculpa, e quando eu sair daqui eu vou respeitar a senhora e não vou nunca mais dessonbendence a senhora [...]
C5	SD 16 – [...] lembra do dia que eu falei que odiava a senhora eu falei da boca para fora, i eu me arrependi do que eu falei [...]
C6	SD 17 – [...] eu to aprendendo algumas coisas que eu não consegui aprender ai fora aqui e um sofrimento [...]
C10	SD 25 – [...] a Senhora esta ligada que eu tô tentando ficar de boa mãe mas eu te prometo mãe que quando eu sair vou mudar de vida mãe [...]
C11	SD 26 – [...] prometo que todo desgosto todo sofrimento que ti fiz passar recompensarei em dobro tripulo, quadripulo pois li prometo que vou muda [...]
C12	SD 27 – [...] desculpas por não ser o filho perfeito que tanto quis ter [...]
C13	SD 28 – [...] Mãe fui pela cabeça dos outros mas quando sair daqui prometo que muita coisa vai mudar [...]
C14	SD 29 – [...] estou muito arrependido. assim como toda alegria é passageira nenhum sofrimento eterno [...]
C15	SD 30 – [...] meus pensamentos em você mãe que esta me dando forsa pra mim manter de pé aqui dentro jamais quando eu sai daqui vou quere voltar [...]

Elaborado pelo autor (2022)

Na SD 6 “[...] e sair quero mudar porque isso não é lugar para mim só fui perceber isso hoje que estou aqui mais foi até bom para pensa na vida [...]” e na SD 25 “[...] a Senhora esta ligada que eu tô tentando ficar de boa mãe mas eu te prometo mãe que quando eu sair vou mudar de vida mãe [...]”, percebe-se que o sujeito cede aos mecanismos de punição e, mostrando-se arrependido, representa-se pelo “adestramento” nas seguintes marcas linguísticas: **“quero mudar”**, **“isso não é lugar para mim”** e **“foi ate bom para pensa na vida”**, **“muita coisa vai mudar”**. Esse adestramento pode ser lido na pauta das palavras de Foucault (2012) sobre a penalidade aplicada no século XIX: a penalidade passa a ser um controle não sobre o que os sujeitos fizeram, mas ao nível do que podem, são capazes e estão sujeitos a fazer. Assim, nesse dizer, o sujeito se representa pela marca que essa penalidade lhe

atribui, e que, por sua vez, é atrelada à “periculosidade” que apresenta para a sociedade. Foucault (2012) afirma que o poder disciplinar, ao invés de se apropriar e retirar, tem como função maior adestrar para retirar e se apropriar ainda mais. Todavia, esses sujeitos também lutam e reproduzem em seus discursos uma “mudança de vida”. Conforme esse filósofo francês, essa dominação se encontra dentro da unidade socioeducativa, a qual se enquadra em uma instituição de confinamento. Por meio desse gesto confessional, a escrita desse sujeito acautelado funciona como uma confissão e ao mesmo tempo uma revelação. De acordo com esse autor, a escrita de si, nessa perspectiva, movimenta e revela o interior da alma, possibilitando uma transformação, pois o sujeito está em constante constituição e modos de subjetivação. Durante a escrita, esse sujeito não se posiciona como objeto silencioso, mas como sujeito dono do seu dizer; não como objeto examinado, mas como sujeito confessante, pois, conforme Foucault (2020a, p.35), “pela confissão, o acusado se compromete em relação ao processo; ele assina a verdade da informação”. Portanto, por meio da confissão, o sujeito desse discurso consegue se conectar a um discurso de verdade, conhecendo a veracidade sobre si mesmo e produzindo determinados regimes de verdade instituídos.

No que se refere à SD 7 “[...] **Vó eu sei que não sou o neto que a senhora pediu, mais pesso perdão por meus atos [...]**”, vê-se o pedido de perdão, o qual produz o apagamento do que ficou para trás e, simultaneamente, projeta-o pelo reconhecimento do seu erro. A contradição se põe no imbricamento de um ser de carne e osso suscetível ao erro, mas também capaz de se divinizar pela sua religião e o arrependimento. Aqui, as atitudes inerentes de um sujeito que está no “caminho errado” podem ser revertidas pela “ilusão da passagem de um plano a outro, de um mundo a outro” (ORLANDI, 2009b, p. 251). Desse modo, para esse sujeito, Deus tudo perdoa. E se Deus, que é todo-poderoso, perdoa aquele que se arrepende, quem é a sociedade para não perdoar? Assim, esse sujeito que demonstra ser religioso e pede perdão a Deus pelo sofrimento causado ao outro por meio do seu arrependimento, intensificando-se no gesto de sua escrita da carta. A identificação religiosa caracteriza esse sujeito enquanto cristão singularizado por um movimento cíclico, movido pela fé que faz dele um homem afetado pelo plano divino, capaz de pedir perdão, se arrepender e, principalmente, reconhecer que errou, remetendo ao sacramento da confissão e, por consequência, ao reconhecimento do pecado e à possibilidade do perdão. Trazemos à cena Foucault (2020a), que pondera sobre o gesto confessional, uma vez que esse sujeito acautelado, por meio da confissão, está procurando, durante a temporalidade do seu acautelamento, firmar discursos que ditem que suas práticas sejam verdadeiras. De acordo com esse filósofo,

a confissão, uma vez que vincula o sujeito que afirma, o qualifica de outro modo a respeito do que disse: criminoso, mas que é capaz de arrepender-se; apaixonado, mas declarado; doente, mas suficientemente consciente e informado de sua enfermidade para que possa trabalhar em sua própria cura (FOUCAULT, 2020a, p.27).

Assim, por meio de tais escritas, esse sujeito produz certos modos de ser, existentes no seu acautelamento, funcionando como confissões, buscando, nesse exercício de exame, retomar os erros em seu percurso e se converter em um sujeito esclarecido e consciente de seus atos.

Na SD13, o sujeito assume a culpa ao enunciar “[...] **te amo mãe e não sabe o tanto arrependo de não ter te ouvido [...]**”. Na SD16 “[...] **lembra do dia que eu falei que odiava a senhora eu falei da boca para fora, i eu me arrependi do que eu falei [...]**” e na SD30 “[...] **meus pensamentos em você mãe que esta me dando forsa pra mim manter de pé aqui dentro jamais quando eu sai daqui vou quere voltar [...]**”, esses enunciados indiciam gestos de arrependimentos que somente são obtidos através do compromisso de não mais pecar. Nas marcas linguísticas “**arrependo**”, “**arrependi**” “**jamais (...) vou quere voltar**”, percebe-se que, diante da dívida de não ser mais um pecador, tropeça na onipotência e na benevolência divina capaz de perdoar infinitamente, um efeito de troca não marcado de forma quantitativa, uma vez que ao enunciar que Deus perdoa o pecador, não se quantifica o número de vezes que pode ser perdoado. Na contradição marcada pela bondade eterna, mas que somente se torna possível pelo arrependimento do sujeito que se encontra aprisionado, coloca-se o ato de perdoar como condição sempre possível desde que haja uma predisposição a não viver mais sob a condição de pecador. Segundo Foucault (2020a), a confissão já está conferida, sem coagir, e sim como uma verdade para promover uma revelação. Então, conforme esse filósofo, a função da confissão se encontra em não exigí-la ou “em decidir após ter sido proferida, porém em constituir, através dela e de sua decifração, um discurso de verdade” (FOUCAULT, 2020a, p.76). No que se refere o arrependimento desse sujeito, trazemos à cena o que esse filósofo francês declara: “expressar seu arrependimento, mostrar a força que sua fé lhe dá e tornar manifesto que esse corpo que ele humilha não passa de poeira e morte, e que a verdadeira vida é em outro lugar” (FOUCAULT, 2020a, p. 104).

Na SD 14 “[...] **a senhora me dava conselhos e nem ouvia pensando que eu sabia de tudo mas na verdade eu não sabia de nada [...] mas eu quero pedir desculpa, e quando eu sair daqui eu vou respeitar a senhora e não vou nunca mais dessonbendence a senhora [...]**”, vê-se um sujeito que pede desculpas/perdão, admitindo sua culpa ao enunciar que “**me dava conselhos e nem ouvia pensando que eu sabia de tudo**”. Nesse gesto, requisita o perdão que apenas é obtido através do arrependimento e o comprometimento de não pecar mais. Esse sujeito acredita que, através da escrita, pode demonstrar a sua verdade, legitimar o seu discurso

e, no entanto, realizar o exercício de exame de consciência por meio da escrita. Nesse caso, de acordo com Foucault (2017, p.160): “o exame de consciência foi formulado como um relato escrito de si mesmo”, ou seja, um exercício de si, voltado para a ação de si consigo mesmo. Assim, a escrita desse sujeito acautelado opera como uma técnica de si e faz com que sejam produzidos determinados modos de subjetivação. Esse sujeito acautelado espera que, por meio desse exame de consciência, consiga atravessar os muros da unidade, fazendo com que impeça o seu silenciamento, pois esse discurso tem a potência de alcançar outras vozes. Buscamos mostrar de que forma esses sujeitos obtêm seu processo de subjetivação, assim como de que modo são objetivados — pelos seus discursos e do outro— em sujeitos delinquentes e marginalizados, que precisam ser transformados/ressocializados, por meio do encarceramento, sendo a forma “correta” adotada pelo Estado. Assim, problematizamos que seu processo de subjetivação é marcado nas representações que fazem de si, que, por sua vez, permitem que se constituam como sujeitos que (se) apropriam de procedimentos, através do discurso de uma certa forma estratégica na relação com o próprio sujeito e com seus familiares, objetivando sua liberdade.

Entretanto, o sentido aqui posto é que, por ser um sujeito que se encontra acautelado e por possuir diversos defeitos, como qualquer ser humano, o que torna o errar um lado contaminado, ou seja, pelo lugar de onde fala (o de acautelado), o erro já não é mais característica comum, mas um revelador do inaceitável, daquilo que excede ao ser humano. Nesse sentido, sabemos que todo alimento que é contaminado é inútil e deve ser jogado fora, pois não serve mais. Nessa linha, o corpo não apresenta mais relação direta ao castigo, mas, indiretamente, continua sendo o alvo da punição por meio do enclausuramento, uma vez que os sujeitos são privados de um lugar em sociedade para ocupar um lugar de exclusão.

Nas SD relacionadas ao eixo temático sentimento, é possível notar que a escrita, dentro do contexto de privação da liberdade, funciona como um encontro com o outro e, ainda, como uma possibilidade de expressar seus desejos e emoções. Através da carta, o sujeito se abre para o olhar do outro ao mesmo tempo em que olha para si. Há em seu discurso o sentido de regeneração pelas marcas linguísticas **“arrependimento”**, **“sofrimento”** e **“perdão”**. Entretanto, interpretamos que esse discurso de arrependimento constitui uma certa estratégia em que o sujeito se mostra assujeitado ao poder, a fim de construir uma representação de si — sujeito transformado, corrigido, ressocializado, ou seja, pronto para voltar ao convívio social —, assegurando-lhes uma possível aceitação por parte da unidade socioeducativa através de seus relatórios, sendo a carta um motivador para demonstrar sua regeneração. Para a sociedade, a carta é um instrumento de voz de um sujeito que foi corrigido através do tempo, que ficou

enclausurado e atendeu às expectativas da unidade e, principalmente, da família. As SD confirmam aspectos de si, que assinalam o discurso dos sujeitos acautelados na/pela escrita de suas cartas. Entretanto, partindo do pressuposto de que a linguagem não é cristalina, apontamos os possíveis efeitos de sentido que aqui interpretamos: o sujeito que escreve deixa marcas de subjetividade pelas representações que faz de si mesmo, sendo seu discurso marcado pelo emprego que a escrita admite nesse contexto, bem como pela estratégia de que decorre o seu dizer.

Na SD17, por meio do enunciado “[...] **eu to aprendendo algumas coisas que eu não consegui aprender ai fora aqui e um sofrimento [...]**”, o sujeito apresenta uma FD religiosa, trazendo uma representação da prisão que valida a escrita, sendo um aprisionamento opressor, causando-lhe angústia e ansiedade. O sujeito da carta consegue olhar-se nas/pelas privações de liberdade por estar acautelado. A esse respeito, Foucault (2012, p. 18), ao delinear a historicidade das penas, contextualiza que “quase sem atingir o corpo, a guilhotina suprime a vida, assim como a prisão extingue a liberdade.” Assim, esse sujeito, ao ver-se distante do outro (seus familiares), produz o efeito de sentido de que pela prisão se vê em falta com sua liberdade, marcado pela expressão “**aqui é um sofrimento**”. Cabe destacar que Foucault (2012) debate a noção de punição, relatando que a finalidade não é somente “castigar” um sujeito de direito, que voluntariamente infringiu a lei, mas tem a função de diminuir, na medida do possível, o risco de criminalidade representado por esse sujeito — seja pela exclusão ou por diversas outras restrições. Quando esse sujeito expressa “aqui é um sofrimento”, o disciplinamento e o formato institucional vão edificando o processo de subjetivação também por meio do controle do tempo e dos corpos, produzindo corpos dóceis (FOUCAULT, 2012). A esse respeito, o autor diz que essa mecânica de poder visa a manipular “como se pode ter o controle sobre o corpo dos outros, não apenas para que façam o que se anseia, mas para que atuem como se quer, com as técnicas, segundo a agilidade e a eficácia que se desejam” (FOUCAULT, 2012, p. 133). A prisão é um local de observação dos sujeitos punidos, de vigilância e também de “conhecimento de cada aprisionado, de sua conduta, de seus arranjos profundos, de seu progressivo desenvolvimento; as prisões devem ser arquitetadas como um ambiente de formação para uma sabedoria clínica sobre os condenados” (FOUCAULT, 2012, p. 235). O filósofo declara que a punição não tem somente a finalidade de punir um sujeito de direito, que voluntariamente infringiu a lei, mas ela terá o papel de diminuir, na medida do possível — seja pela eliminação, pela exclusão, por restrições diversas, ou ainda por medidas terapêuticas —, o risco de criminalidade representado pelo sujeito em questão.

Na SD 26 “[...] **prometo que todo desgosto todo sofrimento que ti fiz passar recompensarei em dobro tripulo, quadripulo pois li prometo que vou muda [...]**”, percebe-se um núcleo de promessa, mas, ao mesmo tempo, de um sofrimento por estar passando por esse aprisionamento. Assim, esse sujeito consegue trazer a promessa de representar-se por uma suposta ressocialização que deseja demonstrar, apontada em seus dizeres pela materialidade linguística: o sujeito, supostamente, passa de **“desgosto”** e **“sofrimento”** para **“recompensarei”**, **“dobro, tripulo e quadripulo”** e ainda pela promessa que **“vou muda”**. Nesse sentido, o referido enunciado produz o efeito de que, pelo seu acautelamento, o sujeito vê-se ausente dos seus familiares e, ao “elencar” o desgosto e o sofrimento que fez sua mãe passar, esse sujeito consegue prometer, mesmo através da distância das cartas, e se alimentar com a “conexão” com o mundo exterior às grades que, nesse caso, são os seus entes queridos. Assim, esse sujeito se inscreve em um passado que vem incomodando devido a percorrer alguns “caminhos errantes”; busca afastar-se pelas qualificações positivas que atribui a si, que é o saber que o sofrimento vem fazendo seus familiares passarem e pelos quais esse sujeito poder-lo-ia ter “evitado”. Por meio da escrita desse sujeito acautelado, podemos fazer menção ao suplício, uma vez que esse sujeito revela sua dor e sofrimento que vivencia nesse ambiente de reclusão. De acordo com Foucault (2012), o suplício e o aprisionamento obedecem a critérios procedimentais, tais como: produzir certa quantidade de sofrimento que possa apreciar e hierarquizar, de modo a reter a vida pela dor, obtendo as agonias; correlacionando o tipo de sofrimento ao nível social da vítima e ao infrator; fazendo parte de um ritual, devendo ser uma vivência “marcante”, deixando uma cicatriz e, também, impactando a memória desse sujeito, tendo a possibilidade de “arquivar” a lembrança de tudo que ocorreu durante o seu acautelamento.

A SD 27 “[...] **desculpas por não ser o filho perfeito que tanto quis ter [...]**” indicia o arrependimento do sujeito por não ser o filho que a sua genitora almejava, porém a marca linguística “filho perfeito” revela que esse sujeito se coloca em uma posição que a sociedade denomina como um sujeito “errante” e que, para ser um filho “perfeito”, esse sujeito necessita ser transformado em um novo ser, sendo remodelado, para que assim esteja conforme os moldes de uma sociedade capitalista que julga e condena. Esse sujeito revela não ser “perfeito”, pois o que ele já praticou não tem como ser apagado da memória e até mesmo de sua Certidão de Antecedentes Infracionais — CAI⁴⁷, ficando marcado pelos discursos cristalizados de exclusão. O ambiente do “aprisionamento” carrega sentidos que constituem o sujeito que ocupa esse

⁴⁷ É um documento (certidão) que constam todos os atos infracionais cometidos.

espaço, atravessando as representações que faz de si e também aquelas que o outro faz dele. Portanto, há marcas de exclusão em seu dizer. Isso porque, ao escrever para uma pessoa que está do lado de fora e não conhece o significado dessas marcas, por não fazer parte desse contexto, remete a tudo o que carrega em virtude de falar desse lugar: rótulos, estereótipos, abandono, julgamentos e imposições. Assim, “estar preso” não é ocupar um lugar geográfico, mas ser atravessado por discursos, representações e ideologia que levam ao lugar de exclusão. Percebe-se que esse sujeito que se encontra acautelado demonstra arrependimento por meio de um discurso que tendencia a religiosidade, trazendo a marca linguística da “perfeição”. Assim, esse sujeito, por meio de seu discurso norteador de conduta e representando um momento de singularização, ressignifica-se de modo a lidar com o aprisionamento. A linha de argumentação construída por esse sujeito destaca as interfaces entre o discurso religioso e a produção de subjetividades que estão atravessadas por relações de poder.

Segundo a analítica de Foucault (2017), a produção de subjetividades por meio de práticas discursivas religiosas é um procedimento em que estão indiciadas dinâmicas de poder que remetem a uma noção de poder pastoral⁴⁸. Então, esse filósofo francês relaciona o poder pastoral ao dispositivo da confissão por meio desse exame de consciência, ou seja, o pastor é aquele que conhece todo o seu rebanho e, principalmente, sabe o que é preciso para a salvação de cada uma das suas “ovelhas”, sendo esta uma lógica salvacionista, característica do poder pastoral. Portanto, esse sujeito que se encontra acautelado, por meio de sua escrita, busca a vereda da salvação. De acordo com esse filósofo francês, o pastor guia para a salvação, prescreve a lei e ensina a verdade. Dito de outra maneira, esse sujeito acautelado utiliza de sua crença religiosa, por meio do mecanismo de um poder pastoral, e referencia-se a um processo de condução de alma, desvelando no seu íntimo a possibilidade de se tornar um “sujeito perfeito”, que não pode errar e tem que ser exemplo não só para a sua genitora, mas também para toda a sociedade que já estava lhe excluindo antes do seu acautelamento.

Na SD 28 “[...] Mãe fui pela cabeça dos outros mas quando sair daqui prometo que muita coisa vai mudar [...]”, há uma “narração” das insatisfações por algo que não deu certo e que, por fim, resultou em seu aprisionamento, marcado pelo descontentamento e pela lamentação — o acautelamento coloca esse sujeito em um lugar que o distancia e, por conseguinte, o exclui. Com isso, representar-se pelo arrependimento do crime cometido

⁴⁸ De acordo com Foucault (2017), o poder pastoral se caracteriza pelas relações de poder existentes entre o pastor e seu rebanho, ou seja, a arte de conduzir, que esse filósofo exemplifica: “o pastorado, no cristianismo, deu lugar a toda uma arte de conduzir, de dirigir, de levar, de guiar, de controlar, de manipular os homens, uma arte de segui-los e de empurrá-los passo a passo, uma arte que tem a função de encarregar-se dos homens coletiva e individualmente ao longo de toda a vida deles e ao passo de sua existência” (FOUCAULT, 2017).

constitui uma estratégia, uma vez que deseja livrar-se dessas “grades” que o cercam, uma vez que significam pela memória sua (in)visibilidade, seu esquecimento, sua (in)existência pelo lugar que ocupa — a reclusão. Assim, conforme Foucault (2012), só é possível haver relações de poder quando os sujeitos forem livres. Dito de outra maneira, se uma das partes estiver completamente à disposição do outro e se tornar seu objeto, um elemento sobre o qual se possa exercer uma violência infinita e ilimitada, não haverá relações de poder. Podemos dizer que, por meio das relações de poderio, no tempo que esse sujeito fica aprisionado, busca-se, antes de mais nada, o arrependimento e sua conversão a uma moralidade social. Portanto, essa forma de manifestação do poder atua de forma predominante nos comportamentos que destoam da moralidade aceita, da sensibilidade social e da legislação.

Na SD 29, em que o sujeito relata “[...] **estou muito arrependido. assim como toda alegria é passageira nenhum sofrimento eterno [...]**”, manifesta-se que, para Deus, o julgamento e a absolvição se dão pela capacidade do arrependimento e a promessa de não cometer o ato infracional novamente. E, na marca linguística “assim como toda alegria é passageira nenhum sofrimento é eterno”, destaca-se uma regularização do sentido religioso, da aceitação de um “destino” preparado por Deus e de pedido de perdão pelo erro cometido. Esse sujeito consegue se manifestar pelo apego ao divino que se repete com frequência, o que demonstra a impossibilidade de dizer sobre a condição de acautelado. Assim, esse sujeito passa a enunciar de outros modos, sendo um deles pela inscrição no discurso religioso, uma vez que tem a esperança de ter a sua liberdade, mesmo através de um sofrimento que vem passando durante o seu aprisionamento, destacando ainda uma grande fé em Deus e demonstrando o seu arrependimento. Assim, uma dada FD relaciona-se a um determinado tempo e espaço social, que se realiza a partir de condições de produção específicas, uma vez que esse sujeito acredita na fé e se inscreve na FD religiosa posicionando-se a partir dela, reconhecendo-se como sujeito que “erra” e, ao mesmo tempo, “sofre”, que deve admitir e se arrepender do que fez em busca do prêmio divino. No decorrer de sua carta, o sujeito constrói essa representação acerca do acautelamento através de marcas linguísticas que apresentam uma imagem de um sujeito que almeja superar o lugar onde se encontra, apoiando-se na representação de acautelamento como lugar de extrema angústia, mediante duas situações: primeiro, porque, quando olha para si no/pelo aprisionamento, o sujeito se relaciona consigo ao desejar sair do “sofrimento” que o aflige por meio do poder, buscando o seu controle através da disciplina e regras da instituição socioeducativa; segundo, devido ao dispositivo de controle, o acautelamento tem como função modificar os sujeitos que são considerados errantes da sociedade. Nesse caso, adotar um discurso religioso, por meio da marca linguística “*nenhum sofrimento é eterno*”, configura-se

como uma estratégia que esse sujeito acautelado utiliza para solucionar conflitos decorrentes de sua vivência no aprisionamento, demonstrando o exercício de uma prática religiosa, posicionando-se como um sujeito obediente, disciplinado, porém considera-se, ainda, uma manifestação estratégica de sobrevivência em um ambiente de acautelamento.

Na próxima seção, vamos abordar o eixo temático voltado ao **trabalho**, sendo que essa temática poderia ser tanto uma FD religiosa, como também jurídica, mas, como é sabido que a FD é heterogênea, optamos em discorrer sobre a questão do discurso capitalista religioso, que demonstra que trabalhar significa escolher o caminho “correto”, de acordo com a nossa sociedade capitalista.

3.7.1.3- Trabalho

Quadro 6 – trabalho

Nº cartas	Sequências Discursivas
C3	SD 8 – [...] eu vou sair diferente arrumar um trabalho e vou calar todos” [...]
C10	SD 24 – [...] quando minha lili cantar eu vou sossegar e vou correr atrás de um trampo para mim e fica de boa [...]

Elaborado pelo autor (2022)

Na SD 8 “[...] eu vou sair diferente arrumar um trabalho e vou calar todos” [...]” e na SD 24 “[...] quando minha lili ⁴⁹ cantar eu vou sossegar e vou correr atrás de um trampo para mim e fica de boa [...]”], esses sujeitos se manifestam por meio do discurso de mudança, transformando-se por meio do trabalho e demonstrando que conseguem se regenerar. Assim, como nenhuma FD é homogênea, mas, sim, heterogênea, trazemos à cena esse discurso considerado capitalista religioso, uma vez que “todo trabalho dignifica o homem”. Assumindo as palavras de Orlandi (2007, p. 39) ao afirmar que “é no discurso que o homem produz a realidade com a qual ele está em relação”, concebemos as SD produzidas por esses sujeitos como marcas da experiência de estarem acautelados que os colocam em uma posição de “optar” entre ficar na liberdade através do trabalho ou continuar na criminalização, ganhar mais dinheiro e correr o risco de parar novamente no aprisionamento. Porém, sabe-se que, na grande maioria das vezes, os sujeitos sem oportunidades vão parar novamente no crime para ganhar o

⁴⁹ Gíria utilizada para se referir a liberdade.

“dinheiro fácil”, mas perdem um bem tão precioso que é a sua liberdade. As atividades por parte da criminalidade são determinadas como compensatórias por proporcionar a aquisição de bens materiais em curto prazo, contrapondo-se ao trabalho enquanto atividade incapaz de garantir as condições básicas de sobrevivência, devido à falta de experiência no mercado de trabalho. Mas, dentro do ambiente de aprisionamento, o trabalho se discursiviza como um elemento necessário a partir do momento em que se torna uma mudança de vida, por meio de uma escrita de arrependimento. Nesse recorte, o sujeito não está afetado pelo discurso da superioridade do crime, mas do trabalho que tem o menor pagamento, em troca de uma recompensa que vem por meio da liberdade.

Percebemos nessa questão de crime e trabalho uma implicação de equivalência contrária que o sujeito coloca em sua balança decisória: a) ganhar mais pelo crime e em curto prazo e adquirir o padrão de consumo contemporâneo, mesmo diante do risco de ser acautelado; b) ganhar menos pelo trabalho e viver em liberdade, mas com uma vida simples, de limitações. Enquanto isso, o sujeito fica o tempo todo pensando no “mundão⁵⁰” e incorpora todos esses discursos relacionados a trabalho como uma estratégia eficaz para antecipar sua liberdade. Dentro das regularidades que compõem uma posição de sujeito marcada pela ideologia capitalista que determina como fazer para ser o “sujeito do bem”, cada enunciado já pode ser considerado como pertencente aos padrões exigidos para o seu retorno à sociedade, pois o fato de estar com um encaminhamento de emprego funciona como possibilidade de deslocamento da posição de “bandido” para a de “trabalhador”. Os sujeitos das SD supracitadas sabem que, para “ficar de boa”, precisa ser visto pela sociedade como o sujeito que não faz coisas erradas, que tem um trabalho digno e que anda no caminho certo. Vale ressaltar que as vagas disponíveis para esses sujeitos, em sua grande maioria, são os refugos que sobram porque os jovens “livres” as rejeitam por serem de pequena remuneração. Nesse jogo laboral, o que fazer diante dos altos lucros que a vida no crime pode proporcionar a quem se aventura trilhar por esse caminho, enquanto alternativa oferecida pelas organizações criminosas, em troca de “sobrevivência” de sua sobrevivência e da “proteção” dos seus familiares? Mas, vale ressaltar que, no mundo do crime, não se pode cometer “vacilos⁵¹”, pois a “pena” imposta pelos chefes de organizações criminosas é paga com a vida dos sujeitos envolvidos ou de qualquer um dos seus familiares, não com a medição do tempo como é feito por meio do acautelamento.

O sujeito ideologicamente afetado como o dono do seu dizer e o soberano de sua morada vai se constituindo por discursos como: para ser o “sujeito correto”, é preciso ir além da busca

⁵⁰ Gíria utilizada para relatar o mundo fora das grades.

⁵¹ Gíria utilizada para mencionar as falhas e equívocos dentro do crime.

de trabalho e formação. Esse sujeito carece de reconfigurar sua vida, de modo a obter o patamar da completude instituída como o sujeito ideal e cumpridor dos deveres e tradições impostas por essa sociedade em que não se descarta o domínio como condição bem marcada nesse discurso que cogita um futuro livre e ao lado da família. O sujeito demonstra, a partir de uma representação de sujeito “recuperado”, que o discurso sobre o trabalho perpassa o sentido de uma “vida digna” pela qual deseja representar-se. Nesse caso, em seu discurso emerge o já-dito de que a dignidade de um cidadão está atrelada ao vínculo empregatício, o que o faz compromissado, digno de respeito em toda a sociedade.

O tempo todo, no discurso desses sujeitos, o desejo da liberdade aflora, uma vez que querem sair do aprisionamento a qualquer custo. Assim, observa-se que a contradição se instaura entre os sentidos estabilizados institucionalmente como regra a ser seguida, para ser “o cara do bem” através de um trabalho que o dignifique enquanto pessoa, para ser inscrito em uma gíria dissonante que permuta o trabalho por trampo, demonstrando aos seus familiares que querem mudar de vida. O efeito aqui produzido está no ato de querer dar um fim a um presente mortificado por um tempo perdido. Trazemos à cena Foucault (2017), que postula que o sujeito realiza um exercício sobre si mesmo, buscando o seu modo de ser e pelo qual se exerce a sua liberdade. Assim, a partir de um treinamento sobre si próprio, do governo de si e do controle de ações domesticadas de afetos, esse sujeito escolhe seu modo de ser e a maneira como pretende se portar. Com isso, podemos considerar ser uma forma ativa desse sujeito em constituir-se a parte mais secreta de sua subjetividade.

Na próxima seção abordaremos o discurso jurídico.

3.7.2- O discurso jurídico

O Estado brasileiro enquanto República, e por meio de um regime democrático, por direito, tem garantida legalmente a condição de seus cidadãos a todos os que aqui nascem. Pensando o Brasil apenas em termos de segurança pública, a instauração de um regime democrático e a publicação da Constituição de 1988 com sua abrangente “carta de direitos” ou “constituição cidadã” não estão sendo satisfatórias para abolir o legado do Aparelho Repressivo do Estado deixado pelo autoritarismo.

O Estado não pode ser visto apenas como um aparelho ou máquina que serve os fortes e se opõe aos fracos, tal como manifesta Althusser (2008), mas como uma representação de uma unidade social, ou seja, o sujeito que nela vive, sob a figura do cidadão. Na prática, são impostos conceitos como interesse geral, direito e deveres do cidadão, soberania, razão do

Estado, entre outros. Esse novo sujeito de direito livre e igual constituiu uma requisição do modo de produção da estrutura social capitalista que se protege em um conjunto de regras jurídicas que conduzem o comportamento em sociedade, para diminuir as contradições sociais. O autor supracitado ainda relata que o funcionamento do Estado é realizado pelo governo que, sob as ordens diretas do chefe de Estado, executa as políticas da classe dominante, enquanto a administração, por ordem do governo, aplica-os em todos os seus detalhes com o pensamento de que é para o interesse de todos. O acesso à esfera do Estado só pode ser concedido a pessoas que tenham sido despojadas de sua condição de classe e sejam qualificadas por uma determinação jurídica que as torne à condição de cidadãos. Assim, mergulhamos nessa tese investindo em uma ocupação de um sujeito que enuncia produzindo efeitos de sentidos a partir de sua posição discursiva — a de acautelado/aprisionado — e não na palavra por ela mesma.

Orlandi (2012) comunga com essa teoria do sujeito determinado por uma gama de leis (direitos e deveres) ao afirmar sua individualização através das instituições. Sendo o sujeito interpelado pela ideologia, torna-se necessário compreender a articulação do simbólico com o político em um método que produz um sujeito determinado pelo Estado. É sobre esse sujeito posto individualizado pelas instituições do Estado que a autora supramencionada traz ponderações sobre a materialidade dos ambientes que dispõem da vida dos sujeitos e, ao mesmo tempo, a aversão capaz de estabelecer outros posicionamentos. Assim, o deslocamento de posições vai sendo regido pela determinação histórica dos sujeitos e dos sentidos que não são fixos, pois depende da forma histórica e das circunstâncias de uma determinada época.

O discurso jurídico proporciona um campo criativo para avaliarmos os fenômenos da linguagem na medida em que se está perante uma circunstância de disputa de falas que objetivam, em última instância, confirmar seus elementos discursivos. Transformando-os em acontecimentos, a AD sugere a análise do poder em seu contexto prático, que venha a visar às condições que possibilitam sua manifestação e, assim, realizar investigação histórica das condições políticas de possíveis discursos. Os subsídios da AD para a análise do discurso jurídico são primordiais: de um lado, torna-se plausível analisar as formas de preferência, ajustamento ou eliminação que submetem o discurso ao domínio da “ordem do discurso”, conforme obra do filósofo Foucault (2013); de outro, pode-se avaliar as construções e táticas postas em prática nas relações de força e, principalmente, os limites e regulamentos que surgem desse aparelho de poder e se objetivam por intervenção das regularidades discursivas que demarcam o espaço de existência do discurso. O discurso jurídico quando informa ou estabelece os direitos aos cidadãos deve se utilizar de uma linguagem fulgente para que ele seja

compreendido sob pena de não se consolidar o princípio democrático da sociedade em que vivemos, bem como impedindo a formação do sentido entre os interlocutores.

De acordo com Foucault (2013), o discurso jurídico trata de apresentar formas de hierarquia e de subordinação ao que se apresenta na maneira de reescrita do que já foi dito, atrelando, na maioria das vezes, uma anuência ao poder de uma almejada veracidade, como uma configuração de imposição de autoridade e saber. Assim, analisar o discurso jurídico, pela ótica de Foucault, é trazer as questões de poder e de uma pretensa verdade no uso da linguagem das instituições, que está conectada ao modo pela qual o campo de memória se conecta às formas de hierarquia e de subordinação intrínsecas a todos os discursos em que se permeia a exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos.

A seguir, abordaremos o eixo temático **Medida Socioeducativa (MSE)**, apresentando, por meio da escrita dos sujeitos acautelados, um discurso jurídico, uma vez que podemos perceber que esses sujeitos têm plena ciência de seus direitos e principalmente conhecem as legislações voltadas para os sujeitos acautelados, que ainda não adquiriram a maioridade e que cometem atos infracionais.

3.7.2.1 - Medida Socioeducativa (MSE)

Quadro 7 – Medida Socioeducativa (MSE)

Nº cartas	Seqüências Discursivas
C2	SD 5 – [...] tenho que cumprir minha medida pra poder fica tranquilo daqui seis meses tô na rua de volta [...]
C4	SD 11 – [...] acho que vo pega muito tempo e muito BO [...]
C4	SD 12 – [...] até os 45 sai a audiência e mal posso espera para sai [...]
C5	SD 15 – [...] nunca mais vou robar e nem fazer nada de errado [...]
C6	SD 18 – [...] eu errei to pagando um preço muito grande devia escutar você e a mamãe mas eu cortei para o outro lado [...]
C7	SD 20 – [...] Mãe me desculpa por escolhe essa vida [...] quando eu sai daqui não volto pro trafico [...]
C10	SD 23 – [...] sei que a senhora não queria isso pra mim mas é meu corre [...]

Elaborado pelo autor (2022)

Na SD5 “[...] **tenho que cumprir minha medida pra poder fica tranquilo daqui seis meses tô na rua de volta [...]**”, trazemos à cena um sujeito que tem ciência de seu direito por meio da legislação que lhe ampara por ser um sujeito que se encontra em pleno desenvolvimento. Conforme o ECA, esse sujeito, sendo sentenciado pelo Juiz da Vara da Infância e Juventude com uma das medidas socioeducativas de meio fechado⁵², mesmo se for aplicada a medida mais severa, que é a internação definitiva, ele acredita cumprir de uma forma tranquila, como relata na expressão “de boa”, utilizada pelos sujeitos privados de liberdade para denominá-los de “cadeeiro⁵³”. Na marca linguística da SD5 “**daqui seis meses tô na rua**”, o sujeito sabe o tempo “*certo*” que precisa para o cumprimento de sua medida, e assim ter de volta a sua liberdade. Porém ele deixa de mencionar em sua escrita que ele pode ficar até 3 (três) anos, conforme legislação, silenciando, dessa forma, a legislação. Embora possa haver tentativas de silenciamento nesse contexto, na escrita surgem discursos estratégicos, os quais produzem efeitos de sentido que fogem às tentativas de controle do seu dizer. Nesse sentido, interpretamos que o sujeito resiste à disciplina e ao controle, pois, ao contrário do que postulam que seja, esse sujeito deixa transparecer que consegue cumprir a medida, mas, para isso, precisa ficar “tranquilo”. Assim, esse tempo não irá se tornar um dificultador para sua liberdade, no prazo mínimo⁵⁴, conforme reza a legislação. Dessa forma, ao retirar a liberdade, a prisão estipula um pagamento, e assim, podemos observar que “[...] permite quantificar exatamente a pena segundo a variável do tempo. [...] permite que ela apareça como uma reparação” (FOUCAULT, 2012, p. 218). Logo, para o sujeito, o passar do tempo constitui uma forma de reparação de seus erros com a sociedade, que é regida por leis e regras.

Conforme Foucault (2017), as relações de poder são analogias de força e confrontos, sendo reversíveis. Nesse sentido, esse sujeito tenta refutar, de uma forma estratégica, as tentativas de submissão ao poder no aprisionamento. No discurso desse sujeito, mesmo contra o sistema autoritário e opressor, ao ver-se como um aprisionado, ele não quer problemas durante o tempo que vai permanecer cumprindo sua medida. Então, mediante uma suposta estratégia adotada por esse sujeito, ele consegue retornar ao passado como dádiva merecedora de um futuro fora das grades, assumindo a responsabilidade da sua ação criminosa.

Na SD11 “[...] **acho que vo pega muito tempo e muito BO [...]**”, o sujeito parece ter conhecimento de seus atos e das infrações cometidas, acreditando que vai ser sentenciado com

⁵² As medidas socioeducativas de meio fechado são a semiliberdade e a internação definitiva.

⁵³ Sujeito acautelado que sabe cumprir os eixos da medida socioeducativa e vai agir de forma tranquila para ter um relatório conciso e demonstrar ao juiz que se encontra ressocializado e consegue ser (re)integrado a sociedade.

⁵⁴ A medida socioeducativa de internação, através do ECA, declara que o prazo mínimo são seis meses e máximo três anos.

a internação, uma vez que declara ter muito “**B.O**”⁵⁵. Esses sujeitos, por meio dessas marcas linguísticas, indiciam reconhecer os seus deveres, ou seja, mesmo cumprindo uma internação provisória, sendo uma medida cautelar conforme legislações, os mesmos têm grandes possibilidades de serem sentenciados com a internação definitiva, provavelmente devido a serem conhecedores de suas diversas passagens e/ou até mesmo devido a terem cometido um ato infracional considerado grave ou gravíssimo. Esse sujeito, pela forma-sujeito histórica capitalista, é portador de uma infinidade de direitos, mas somente efetiváveis pelo Estado representado por uma autoridade (juiz) que decide se alguém vai permanecer ou sair do aprisionamento. Sendo assim, esse sujeito vai ter uma condenação (internação) ou absolvição (desligamento) trilhadas pela linha decisória daqueles que ocupam o lugar de policial que o prende como traficante ou do juiz que o absolve como usuário. Assim, esse sujeito de direito livre, mas sempre à mercê do Estado (refém dele), fica dependente de obrigações, previamente impostas, que devem ser cumpridas pelo modo como a autoridade responsável vai interpretar um texto processual ou verbal que comprova se sua atitude é — ou não — passível de lhe aprisionar ou lhe retornar ao seu seio familiar. Segundo Foucault (2012), as trajetórias nas quais o sujeito está ininterruptamente sendo regido e comandado por alguém, em que o procedimento de subjetivação consiste na vigilância e no controle, são características das instituições disciplinares.

Esse sujeito de direito aproveita esta imposição do Estado, uma vez que não há mais nada a se fazer do que pagar/cumprir a pena imposta pelo juiz. Os sujeitos desses discursos do direito submetidos à lei que, por tê-la violado, estão acautelados aguardando sua sentença. No entanto, na diluição das fronteiras entre esses discursos, outros escapam nessa posição de sujeito aprisionado que está limitado e dependente de uma autoridade que decidirá como ficará sua situação. Assim, estar preso não é somente submeter o corpo a um limite físico. Conforme Foucault (2012), o corpo é investimento de um ser aprisionado, pois, em toda sociedade, o corpo está encarcerado na essência das próprias forças circundantes que lhe impõem obstáculos, proibições ou restrições. Mediante esse contexto, esse sujeito tem toda uma gama de direitos e deveres, atravessado por uma FD que se desfaz na logicidade de que é totalmente livre, por meio de mecanismos exteriores em que as instituições sempre o individualizam, enquanto livre e submisso, simultaneamente, pela língua que tem suas falhas e deslizos.

Na SD12 “[...] até os 45 sai a audiência e mal posso espera para sai [...]”, esse sujeito se mostra acreditar que precisa aguardar o prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias até o Juiz

⁵⁵ Gíria utilizada pelos sujeitos acautelados para dizer que tem muitas passagens por diversos atos infracionais.

proferir a sentença e saber realmente se vai ser liberado ou se será aplicada alguma medida socioeducativa aberta (PSC ou LA), ou se será uma medida considerada fechada (Semiliberdade ou Internação definitiva). Nessa SD, quando relata o tempo certo da internação provisória, “**até os 45**”, também menciona por meio do “até” que a audiência pode sair antes desse tempo, demonstrando o seu direito, por meio do conhecimento da legislação, através do ECA. Cabe destacar que, na prática, o Estado se isenta de sua obrigação, obstinando o cumprimento do que pertence a esse sujeito, fazendo com que a Instituição Socioeducativa funcione por meio da decisão de um representante (juiz) e através das possibilidades de sentença — absolvido ou condenado— que, na incoerência, vai demonstrando um Estado que falha com esses sujeitos que se encontram segregados triplamente: antes, durante e após o seu acautelamento. No que se refere à expressão “**mal posso espera para sair**”, esse sujeito revela, através de sua escrita, que se constitui enquanto uma experiência que manifesta os movimentos do pensamento e, nesse caso, “as cartas conseguem refletir o movimento que o levou de uma impressão subjetiva a um exercício de pensamento” (FOUCAULT, 2006b, p. 158). O efeito que se produz pelo enunciado do sujeito é de uma infinidade de violação do Estado em relação à própria lei criada por ele mesmo, pois são muitos direitos sendo descumpridos, principalmente quando a lei é direcionada a um segmento social considerado pela sociedade como um “estorvo” e que precisa ser trancafiado em uma cela⁵⁶, na qual o seu interior é totalmente insalubre e sem condições para um ser humano habitar.

Althusser (2008) afirma que o funcionamento do Estado acontece através do governo que, sob as ordens diretas do dirigente do Estado, executa a política da classe dominante, enquanto a administração, às ordens do governo, aplica-a em todas as suas peculiaridades sob a ideia de que ela é de interesse geral. Já Foucault (2012), por outro lado, postula que a prisão, ao tirar a liberdade do aprisionado, é capaz de traduzir a ideia de que a transgressão prejudicou não só a dívida, mas também a sociedade como um todo. Com isso, esse sujeito se expõe ao funcionamento da legislação que lhe ampara como possuidor de direitos, mas o coloca, simultaneamente, como submisso à decisão de uma autoridade que tem o poder de definir se o aprisionado vai permanecer por mais tempo em cárcere ou se é o momento “certo” para ser re(inserido) na sociedade.

Para que se tenha uma melhor compreensão sobre a expectativa dos sujeitos para saber sobre a decisão do representante do Estado, que nesse caso é o juiz, faremos uma alusão ao suposto cometimento de um ato infracional (tráfico de drogas) por um jovem menor de idade,

⁵⁶ Dentro do ambiente socioeducativo, não se pode chamar de “cela”, mas, sim, de alojamento.

ressaltando que será uma das pautas da próxima análise. Sendo assim, sabendo que esse sujeito foi apreendido por estar traficando drogas, é necessário entender como é realizado o processo de sua apreensão até a sentença do juiz. Desta forma, no momento em que o jovem menor de idade é detido por um policial que está representando o Estado, pelo suposto ato infracional de tráfico, esse agente de segurança pública se encontra assujeitado pela sua posição de homem da lei, justificando o ato de prender esse sujeito pela razão de sua profissão. Assim, quem sofre a ação do aprisionamento solicita sua liberdade, com um gesto em que se autodefine como usuário/dependente da substância, para outro representante do Estado (o juiz) que vai decidir/interpretar se o mesmo é vendedor ou consumidor da substância ilícita. Desse modo, como usuário do tráfico, esse sujeito se ressignifica como um sujeito “pacífico”, mas que necessita de acompanhamento de saúde para tratamento, ao invés de um aprisionamento para ser punido, ficando assim o traficante das organizações criminosas reservado como o sujeito “perigoso”. Nessa estrutura jurídica, em que um segmento do Aparelho Repressor se constitui com um aparato policial, o membro da corporação é representado, produzindo-se o efeito de que a veracidade da sua acusação é colocada em xeque, uma vez que o policial tem fé pública, remetendo a uma memória sobre o modo como ocorrem as confissões dos supostos atos infracionais cometidos ou não. Esse sujeito se desloca de um discurso jurídico que tem direitos garantidos pela legislação para um sujeito à mercê de favores que solicita sua liberdade. Assim, o embate se dá pela língua, na ilusão da transparência que ora defende; ora condena.

No que se refere a SD 15 “[...] **nunca mais vou robar e nem fazer nada de errado [...]**”, o sujeito declara que “**nunca**” mais vai cometer o ato infracional, conforme Código Penal (CP) 157, que se refere ao roubo, mas prefere reforçar o seu desejo de sair da criminalidade. Esse sujeito se justifica como alternativa para antecipar a volta da liberdade e para a sociedade que precisa da garantia de que não vai mais roubar, fazendo parte da cadeia produtiva do sistema, até porque precisa ser um “cidadão do bem”⁵⁷. O sistema socioeducativo é uma das instituições que compõem o modo de funcionamento da sociedade, enquanto responsável por retirar de circulação os sujeitos que rompem com o código de conduta vigente e, por isso, precisam reparar o seu erro mediante a imposição de uma pena retributiva. Ou seja, é aquela que faz com que, na condição de acautelado, pague à sociedade o mal que causou, através de uma sanção medida pelo tempo e pelo impedimento de locomoção. Conforme Foucault (2012, p. 133), “a disciplina produz corpos subordinados e exercitados, corpos dóceis”, ou seja, ainda que cumpra uma lei, uma ordem, as celas e grades não conseguem calar seu pensamento e não

⁵⁷ Temática abordada na próxima sessão, 3.7.2.2.

vão conseguir se sustentar, uma vez que esse sujeito se constitui pela projeção em um futuro baseado em um modelo de vida considerado pela sociedade como correto, apagando o tempo de aprisionamento de sua memória. Ou seja, tenta-se esquecer de tudo, fazendo com que o presente seja apenas um suporte para o que lhe resta. Assim, para esse sujeito só basta sonhar com o devir da liberdade, em que, marcado pela ansiedade da espera, o sujeito planeja seu retorno à sociedade, se projetando para uma vida sem falhas e/ou erros, sem desvios tortuosos e sendo fidedigno às legislações e prometendo algo que não sabe se poderá cumprir, caso não apareçam oportunidades. Por meio de um discurso jurídico, esse sujeito se define como um ser regido por uma lei recheada de concessões e impedimentos que garantem a condição de uma experiência social sustentada pela liberdade e na igualdade, mas na realidade vivemos em um mundo cheio de desigualdades. Com isso, o Estado precisa cumprir com suas obrigações e modificar sua atuação ínfima, para que assim esses sujeitos tenham oportunidades e não retornem ao mundo do crime. Portanto, o governo, através de sua democracia, tem como obrigação ofertar a esses sujeitos uma vida digna. Porém, infelizmente, sabemos que não é a realidade que eles vivenciam.

Na SD 18 “[...] eu errei to pagando um preço muito grande devia escutar você e a mamãe mas eu cortei para o outro lado [...]”, esse sujeito parece admitir seu erro e demonstra arrependimento por não ouvir e seguir os conselhos de seus pais. Já na SD 23 “[...] sei que a senhora não queria isso pra mim mas é meu corre [...]”, o sujeito relata que, mesmo a genitora dando conselhos e demonstrando que esse “corre⁵⁸” não era o melhor caminho, o sujeito não obedece e continua sua vida no crime, para satisfazer suas necessidades. Quando o sujeito relata na marca linguística “**cortei para o outro lado**” e na SD 23 “**é meu corre**”, ele manifesta que está na criminalidade, mesmo assumindo anteriormente que teve conselhos para não seguir esse caminho., Sendo assim, emerge um sentido que ressalta a dualidade da sociedade pelos mecanismos da exclusão: “a separação constante do normal e do anormal, a que todo sujeito é submetido, leva até nós [...] a marcação binária – bom e mal” (FOUCAULT, 2012, p. 189). Logo, a sociedade é assinalada por duas facetas, a exemplo de uma moeda: os adequados e os inadequados, os normais e os anormais, e outras tantas dualidades excludentes, pois tal qual a moeda, uma face elimina a outra, ou seja, quando analisada por uma de suas faces, não é admissível que se veja a outra ao mesmo momento em que se aprecia a primeira. No caso dos sujeitos privados de liberdade, representam a “face da moeda” que a muitos não interessa “notar”, pois esses sujeitos devem ser “corrigidos” e “recuperados” para que possam

⁵⁸ Gíria dos sujeitos acautelados que se refere a buscar a vida ilícita para ter o que deseja.

retornar ao convívio social. Observando pelo “outro lado”, interpretamos que ocupar um lugar de exclusão, pelo qual esse sujeito consegue se observar, evoca o sentimento de que não faz parte da sociedade, sendo constituído seu procedimento de subjetivação e, especialmente, a representação que faz de si — sujeito excluído. Ainda que se posicionem enquanto sujeitos que precisam ser “corrigidos” por meio das práticas punitivas, o sujeito deixa contradições em seu dizer, pois, ao representar-se com uma visão modificada em **“eu errei to pagando um preço muito grande”** e **“a senhora não queria isso para mim”** e, logo depois, relata **“mas eu cortei para o outro lado”** e **“mas é meu corre”**, o advérbio **“mas”** alcança efeitos de sentido de oposição entre dois caminhos a serem seguidos. Embora se arrisquem em se mostrar parecer com os outros, abdicam o que eles são, não conseguindo se verem iguais aos que se encontram libertos, o que significa que, estrategicamente, podem assumir essa posição de se representar com um sancionado pela sociedade.

Ao tratarmos do ambiente de aprisionamento, precisamos trazer à cena que esse ambiente se constitui como uma divisão, um recorte, um espaço marcado que divide e ‘protege’ o restante da sociedade do infrator acautelado, mas a medida de internação vem pregada a uma memória permanente. Nesse sentido, estar preso é estar posto num lugar que, pela memória, atravessa o modo como os sujeitos ali se constituem e são constituídos. Assim, o lugar “prisão” carrega sentidos que compõem o sujeito que ocupa esse espaço, atravessando as representações que faz de si e também aquelas que o outro faz dele.

Na SD 20 **“[...] Mãe me desculpa por escolhe essa vida [...] quando eu sai daqui não volto pro trafico [...]”**, esse sujeito que se encontra acautelado pede perdão para sua mãe, porém, a marca linguística **“por escolhe essa vida”** demonstra que o Estado, ao transferir sua responsabilidade para um jovem menor de idade, pretende culpabilizá-lo por escolher essa vida e por cometer atos infracionais, mesmo sendo um sujeito que se encontra em pleno desenvolvimento e que provavelmente se encontra em uma situação de vulnerabilidade social, não possuindo uma referência e/ou base familiar, apresentando “necessidade”, uma vez que muitos desses sujeitos não conseguem ter opção de escolha. Assim, conforme os Aparelhos do Estado, esse sujeito teve todos os seus direitos violados, não tendo muitas opções mas, sim, a realidade de conviver com falta de oportunidades e principalmente ser segregado pelo único aparelho que deveria dar apoio para superar todas essas situações. Diante desse cenário, sem o apoio do governo, vivencia a realidade que restou. Então, através da marca linguística desse sujeito, não existem alternativas, mas, sim, a realidade caótica que o nosso sistema oferta a esses sujeitos que são invisibilizados por quem deveria defender com tenacidade. Ainda a SD 20 apresenta a expressão **“quando eu sai daqui não volto para o tráfico”**; nesse caso, o

discurso jurídico é apresentado através do Código Penal (CP), que trata do tráfico de entorpecentes — Art. 33. Esse sujeito revela que cometeu esse ato infracional e que não vai mais voltar a praticar ato ilícito. Percebemos, mais uma vez, que o tráfico vai estar disponível para esse sujeito, porém ele está prometendo para a sua genitora que não quer ficar mais aprisionado, que prefere ter sua liberdade, mas precisamos esclarecer que, se esse sujeito não tiver oportunidades, ao mesmo tempo ele não terá alternativas. Assim o tráfico continuará sendo ofertado para ele em outros momentos de dificuldades.

A seguir, vamos apresentar o eixo temático **cidadão do bem**, por meio do discurso jurídico, no qual a nossa sociedade capitalista exige que o sujeito acautelado, quando for liberto, apresente mudanças, por meio de sua regeneração, para demonstrar que está recuperado, ou seja, “transformado”.

3.7.2.2- Cidadão do bem

Quadro 8 – Cidadão do bem

Nº Cartas	Sequências Discursivas (SD)
C6	SD 19 – [...] quando eu sair daqui eu vou tá transformado vou ser um cidadão do bem assim como você e a mãe [...]
C8	SD 21 – [...] sei que o q fiz não é certo e quando eu voltar quero esquecer o crime [...]

Elaborado pelo autor (2022)

Na SD 19 “[...] quando eu sair daqui eu vou tá transformado vou ser um cidadão do bem assim como você e a mãe [...]”, esse sujeito, através de seu discurso, demonstra arrependimento à representação que faz de si: “habilitado”, sendo um sujeito ressocializado e transformado, mostrando-se “apto” ao retorno à sociedade, falando a partir de um dizer cristalino, que, após passar pelo acautelamento, estará pronto para não voltar à criminalidade. Assim, o que é um direito constitui um poder legítimo que o cidadão possui, ou seja, quando algo é de direito de alguém, não deve ser ganho, concedido, doado, pois é uma garantia que lhe pertence. Nesse dizer, emerge a FD da cidadania, colocando em pauta o direito e o dever, considerando que o primeiro constitui os benefícios que o cidadão possui para usufruir e o segundo as obrigações previstas em lei. Assim, o sujeito promete uma mudança que aponta para

o efeito de sentido de que o sujeito que escreve representa uma pessoa de boa índole a partir do seu jogo de veracidade, o qual se relaciona consigo, tentando impedir que sua representação seja outra, em face do lugar de onde discursa — o aprisionamento. O seu dizer emerge do sentido de que, por estar aprisionado, sua identidade de cidadão entra em contradição com os deveres estabelecidos em lei e, não os tendo cumprido, perde um direito: o da liberdade. Há, portanto, a procura por um comportamento ético através dos “[...] padrões propostos para a formação e ampliação das relações consigo próprio, para a reflexão sobre si, para as modificações que se busca operar em si mesmo” (FOUCAULT, 20017, p. 214). Note-se que, esse sujeito retrocede pelo discurso de remorso à representação que faz de si, uma vez que se apresenta como um ser transformado e que está habilitado a retornar a sociedade, articulando a partir de uma verdade edificada — um dizer cristalino.

Ao escrever sua carta, esse sujeito passa por um processo de exposição de subjetivação, uma vez que sua carta é lida pela direção e técnicos de referência da instituição socioeducativa e que, assim, silenciam, surgindo, na escrita, discursos estratégicos. Essa exposição se dá porque, ao escrever, deixa marcas de si, e quem a recebe sente-se compreendido. Logo, conforme Foucault (2017), ainda que o corpo passe pelo aprisionamento, pelo pensamento e pela escrita, o sujeito é livre em seus pensamentos. No entanto, há um contrassenso em seu dizer, pois, pelo discurso da regeneração, diz: **“vou tá transformado”**, marca que, pela prisão, conseguiu se transformar e passou a ter uma nova postura. Entretanto, esse discurso de mudança pode ser uma estratégia, pois, de acordo com Foucault (20017, p. 285), os jogos estratégicos “fazem com que uns tentem deliberar o comportamento dos outros, ao que os outros tentam responder não aceitando que a sua conduta seja determinada”.

Contudo, considerando que o poder está em toda parte e que não há uma relação que impõe que um domine o tempo todo e o outro seja dominado, os sujeitos que se encontram acautelados não são ausentes de poder, visto que emergem discursos estratégicos e/ou resistentes. Nesse sentido, segundo Foucault (2017), se não houvesse possibilidade de resistência, não teríamos configuração de relações de domínio. Com isso, esse sujeito por meio do seu discurso e enquanto instrumento de poder, está em circulação, permitindo que se posicione de forma estratégica como um sujeito que “sabe” se ressocializar por meio dos mecanismos do Estado. Esse sujeito faz a opção em se representar como um “sujeito corrigido” por meio de uma forma estratégica, o que lhe confere uma “aprovação”: de si, do outro e da Instituição Socioeducativa, uma vez que eles são livres para pensar o que quiser. Assim, os dizeres nos remetem a um pré-construído, em que há conjecturas ao mesmo tempo em que procura olhar-se no/pelo olhar do outro, pois a carta “é um modo de nos apresentarmos a esse

olhar a respeito do qual devemos nos dizer que ele está, no momento em que refletimos, imergindo no fundo do nosso coração” (FOUCAULT, 2017, p. 157).

Percebemos que as representações de prisão que emergem na escrita desses sujeitos são opressoras e possuem um lugar de exclusão. Notamos, então, que, ao serem colocados no aprisionamento, esses sujeitos se constituem pela (in)visibilidade, uma vez que, pela sociedade e pelas leis, espera-se que paguem pelo crime cometido e que retornem à sociedade por meio da (re)integração. Entretanto, esses sujeitos ocupam um lugar de exclusão, uma vez que se encontram em privação de liberdade e são indesejados no convívio social, emergindo a seguinte constatação que ainda perdura nos dias atuais: a sociedade deve constituir-se de “cidadãos de bem”, “pessoas de boa índole”, não de “desviantes” e “marginais” — esses sujeitos devem ser enjaulados num local, sendo separados de toda a sociedade, para que possam transformar-se, através das correções e adestramentos.

Se utilizarmos um sentido metafórico para as escritas das cartas desses sujeitos, podemos fazer alusão com as “rosas” sendo a sociedade e os “espinhos” os sujeitos considerados “errantes” por esta mesma sociedade. Assim, a produção do efeito de sentido é de que os “espinhos” se referem à exclusão; isto é, para a sociedade, esse sujeito é visto como um estorvo, sendo um “ser” que atrapalha e arranha a ideia de “perfeição” concebida por esta sociedade. Por isso, esse sujeito resiste a não ser esse espinho, a não ocupar esse lugar de exclusão que a sociedade o rotula. A esse respeito, Foucault (2012) salienta que os mecanismos de controle se constituem na “utopia da cidade perfeitamente governada”. Nesse caso, ao fazer a oposição entre “rosas” e “espinhos”, esse dizer produz um efeito de sentido de que, embora os espinhos componham as rosas, eles são extintos, uma vez que incomodam. E são justamente excluídos para que a sociedade seja essa “rosa perfeita”, referindo-nos, aqui, ao que reflete o filósofo autor supramencionado. Assim, o sujeito se assiste — e se constitui — por um lugar de exclusão. Estar “acautelado” estabelece um significado e demonstra sua representação — de excluído. Assim, esse sujeito, por meio do acautelamento, consegue se ver e/ou perceber por meio do “peso” da exclusão.

Devido à destituição da continuidade de um estilo de vida anterior, mas que fora interrompido pelo tempo que ficou acautelado, é necessário apontarmos, ainda, que, apesar dos avanços da legislações, das modificações sólidas e paradigmáticas nas unidades de aprisionamento, sabemos que, enquanto houver modelos punitivos dentro de um ambiente socioeducativo, seremos parte de um procedimento reprodutivo de legitimação de estruturas de poder, demonstrando barreiras à apropriada inserção social e, por que não dizer, a tão sonhada ressocialização. Assim, quando esse referido termo é empregado, significa dizer que haverá um

“aniquilamento” de uma vida anterior calhada por práticas ilícitas e o anseio de restauração de uma nova vida. Porém, na prática, a reincidência sobressai de forma severa em relação à re(inserção) social desse sujeito na sociedade.

Na SD 21 “[...] sei que o q fiz não é certo e quando eu voltar quero esquecer o crime [...]”, o sujeito, mais uma vez, parece ter ciência de seu ato infracional e faz promessa que quando estiver em liberdade “quero” esquecer o crime, ainda não assumindo uma posição de certeza. Assim, o sujeito demonstra um funcionamento no espaço interno que “quer”, ou seja, não pretende continuar no externo, pois esse sujeito não consegue se desvincular da sua condição social de segregado. O Estado, por exemplo, diante de um sujeito, intitulado pela sociedade como marginalizado, pobre, não alfabetizado e acautelado, tenta amenizar sua falha simulando tentativas de torná-lo um ser “menos segregado” através de uma escolarização acelerada (multisseriada), até mesmo precipitada, mobilizando um discurso politicamente correto e mascarando políticas que farão dele um instrumento da demanda social capitalista.

Esse sujeito que se encontra aprisionado continua tendo direitos e deveres. Porém, quando precisa dos serviços básicos (escola, atendimento médico, odontológico, psicológico e oportunidades de emprego — menor aprendiz), o Estado não consegue ofertar o mínimo que seja, falhando em seu dever de cumprir as legislações. O Estado, para não dizer que foge de suas obrigações e que cumpre todas as legislações, oferece um (des)serviço de extrema precariedade, se apresentando como uma política consensual de “solução”, que na prática não tem eficácia. A política da “ressocialização” ofertada pelo Estado não consegue inserir esse sujeito dentro do sistema capitalista, sendo assim, o objetivo de devolvê-lo à sociedade “recuperado” e trilhando o caminho certo fica fadado ao fracasso, enquanto a condição social desse sujeito passará por um agravamento, sendo intitulado pelo prefixo “ex” (ex-acautelado, ex-marginal, ex-trombadinha, dentre outros), sendo termos pejorativos que, na maioria das vezes, estão imbricados em cada um desses sujeitos, mesmo depois do cumprimento de sua medida.

Os sujeitos que se encontram acautelados e lutam pela reconquista da sua liberdade têm como alternativa a busca por oportunidades, que nem sempre são ofertadas devido a sua história de vida pregressa, precisando ser adaptados às condições materiais de existência já determinada por um modo de produção de um sistema capitalista, uma vez que, para ser mantido em liberdade, precisa estar em consonância com o que o sistema estabelece: emprego, estudo, família e religião. No entanto, esse sujeito é regido por uma lei (o dever), que produz o sentido de que sempre estamos em dívida, em débito, pois se existe um direito é porque há uma relação que nos confronta com o dever, com o que devemos fazer, cumprir e seguir, uma vez que esse

sujeito acautelado descumpriu a lei e deverá novamente se adequar às obrigações para que possa usufruir do direito de cidadão. Desse modo, o Estado coloca esse sujeito acautelado em uma situação de exclusão, pois o lugar em que se encontra é considerado uma espécie de “depósito” de sujeito descumpridor dos seus deveres, ou seja, o Estado não vê esse sujeito acautelado enquanto cidadão, excluindo-o, portanto, do convívio social por um tempo determinado, de acordo com a decisão de um juiz que, nesse caso, é o representante do Estado.

Passemos à guisa finalística, de acordo com os nossos gestos interpretativos.

GUIA FINALÍSTICA

Consideramos uma oportunidade honrosa e acima de tudo valiosa pesquisar um arquivo com cartas produzidas por sujeitos acautelados, a partir da AD, uma que vez que temos ciência de que estávamos diante de um material rico e, acima de tudo, necessário para o universo acadêmico. Considerando os aspectos apresentados enquanto constituintes do cenário de que tratamos, esta tese surgiu da necessidade de investigar, por meio das cartas escritas pelos sujeitos acautelados para seus familiares, os discursos “supostamente” controlados nesse contexto de acautelamento e perpassados por regimentos que seguem uma forma rígida e, sobretudo, através de autoridade, poder e disciplina. Mesmo diante desse panorama, podemos dizer que os sujeitos que se encontram acautelados estão em busca da tão sonhada liberdade. Entretanto, percebemos que, para se alcançar essa libertação, esses sujeitos se condicionam a se reduzir à resistência na medida em que se apresenta como uma possibilidade de reagir às forças que lhe são impostas.

O Estado apresenta, em seu discurso oficial, a transformação desse sujeito em um ser humano capaz de viver livre por meio de ações que o habilitem a ter um comportamento considerado “adequado” para essa sociedade de sujeitos “livres”, prevalecendo a ação do Estado que se diz compelido em ressocializar esse sujeito à sociedade, com “sobras de oportunidades”, fazendo com que a estratégia do governo tenha seu disfarce descoberto. Assim, um ponto que merece destaque nesta guisa finalística é que nenhum sujeito acautelado nasceu privado de sua liberdade, mas, sim, “tornou-se” por intercessão dos processos históricos vividos no seu envolvimento com os atos infracionais. Consideramos que esse sujeito, além de ser excluído pelo Estado, que o negligencia desde a sua infância em seus direitos básicos de cidadania, tem a sua identidade manchada pela sociedade que não aceita a sua (re) inserção, estigmatizando-o. O período da infância e adolescência desses sujeitos fora “furtado”, por meio de histórias caracterizadas pelos arcaísmos e dinâmicas das desigualdades sociais, vivenciando condições de miséria, discriminação e diversos preconceitos. Portanto, esses sujeitos que se encontram acautelados são “sobreviventes” da renúncia do Estado pela falta de políticas sociais que apresentem eficácia.

Por meio desta pesquisa, tivemos a missão de “quebrar” diversos espelhos, para que assim pudéssemos vir a romper a ponta de um iceberg, marcado por análises desenvolvidas a partir do nosso olhar como pesquisadores, resignificando a nossa pergunta problema — como a exclusão, por meio da escrita de si, se manifesta discursivamente a partir do processo de subjetivação indiciado nas cartas dos sujeitos privados de liberdade para seus familiares?

Destacamos que, durante o tempo de acautelamento, esses sujeitos buscam de forma incansável a conquista pela liberdade, uma vez que as escritas de si se configuram como condição de possibilidade para a construção da subjetividade. Dito de outra maneira, arquivar a própria vida é se pôr diante de um espelho, contrapondo a imagem social a uma imagem íntima de si próprio e, nesse sentido, o arquivamento do eu é considerado uma prática de construção de si mesmo, devendo ser visto como uma atitude reivindicatória, ao qual solicita aos representantes do Estado respostas aos embaraços e enigmas que inviabilizam a existência desses sujeitos.

Conforme o objetivo desta tese, que é analisar e compreender, por meio da escrita de si, como a exclusão se manifesta discursivamente a partir do processo de subjetivação indiciado nas cartas dos sujeitos acautelados para seus familiares, confirmamos nossa hipótese de que esses sujeitos acautelados, cumprindo a medida cautelar de internação provisória, fazem emergir, via escrita de si, discursos de exclusão. De acordo com os nossos gestos interpretativos, notamos que a escrita desses sujeitos, por meio dos discursos religioso e jurídico, estabelecem representações de “aprisionamento/reclusão”, caracterizando-os como sujeitos que se enxergam em um ambiente de exclusão, demonstrando, por meio de sua escrita, marcas de subjetivação no interior da ordem do discurso, repetindo por meio de sua escrita o que o Estado quer escutar, ou seja, pela ordem do discurso religioso por meio da fé, sentimento e trabalho: “aquele lá de cima não me abandona, Deus vai me ajudar, aqui dentro Deus me abençoa sempre, desculpa por não ser o filho perfeito, estou muito arrependido, vou arrumar um trabalho (*trampo*)”; e pela ordem do discurso jurídico por meio da Medida Socioeducativa (MSE) e cidadão do bem: “nunca mais vou roubar, quando sair daqui não volto para o tráfico, quero esquecer o crime, vou tá transformado e ser um cidadão de bem igual minha mãe”.

Precisamos destacar que esses sujeitos, na condição de acautelado, se constitui discursivamente ao produzir suas cartas, que são controladas e “vigiadas” pelos representantes do Estado. Ou seja, os servidores que laboram nesse ambiente têm a função de decidir se a carta deve ou não ser entregue para os seus familiares. Desse modo, em meio às relações de poder e os jogos de verdade que circulam no contexto socioeducativo, os sujeitos que se encontram acautelados conseguem, mesmo que de forma estratégica, por meio de sua escrita, atravessar “muros” desse ambiente de reclusão e “grades” de seu “alojamento”. Entretanto, precisamos trazer à cena Foucault (1991), que discorre sobre o caso de Pierre Rivière, que, antes do seu suicídio, apresentou um memorial narrando sua motivação para o triplo homicídio contra a mãe, irmã e irmão. Assim, por meio dos relatos desse parricídio cometido no século XIX, Pierre Rivière diz que “sei apenas ler e escrever, mas, contanto que se compreenda o que quero dizer,

é tudo que eu peço” (FOUCAULT, 1991, p.51), tornando conhecido os motivos que o levou a essa ação. Assim, esse filósofo francês afirma, que, mesmo que o corpo esteja aprisionado, o sujeito se torna livre em seus pensamentos. Portanto, a conclusão a que chegamos nesta pesquisa é que, por meio da escrita do sujeito acautelado, sendo vigiada e cerceada pelos representantes do Estado, não há essa liberdade de pensamento, e sim uma reprodução dos próprios discursos, aos quais esse sujeito se submete. Dito de outra maneira, esse sujeito acautelado diz o que a instituição socioeducativa quer ouvir.

Esses sujeitos acautelados, ao serem desligados do cumprimento de sua medida de internação, são estigmatizados pela sociedade como “institucionalizados” e “delinquentes”, apresentando seus processos de subjetivação formados por meio de assujeitamento, controle, vigilância, disciplinamento, punições e pouca oportunidade de autonomia. Assim, é perceptível notar que dentro de um ambiente socioeducativo, sendo um espaço de aprisionamento, priva a liberdade, o convívio social e a vida desse sujeito evocam que o lugar de onde falam tem a intenção de silenciá-los, por meio das cartas que são totalmente controladas pelos representantes do sistema socioeducativo em um ambiente cheio de regras e normas.

Não podemos esquecer de um fator fundamental: nós, pesquisadores dessa temática, somos constituídos como sujeitos que também são afetados pela ideologia. Desse modo, procuramos, incessantemente, ressaltar as manifestações do sujeito com a ideologia, por meio das FD, vinculando seus enunciados a fatores que influenciam a ramificação dos discursos, compreendendo que nós, que nos propusemos a ser analistas do discurso, não conseguimos escapar da língua e história, ou seja, somos sujeitos que produzimos em nossos discursos modificações, equívocos e deslizes.

Nesse sentido, está longe de nós querermos acreditar que as análises realizadas nessa tese venham a ser consideradas pontos de encerramento ou que sejam uma verdade absoluta, pois a nossa intenção é demonstrar, por meio da análise das cartas desses sujeitos acautelados, manifestações interpretativas. Podemos considerar que, nas aceitações e discordâncias com esta pesquisa, serão produzidos outros estudos, nos quais alguns sentidos serão retomados, outros desconstruídos, no admirável jogo de movimentação dos discursos. Portanto, em nosso gesto de interpretação, entendemos que esses sujeitos, para a sociedade, mesmo estando privados de liberdade, são condenados por suas transgressões, mesmo que diante de um certo tempo, que é o caso da internação provisória, até que o Juiz da Vara da Infância e Juventude profira a referida sentença. Consideramos que esses sujeitos que se encontram acautelados cedem de forma estratégica à disciplina e ao controle, demonstrando estarem “recuperados”, com o intuito de serem legitimados enquanto sujeitos “corrigidos” e “transformados”, para que, assim, possam

ser (re)inseridos ao seu convívio social. Dito de outra maneira, conforme as análises, as SD revelam o cruzamento entre discurso religioso e jurídico por meio da confissão, arrependimento e promessas, ou seja, “gritos” desses sujeitos infames que contrapõem o “bem *versus* o mal”.

Julgamos oportuno ressaltar uma informação relevante para esta pesquisa, que pode vir a causar uma certa “polêmica” motivada pelas afirmações desses sujeitos acautelados, as quais podem ser depreendidas dos resultados da análise discursiva indicada, uma vez que este estudo é somente um recorte de uma realidade muito específica (a de uma unidade socioeducativa de internação provisória), com o qual precisamos ser fidedignos com as questões éticas e metodológicas. É sabido que a grande maioria, para não dizer “todas” as instituições de caráter de aprisionamento (inclusive as unidades socioeducativas), são consideradas expressões de práticas de exclusão social, pautadas em diversos embasamentos, que não apresentam uma justificativa legalista, prevalecendo-se, assim, com a coercitividade e, acima de tudo, com a punibilidade, ao invés de cumprir os norteamentos com base na socioeducação e, principalmente, os preceitos que rezam as legislações vigentes, que é, no mínimo, tratar esses sujeitos que se encontram acautelados com respeito e com base na dignidade da pessoa humana.

Essas inquietações estimulam a buscar na academia uma certa lucidez por meio da teoria e argumentos que estejam balizados a partir de estudos científicos, descobrindo, assim, as melhores teorias que ofereçam o mais abrangente e coeso quadro explicativo dos fenômenos que abranjam essa temática. Ressalto, ainda, que os poucos mais de três anos de estudo nesse doutoramento representam uma singular oportunidade e um tempo de expansão dos horizontes teóricos; porém, ainda não são considerados suficientes para pensar e escrever com uma maior consistência acadêmica, pois estamos diante de um procedimento considerado inacabado.

De acordo com essa guisa finalística, nós, pesquisadores, devemos nos ater a outros dizeres, extraídos de discursos considerados ocultos sob o silêncio e marginalizados pelas instâncias dominantes. Nesse sentido, filiamo-nos num desses fios e esperamos que outros pesquisadores — ou nós mesmos, ao darmos prosseguimento a esta pesquisa em um futuro próximo — colaborem para ampliar, na múltipla e complexa teia discursiva, as vozes dos excluídos sociais, cooperando, assim, para que as barreiras do silêncio sobre a temática desta pesquisa possam vir a se romper. Em suma, estamos diante de uma pesquisa que não apresenta um fim, mas que assinala para a ressignificação de vozes emergentes ensejando a proposta de abertura ao diálogo acadêmico, para que, assim, venham demonstrar outras vias de acesso para a realidade em que esses sujeitos estão inseridos, uma vez que o corpo se encontra disciplinado e aprisionado, porém seus pensamentos se encontram em liberdade.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Sobre a reprodução**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. **Ideologia e Aparelhos ideológicos de estado**. Lisboa: Presença, 1980.

ARRAZ, Fernando M; SENA, Fagner R. **O discurso presidencial na manifestação do dia do exército: sentidos de liberdade, democracia e povo**. Revista Scripta, v. 25, n. 54, 2021. p. 335-358.

AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras incertas: as não-coincidências do dizer**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

BRASIL. Resolução nº 160, de 18 de novembro de 2013. **Aprova o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo**. Brasília, 2013.

_____. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Panorama Nacional: a execução das medidas socioeducativas de internação - Programa Justiça ao Jovem**. Brasília, 2012.

_____. Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012. **Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**, Brasília, 18/01/2012.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo – SINASE. Brasília-DF: CONANDA, 2006

_____. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências**. Brasília, 1990.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília, 1967.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1946**. Rio de Janeiro, 1946.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1937**. Rio de Janeiro, 1937.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Rio de Janeiro, 1934.

_____. Decreto nº 17.943-a de 12 de outubro de 1927. **Consolida as leis de assistência e proteção a menores e institui o Código de Menores**. Brasília, 1927.

COURTINE, J-J. **Análise do Discurso Político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EDUFSCar, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 2ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020a.

_____. **História da loucura na idade clássica (1978)**. Tradução de José Texeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 2019.

_____. **A hermenêutica do sujeito**. Trad. Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. 4ª. ed. São Paulo: Editora WMF, 2018.

_____. **Ética, sexualidade, política**. (Coleção: Ditos e Escritos V). Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; Tradução Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. 3.ed, v. 5. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

_____. Verdade e poder. In: MACHADO, R. (org.). **Microfísica do Poder**. Trad. Roberto Machado. 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017. p. 35- 54.

_____. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

_____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo, Edições Loyola, 2013.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. de Raquel Ramallete. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2012.

_____. **O governo de si e dos outros**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010a.

_____. **A vida dos homens infames**. In: MOTTA, Manoel Barros da. (org.) *Estratégia, poder-saber*. 2. ed. Tradução de Vera Lúcia Avelar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Ditos e escritos; IV) p. 203-222.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Trad. Salma Tannus Muchail. 8ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Doença mental e psicologia (1962)**. Tradução de Lillian Rose Chalders. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

_____. **A vontade saber**. In. **Resumos dos Cursos do Collège de France (1970 -**

1982). Rio de Janeiro: Zahar, 1997a.

_____. O sujeito e o poder. In DREYFUS, H. RABINOW, P. **Michel Foucault: Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão...um caso de parricídio no século XIX, apresentado por Michel Foucault**. Tradução de Denize Lezan de Almeida. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

_____. **O nascimento da clínica**. Trad. Roberto Machado. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos**. 2.ed. São Carlos: Editora Clara Luz, 2006.

_____. Michel Foucault: o discurso nas tramas da História. In: Fernandes C, Santos JBC, organizadores. **Análise do Discurso: unidade e dispersão**. Uberlândia: Entremeios; 2004a. pp. 19-42.

_____. **Sentido, sujeito e memória: com o que sonha nossa vã autoria?** In: GREGOLIN, Maria do Rosário; BARONAS, Roberto (org.). **Análise do discurso: as materialidades do sentido**. 2.ed. São Carlos-SP: Claraluz, 2003b.

INDURSKY, Freda. **O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites**. In: ORLANDI, Eni Puccinelli; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. **Introdução às ciências da Linguagem – Discurso e textualidade**. Campinas, SP: Pontes, 2006, p. 33-80.

MINAS GERAIS. **Regimento Único dos Centros Socioeducativos do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2016.

_____. **Política de Atendimento Socioeducativo de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2012.

_____. **Metodologia da Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas (SUASE). Secretaria de Defesa Social (SEDS). Fascículo 05**. Belo Horizonte, 2012.

_____. **Metodologia da Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas (SUASE). Secretaria de Defesa Social (SEDS). Fascículo 03**. Belo Horizonte, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Eu, tu, ele: discurso e real da história**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

_____. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos.** 7 ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

_____. **Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia.** Campinas, SP: Pontes, 2012.

_____. Formas de individuação do sujeito feminino e sociedade contemporânea: o caso da delinquência. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (ORG.). **Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso.** Campinas: Editora RG, 2010, p. 11- 42.

_____. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso.** 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009b.

_____. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos.** 3ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2008.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.** 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

_____. **Gestos de Leitura – da História no discurso.** Campinas: EDUNICAMP, 1994.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Tradução Eni P.Orlandi. [et al]. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** 3ª ed. Campinas: Pontes, 2002.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre. et al. (Org.). **Papel da memória.** Campinas: Pontes, 1999.

PONCIANO, Julio Cesar. **Cartas da prisão: narrativa e alteridade.** Mestrado em Antropologia Social. UFPR, 2007.

RIZZINI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas In: RIZZINI, Irene.; PILOTTI, Francisco (Orgs.). **A Arte de Governar Crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** 3ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011. pp. 153-202.

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

N.º Registro CEP: CAAE 40488120.1.0000.5137

Título do Projeto: O recurso linguístico das gírias utilizado por adolescentes e/ou jovens que se encontram privados de liberdade

Prezado Sr.

O menor sob sua responsabilidade está sendo convidado a participar como voluntário de uma pesquisa de Doutorado pelo Programa de Pós-graduação de Letras, que tem como objetivo investigar e analisar, através de uma abordagem discursiva, expressões e vocábulos gírios escritos em suas cartas, através de seus discursos.

O menor foi selecionado porque, neste momento, se encontra acautelado neste Centro de Internação Provisório, sendo o foco desta pesquisa. A participação dele nesse estudo é de suma importância, pois através da carta que escreve e envia para os seus familiares e/ou amigos, será realizada uma investigação através de uma abordagem discursiva do recurso linguístico das gírias. A colaboração do menor se fará de forma anônima, consiste em permitir ter acesso a produção escrita e demais informações coletadas nas cartas para que seja objeto de investigação e publicação na Tese que será produzida.

O menor aceita participar por vontade própria, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. O menor tem ciência dos objetivos estritamente acadêmicos da pesquisa, que, em linhas gerais é realizar estudos linguísticos sobre o uso da gíria, contribuindo com a valorização dessa variedade linguística.

Foi também esclarecido ao menor de que os usos das informações por ele oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo pesquisador e sua orientadora que garantiram que, em caso de publicação dos resultados desta pesquisa, minha identidade será mantida no mais rigoroso sigilo, sendo omitidas todas as informações que permitam a identificação do menor.

O menor teve ciência que sua participação na pesquisa não vai oferecer riscos físicos e psicológicos, pois foi realizada a devida autorização pelo responsável da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo – SUASE e do Diretor da Unidade. Porém, o menor foi informado que pode se retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos, e que vão ser adotadas todas as medidas de segurança impostas pelas normas sanitárias relacionadas com a COVID -19 no momento da coleta de dados e mantendo todos os protocolos sanitários (distanciamento, uso de máscaras e álcool em gel), evitando efeitos e condições adversas que possam causar dano, considerando características e sua participação na pesquisa.

Todo material coletado durante a pesquisa ficará sob a guarda e responsabilidade do pesquisador responsável pelo período de 5 (cinco) anos e, após esse período, será destruído.

O menor também tem ciência que os resultados dessa pesquisa irão servir para ter um conhecimento mais aprofundado desta variedade linguística, contribuindo para a melhoria da comunicação com o grupo, minimizando possíveis situações de conflito no seu convívio com os adolescentes em questão, favorecendo as relações entre si e com os outros. O menor também foi informado que em caso de eventuais danos decorrentes da pesquisa, será observada, nos termos da lei, a responsabilidade civil.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador.

Pesquisador responsável: Fernando Miranda Arraz

Endereço: Av. Dom José Gaspar, 500 – Prédio 20 – Programa de Pós Graduação em Letras –

Telefone: (31) 99298-1338 ou 98887-6687.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, coordenado pela Prof.^a Cristiana Leite Carvalho, que poderá ser contatado em caso de questões éticas, pelo telefone 3319-4517 ou e-mail cep.proppg@pucminas.br.

O presente termo será assinado em 02 (duas) vias de igual teor.

Belo Horizonte,

Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade para participar deste estudo.

Nome do participante (em letra de forma)

Assinatura do participante ou representante legal

Data

Eu, **FERNANDO MIRANDA ARRAZ**, comprometo-me a cumprir todas as exigências e responsabilidades a mim conferidas neste termo e agradeço a sua colaboração e sua confiança.

Assinatura do pesquisador

Data

TERMO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO DE DADOS-TCUD

Eu **FERNANDO MIRANDA ARRAZ**, abaixo assinado, pesquisador envolvido no projeto de título: **O recurso linguístico da gíria utilizado pelos jovens que se encontram privados de liberdade**, me comprometo a manter a confidencialidade sobre os dados coletados nos arquivos (prontuários) dos Jovens privados de liberdade que se encontram nesta unidade socioeducativa, bem como a privacidade de seus conteúdos, como preconizam os Documentos Internacionais e as Resoluções da CNS nº 466/12 e 510/16 do Ministério da Saúde.

Informo que os dados a serem coletados dizem respeito **as cartas dos jovens que se encontram em privação de liberdade em uma unidade socioeducativa** ocorridas entre as datas de: **Entre Dezembro de 2020 e Julho de 2021**.

Belo Horizonte, 15 de Janeiro de 2021

Nome	R.G.	Assinatura
Fernando Miranda Arraz	MG- 16275046

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE MINAS GERAIS -
PUCMG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O recurso linguístico das gírias dos adolescentes e/ou jovens que se encontram privados de liberdade

Pesquisador: FERNANDO MIRANDA ARRAZ

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 40488120.1.0000.5137

Instituição Proponente: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-MG

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.531.222

Apresentação do Projeto:

Este projeto apresenta uma das variedades presentes no léxico português, que é a gíria, falada em especial por adolescentes e/ou jovens que se encontram em privação de liberdade. Essas gírias são consideradas herméticas, logo difíceis de serem compreendidas por aqueles que não estão inseridos no grupo, sendo por isso, uma forma de proteção e identificação dos membros. A gíria dentro do ambiente socioeducativo tem uma criação própria, em geral criptológica, sendo assim, esta variedade linguística utiliza-se do significante e modifica o significado, tomando a gíria um signo de grupo. Para esses usuários há uma necessidade de criar um signo linguístico próprio, não porque desconheçam outros níveis linguísticos, mas porque eles têm como objetivo a busca da proximidade com quem ele fala e a criação de efeitos de sentidos que outras palavras não oportunizariam criar. A partir desse recurso linguístico, os adolescentes constroem laços sociais e lidam com o mal-estar contemporâneo, conseguindo, de alguma maneira, encontrar um lugar no meio social, endereçando seu sofrimento pela via do simbólico. A gíria determina a identidade cultural dos falantes, moldam aspectos de sua personalidade que vão além dos aspectos linguísticos, pois, ao falar uma gíria, o sujeito do discurso deixa evidente sua formação ideológica, sua história, sua cultura e inseridos nela os hábitos, costumes, crenças, valores, juízo de valor, bem como sua visão de mundo. A pesquisa fundamenta-se na Análise de Discurso de linha francesa e será realizada em um Centro Socioeducativo da região metropolitana de Belo Horizonte, onde se encontram os sujeitos desta pesquisa, sendo os jovens privados de 12 liberdade, do sexo

Endereço: Av. Dom José Gaspar, 500 - Prédio 03, sala 228

Bairro: Coração Eucarístico **CEP:** 30.535-901

UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3319-4517 **Fax:** (31)3319-4517 **E-mail:** cep.proppg@pucminas.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE MINAS GERAIS -
PUCMG



Continuação do Parecer: 4.531.222

masculino, que estão cumprindo medida de internação definitiva e/ou provisória, considerados pela justiça autores de atos infracionais. O estudo abordará o uso das gírias presentes nos discursos dos jovens privados de liberdade, em cartas escritas para seus familiares. Não é possível mensurar a quantidade de cartas que serão analisadas, uma vez que elas precisam passar por um crivo de vários setores, pois para se ter acesso às cartas, é necessária autorização prévia do poder judiciário e principalmente da Secretaria de Justiça e Segurança Pública- SEJUSP.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo geral:

- Analisar o uso das gírias presentes nos discursos dos jovens privados de liberdade em cartas escritas para seus familiares, a fim de demonstrar como essa variedade linguística pode ser uma forma de luta contra o sistema socioeducativo.

Objetivos específicos:

- Investigar, através da coleta de cartas produzidas por jovens privados de liberdade, o uso das gírias no ambiente socioeducativo;
- Compreender as questões culturais, sociais e históricas que levam ao desenvolvimento das gírias no ambiente socioeducativo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: A pesquisa não oferece riscos físicos e psicológicos aos participantes, garantimos que esta não trará nenhuma forma de prejuízo, sendo que todas as informações obtidas neste estudo serão mantidas em sigilo e sua identidade não será revelada. Cabe destacar que como a pesquisa será com as cartas escritas pelos jovens privados de liberdade, a pesquisa não irá trazer desconforto e riscos decorrentes da participação da pesquisa, inclusive no que se refere às garantias das medidas de segurança impostas pelas normas sanitárias relacionadas com a COVID-19 no momento da coleta de dados.

Benefícios: melhor comunicação e disseminação dessa linguagem especial, que na maioria das vezes, são estigmatizadas pelos profissionais que atuam neste ambiente.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O objeto do estudo é relevante, podendo contribuir para a diminuição da estigmatização dos adolescentes.

Endereço: Av. Dom José Gaspar, 500 - Prédio 03, sala 228
Bairro: Coração Eucarístico **CEP:** 30.535-901
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3319-4517 **Fax:** (31)3319-4517 **E-mail:** cep.proppg@pucminas.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE MINAS GERAIS -
PUCMG



Continuação do Parecer: 4.531.222

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta a Folha de Rosto, TALE para os participantes, Projeto detalhado, TCUD e Termo de Compromisso da Secretaria de Justiça e Segurança Pública- SEJUSP. Os termos de apresentação obrigatória anexados estão de acordo com as normas vigentes.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1533417.pdf	27/01/2021 21:21:05		Aceito
Outros	2_CARTA_RESPOSTA_2021.pdf	27/01/2021 21:08:19	FERNANDO MIRANDA ARRAZ	Aceito
Outros	Termo_Compromisso_SEJUSP.pdf	27/01/2021 20:31:04	FERNANDO MIRANDA ARRAZ	Aceito
Outros	2_TCUD.pdf	27/01/2021 20:20:04	FERNANDO MIRANDA ARRAZ	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	1_TCLE_Girias_ADL_2021.docx	15/01/2021 20:46:29	FERNANDO MIRANDA ARRAZ	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO_PUC.pdf	11/01/2021 14:07:36	FERNANDO MIRANDA ARRAZ	Aceito
Solicitação registrada pelo CEP	Comite_Etica_pesquisa_PUC.pdf	26/11/2020 22:14:49	FERNANDO MIRANDA ARRAZ	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	23/11/2020 22:56:17	FERNANDO MIRANDA ARRAZ	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Dom José Gaspar, 500 - Prédio 03, sala 228

Bairro: Coração Eucarístico **CEP:** 30.535-901

UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3319-4517 **Fax:** (31)3319-4517 **E-mail:** cep.proppg@pucminas.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE MINAS GERAIS -
PUCMG



Continuação do Parecer: 4.531.222

BELO HORIZONTE, 09 de Fevereiro de 2021

Assinado por:
CRISTIANA LEITE CARVALHO
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Dom José Gaspar, 500 - Prédio 03, sala 228

Bairro: Coração Eucarístico **CEP:** 30.535-901

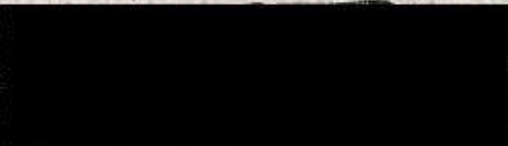
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3319-4517 **Fax:** (31)3319-4517 **E-mail:** cep.proppg@pucminas.br

29/04

MÃE EU TE AMO

MESMO SEM ENTENDER MESMO SEM ENTENDER EU CONFIO EM TI
 MESMO SEM ENTENDER EU SEI QUE O MELHOR PRA MIM MESMO
 SEM ENTENDER DEUS MESMO QUA EU VOU CONSIGO ENTENDER
 E QUERIA TUDO DO MEU SEU EU ATE CHORO E AS VEZES ATE
 CHEGO A DIZER POR QUE E QUE TEM QUE SER TAO DIFICIL
 PRA MIM PARECE QUE DIFICIL SO PRA MIM EU SEI SEUS PENSAMENTOS
 SAO MAIS ALTOS QUE O MEU O SEU CAMINHO E MELHOR DO QUE
 O MEU TUA VISAO VAI ALEM DO QUE EU VESO O SENHOR
 SABE EXATAMENTE O QUE E MELHOR PRA MIM MESMO QUE EU VOU
 ENTENDE SEUS CAMINHO EU CONFIO E DEUS PORQUE SEU PLANEJAMENTO
 ASSIM VOU FICA ANTIETUNO NAU NO SEU COLM ESPERANDO UM TEMPO
 CERTO DE TUDO PORQUE EU SEI QUA MAIS CUIDAR DE MIM E O SEU MELHOR
 ESTAO POR MIM EU SEI QUE O MELHOR PRA MIM MESMO SEM
 ENTENDER MESMO SEM ENTENDER EU CONFIO EM TI MESMO SEM ENTENDER
 EU SEI QUE E O MELHOR PRA MIM POR MESMO QUE EU VOU
 CONSIGO ENTENDER E QUERIA TUDO DO MEU SEU EU ATE CHORO
 E AS VEZES ATE CHEGO A DIZER POR QUE TEM QUE SER TAO
 DIFICIL PRA MIM PARECE QUE DIFICIL SO PRA MIM EU SEI SEUS
 PENSAMENTOS SAO MAIS ALTOS QUE O MEU O SEU CAMINHO E
 MELHOR DO QUE O MEU TUA VISAO VAI ALEM DO QUE EU VESO
 O SENHOR SABE EXATAMENTE O QUE E MELHOR PRA MIM
 MESMO QUE EU VOU ENTENDE SEUS CAMINHO EU CONFIO E DEUS
 PORQUE SEU SAO PLANEJAMENTO ASSIM VOU FICA ANTIETUNO NAU NO SEU
 COLM ESPERANDO UM TEMPO CERTO DE TUDO PORQUE EU SEI QUE
 VOU CUIDAR DE MIM E O SEU MELHOR ESTAO POR MIM EU SEI
 QUE O MELHOR PRA MIM MESMO SEM ENTENDER MESMO SEM
 ENTENDER.



querido mãe que que voce saiba que te
 erro o dovi quero ver ele quando sair matheus
 tambem amo voce falo com q [redacted] que to bem
 aqui hoje venho falar que foi ate bom ficar aqui
 um pouco para poder pensa na vida falo com o
 [redacted] que amo ela e mandei um obriço pro ela
 que quando sair quero ver ela falo com meu pai
 que vo poder falar com e todo final de semana
 pq vo poder sair e ir em casa não que vo ficar
 aqui mais tenha que cumprir minha medita pro
 poder ficar tranquila daqui seis meses ta na
 rua de volta KKKKKK.

amo vo falo que mandei um obriço pro minha
 vo [redacted] e minha vo [redacted] falo que ta tranquila
 e sair queria mudar porque isso não e lugar para
 mim so fui perceberi isso hoje que estou aqui mais
 foi ate bom para pensa na vida.

falo com meu pai que quero ver ele o mais rapido
 o possivel quando sair daqui.
 te amo mãe

Ter seu pai que mãe sou o neto que a senhora pediu,
 mais pensa perdido por meus atos. Ter pagar minha
 pena e logo mais estar aí, apesar de não mãe me dar atenção
 por causa do seu comportamento mãe temba soure e mem édo
 de não. Ter sua um dese de poder mi, mais as pessoas creem
 mi, ai não mãe me se como seu netinho mais mi.

Mãe é uma mulher mais sua vida estando se para não
 mesma, e mais certo que a senhora fog, pega suas coisas
 e ir para a Bahia porque lá não é feliz e mãe tinha
 desgosto, se não descredita que eu possa mudar a b-a e seu
 eu não sair diferente comendo um Trilha e não colar,
 todas não que descreditavam, mais é isso.

Se todos da família estão reunidos na cidade de São Paulo, mais
 aquele da de cima não me abandona mãe, seja feliz de
 seu fato, a gente não pode mem citar e mem de seu comportamento
 que não muda e tem de não se altera. Se não depende
 dele, eu é apaixonado por ele como logo de uma vez e com
 ele e vive sua vida de cachoça de toda dele na música da
 na Bahia com aquele povo. Vive sua vida que eu vivo a
 minha, enquanto o meu irmão eu sou e peso por ele
 todos os meses, eu acho que a senhora tem que dar mais
 valor para mim, quando eu pedi para arrumar o serviço na
 grama tem [redacted] e seu comportamento dentro da igreja e não
 mem aí, eu acho que a senhora quer me ver na pior da morte
 sabe porque, porque dava pra arrumar o tempo e não mãe
 deu bela porque não está cega de amor por esse cara mais
 sua escola foi para a cidade para sua família e
 queria ficar nesse lar com esse cara, tudo de bem pra
 não aí, porque aqui de dentro dele me alonga sempre
 de qualquer maneira.

Mãe, como está aí, cessa por aí meu
 julgamento não saiu mais assim que
 sai conversa com o Pedro do
 Caminhão. Por a filha dele é advoga-
 da é no julgamento acho q vo precisa
 aí vc conversa com ele pra ele
 ver com a filha se ela me ajuda
 aí pago ele na hora que sai por
 acho q vo pega muito tempo e
 muito bco ou arruma outro advoga-
 do aí por que quero fica aki
 muito tempo não é prometo pra sen-
 hora que não vou me che com md
 errado mais e te garanto que n
 vou decepciona mais vc, e como
 esta meu vo manda um abraço, e
 da um abraço na família por mim
 e to com saudades, e o Luke tá cui-
 dando dele me, ate os 45 sai a
 audiência e mal posso espera
 pra sair ver aí vc é meu vo se me
 tira daqui ver o que fas to com
 muita saudades, e pede a Ana mais
 o me meco pra não ir embora ate
 eu voltar. Te amo mãe e não sabe o
 tanto arrependo de não ter
 te ouvido, escrevi com essa
 letra para que entende. E ve o
 que faz pra me ajudar,
 te amo.

K

Ohi tui, Saudades da Senhora da mãe da minha
 irmã do nome das cadaveras até do [redacted]
 quando a Senhora me dava conselhos e eu nem
 ouvia lembrando que eu falava de tudo mas
 na verdade eu não falava de nada e na verdade
 a Senhora que estava sentada mas eu quero pedir
 desculpa e quando eu saí daqui eu não respitava
 a Senhora e não via mais desentendendo a
 Senhora e nem o [redacted], e nunca mais vou
 falar e nem fazer nada de errado, lembra o dia
 que eu falei que estava a Senhora eu falei da
 Boca por fora, e eu me arrependi de que eu
 falei mas logo logo eu vou mais da que
 e nunca mais vou lá pra, e falei pra irmã
 que eu me arrependi, e minha irmã eu amo muito
 Ela e eu quero pedir desculpa também para o
 [redacted] que está pra mim eu arrependi de
 que eu fiz e falei, e o dia que a Senhora não
 me visitou toda a Bíblia pra mim pra fazer,
 e eu também te saudades de Saudades da mãe,
 e isso amo todos vocês e me perderei por tudo
 o que eu fiz e todos os conselhos que a
 Senhora me deu de agora pra frente eu vou ouvir
 e guardar na minha memória tudo como Deus quer
 te mandando de Saudades da [redacted]
 com a minha carta do mundo da oração
 Deus.

Pai

OÍ PAI TUDO BEM PAI TO COM SAUDADE DE VOCE
 QUERO QUE VOCE VEM MIM VER SI TIVER VISTO
 AQUE DE MILO EU TO APRENDENDO ALGUMAS COISA QUE
 EU NAO CONSIGUI APRENDER AL FERRA AQUI E UM SOFIMENTO
 MAIS EU CRIEI E TO PAGANDO UM POCO MUITO GRANDE
 EU DEVIA ESCOLHER VOCE E A MAMAE MAIS EU CORTEI
 PRO OUTRO LADO SCI QUE ER DIFICIL PRO VOCE
 E PRO MAMAE LI DAI COM ISSO MAIS EU VOU MUDAR
 QUANDO EU SAIR DAQUI EU VOU ME TRANSFORMAR VOU
 SER UM CIDADAO BO BEM ASSIM COMO VOCE FA
 MAS PEÇO DESCULPA POR NAO SER UM FILHO BO
 PRO VOCE MAS EU VOU MUDAR ISSA HISTORIA E
 VOU SER UM FILHO MUITO BO PRO VOCE E A MAMAE

Pai

te

amor







...♡♡

Mãe me desculpa por esculhe essa vida, estou bem ali dentro,
Falo com a vida, isocom as meninas que eu amo elas mudam
você. Bora voltar de volta, fique bem você vai.

te prometo que quando eu sair daqui não vou voltar
pra Tragic, a minha vida vai mudar.

Eu te amo muito minha Rainha ♡

MAE... Estou refletindo muito agora sei que te sinto
 DES GOSTO PROMETO PARA SENHORA QUE NÃO VOU TE FAZER
 PASSAR POR ISSO DE NOVO ESTOU COM MUITA SAUDADE
 DA SENHORA, DA MINHA FAMÍLIA E DOS MEUS AMIGOS DE
 VERDADE. PESSO PARA DEUS QUE EU VOLTE LOGO
 SEI QUE O QUE FIZ NÃO É CERTO E QUANDO VOLTAR QUANTO
 ESQUECER O CRIME PELA SENHORA SO QUERO A MELHORA
 PELA VIDA QUEMTO MANDAR UM GRANDE BEIJO E ABRAÇO
 PARA SENHORA, ESPERO QUE VC E TODOS ESTEJAM BEM
 NÃO SE PREOCUPE COMIGO ESTOU PAGANDO PLO QUE
 FIZ E ESTÁ SERVINDO DE APRENDIZADO FALA PRO MEU
 PAI QUE EU MANDAR UM RAMAÇO PARA E TAMBÉM E
 TAMBÉM QUE AJUDE A SENHORA. POR FIM. TAMBÉM
 QUANDO VC MANDA CEX NÃO PRECISA MANDAR
 CARIÓTIPO. TAMBÉM O ENOCHE NÃO PODE ENTRAR.
 SAIBA QUE ELA TE AMO MUITO, VC SABE QUE NÃO
 TENHO MENTE PARA SE ESPERAR MAS AGORA EU DEIXO
 TODO O MEU SENTIMENTO PELA SENHORA.

 TE AMOOO
 MINHA VIDA 
  

Belo Horizonte, [redacted]

De: [redacted]

Para: Família

Dinto muito falta do meu pai amo muito meu pai. Muitas vezes que ele queria me ajudar, e eu não quis ajudar. Ele nunca quis meu mal. Agora mãe diz que querendo com minha liberdade e acordo com os pais. Ele vai me ajudar. Dinto muito falta dos meus irmãos e da minha cachorrinha. Vou trabalhar.

At: Carta escrita pela Refúgio Técnica do Trabalho
 com a intenção de mesmo não poder ler e escrever.
 [redacted] psicóloga.

Mãe eu sei que eu dei mole da ser ida fazer meu corre,
mais quando minha lili canta eu vou sacoger e vou correr o tras
de um tempo pra mim e fica de boa no meu pai.

Eu sei que a senhora não queria isso pra mim mais e meu
corre a senhora foga que eu to tentando. Fica de boa mãe

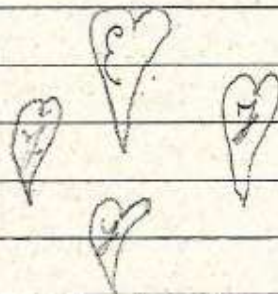
Mais eu se prometo mãe que quando eu sai vou mudar de
vida mãe

Te amo
Rainha



De: [redacted] Para: Mãe

Bem mãe primeira menti queria pedir desculpas por tudo
 por não ser o filho perfeito que tanto quis ter mais prometa
 que todo dos gesto todo sofrimento que ti fiz passar e o complen-
 sarei em dobro, tripulo, quadrupulo pois ti prometa que vou mudar
 pois não é mais hora de lamentar por apenas palavras não sei
 se vai acreditar por de corações quero mudar e menti
 pedasos de papel não dá pra lhidinar o quanto te amo
 pois meceiro pela a minha estol com muita saudade de
 vc da [redacted] e do meu pai de um abraço mil vezes pra
 mim pois não tem como explica a saudade pois
 não tenho nada a fazer no pensar em vcs que é a minha
 vida pois palacito eu tenho muita mas não tenho
 tempo mais na minha menti no pensar em vcs
 Meus amores





minha familia minha vida

De [redacted] = Belo Horizonte = [redacted]



Me desculpa mãe fui feita cabeça dos outros mas
 Quando sair daqui prometo que muitas coisa
 vai mudar apra ser quem e quem. So tenho até
 dizer que te AMOR muito Você e minha irmã e meu
 Vô são tudo que eu mais amoe. Estou muito arrepe
 ndido. Assim como tem alegria e passagêi
 ra Nenhuma sacrificio sera eterno.

 Não e muita coisa mais so tenho até agrad
 acer. E vocês são muito importante para mim. 

TE AMO



0

Não e muita coisa mais e do fundo de me e caração



BEI HORRANTE

BEI

EU TE AMO
 VC É MUITO Especial para mim

Estou com muitas saudades
 do VC

Estou pensando muito ^{infelizmente}
 aqui dentro dessa prisão

E estou lembrando de todas as coisas
 BEM QUE VC ME DEU

DEU O QUE VC JURA POR MIM
 Já mais não esqueço

todos os dias
 se pensa no VC

meus pensamentos são sempre
 para mim e para a liberdade
 aqui dentro

Jamais quando eu
 sair daqui não quero voltar

ASS: [REDACTED]